

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Fabrizio Martins Tavoni

**Determinante do Voto Partidário:
uma análise do voto em eleições para o Executivo no Estado
de São Paulo – 1998-2006**

São Carlos, 2009

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Determinante do Voto Partidário:
uma análise do voto em eleições para o Executivo no Estado
de São Paulo – 1998-2006**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
como requisito para obter título de Mestre.
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Socorro Sousa Braga.
Discente: Fabrizio Martins Tavoni.

São Carlos, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T234dv

Tavoni, Fabrizio Martins.

Determinante do voto partidário : uma análise do voto em eleições para o Executivo no Estado de São Paulo – 1998-2006 / Fabrizio Martins Tavoni. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
58 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Processos políticos. 2. Comportamento eleitoral. 3. Voto – São Paulo (Estado). 4. Partidos políticos. I. Título.

CDD: 324 (20^a)





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós Graduação em Ciência Política
Via Washington Luis, Km 235 - Caixa Postal 676
Fones: (16) 3351-8115
CEP: 10 - 0 São Carlos - SP - Brasil
E-mail: ppgpol@ufscar.br


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
FABRIZIO MARTINS TAVONI**

28/04/2009


Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar


Prof. Dr. Fabiano Engelmann
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar


Prof. Dra. Luzia Helena Herrmann de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina-PR/UEL

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 28/04/2009.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Prof. Dr. Fabiano Engelmann
Prof. Dra. Luzia Helena Herrmann de Oliveira

Homologado na CPG PPGPOL na
Reunião no dia 28/04/2009.

Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo
Coordenador do PPGPOL.

*“Sem o devido polimento, até mesmo uma
pedra preciosa admirada por todos não passa
de um simples cascalho”*

Mokiti Okada

*Para Pedro Henrique,
Que por seis dias me presenteou com a maior
alegria que eu poderia sentir.
Obrigado por me escolher para ser seu pai.
Para sempre vou Te Amar!*

Agradecimento

Um curso de mestrado não é uma tarefa solitária. Muito pelo contrário. Para a realização não só de uma boa dissertação, mas também do bom aproveitamento das disciplinas ofertadas, é muito importante o diálogo e, sobretudo, saber ouvir. Muito obrigado aos professores que tive no decorrer deste aprendizado, Fabiano Engelman, Maria Inês Mancuso, Jacob Lima e principalmente Maria do Socorro Sousa Braga, que com muita dedicação me orientou e espero que continue a me orientar em próximas etapas. Agradeço também aos amigos que conheci durante estes dois anos. Fabio, Fabrícia, Rita, Érica, Kátia e Rui Jorge.

Também foi muito importante a ajuda que recebi de fora da Universidade. Ajuda de Jairo Pimentel para a definição do meu objeto de estudo, ajuda de Antonio de Pádua Prado, o Paéco, que acreditou em meu potencial e me ajudou a melhor observar o que um número quer dizer, a melhor observar um dado.

Agradeço minha Mãe, Salete, que sempre sabe dizer as palavras certas nos momentos adequados. Palavras que confortam minha alma e dão tranquilidade para seguir à diante. Minhas irmãs Thauany e Ariany, tão parecidas e tão diferentes ao mesmo tempo. Agradeço meu pai, João, que sempre afirma torcer muito por mim. Também não posso deixar de mencionar minha tia Magda, pelo incentivo e todo apoio que me deu no decorrer do curso.

E claro, agradeço a Aline, mais que uma companheira, minha vida, meu amor. Obrigado pela força que você me passa através de seu olhar tímido e de seu sorriso sereno.

Índice

Resumo
Abstract

Introdução	1
Capítulo 1 - Inflexões e Reflexões acerca dos partidos políticos	4
1.1 - Partidos Políticos	4
1.2 - Partidos e participação eleitoral no Brasil	7
1.3 - Partidos: o que e quantos?	17
1.4 - A consistência dos partidos	21
Capítulo 2 – O voto no PSDB e no PT em São Paulo	24
2.1 - Introdução	24
2.2 - Comportamento Eleitoral	25
2.3 - Considerações sobre a análise dos dados	28
2.4 - O voto partidário no Estado de São Paulo	29
2.4 - O caso de São Paulo	
Capítulo 3 – Mapeamento do voto no Estado de São Paulo	33
3.1 - Introdução	33
3.2 - Competição partidária no Brasil	34
3.3 - Volatilidade eleitoral: um estudo do Estado de São Paulo	35
Considerações Finais	51
Referência Bibliográfica	56
Anexos	

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o voto partidário em eleições para o Executivo no Estado de São Paulo, tanto com o voto para Governador quanto para Presidente. O recorte que foi feito para este trabalho é o período que compreende as eleições de 1998, 2002 e 2006, sendo que os partidos analisados são: PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PT (Partido dos Trabalhadores). Os dados estudados foram coletados no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e, a partir deles, feitos cruzamentos entre candidato a Presidente por um partido e candidato a Governador pelo outro partido e vice-versa, de modo a observar a coerência do voto nos partidos em disputas distintas. A partir disso foi feito um geoprocessamento do voto no Estado, mostrando onde cada partido obtém melhor resultado e também verificar se tanto na disputa para o governo do Estado quanto para a Presidência há coerência no voto partidário.

Palavras-chave: comportamento eleitoral; geoprocessamento do voto; coerência do voto; partidos políticos; dicotomia partidária.

Abstract

The objective of this work is to analyze the partisan vote in elections for the Executive in the State of São Paulo, as much with the vote for Governor how much for President. The clipping that was made for this work is the period that understands the elections of 1998, 2002 and 2006, being that the analyzed parties are: PSDB (Brazilian Social democracy Party) and PT (Labor Party). The studied data had been collected in TSE (Electoral Superior Court) e, from them, made crossings between candidate the President for a party and candidate the Governor for the other party and vice versa, in order to observe the coherence of the vote in the parties in distinct disputes. From this maps of the vote in the State was made, having shown where each party gets better resulted and also to verify if in such a way in the dispute for the government of the State how much for the Presidency it has coherence in the partisan vote.

Keywords: electoral behavior; maps of the vote; coherence of the vote; political parties; partisan dichotomy.

Introdução

A legislação eleitoral brasileira contém vários incentivos para o personalismo na política, isto é, vários elementos que compõem todo o conjunto de normas eleitorais que leva o político a procurar o voto pessoal e não o voto partidário. Contudo, poucos são os políticos que se elegem apenas pelo seu próprio esforço. A maioria depende da legenda para atingir o quociente eleitoral, enfim, o político depende do partido.

Este trabalho não tem o objetivo de analisar o voto nos partidos na esfera legislativa. Mas o que foi escrito no parágrafo anterior nos serve de paradigma para introduzir o terreno arenoso que esta dissertação pretende entrar. De que os partidos possuem pouca influência, que o eleitorado vota mais na pessoa que em um candidato de determinado partido. No início da década de 1990 várias barreiras que demonstravam a ineficácia dos partidos no Brasil começam a cair. Graças aos estudos de Figueiredo e Limongi de abordagem neo-institucionalista, a importância dos partidos nos foi apresentada. Nos estudos realizados com as bancadas parlamentares, foi constatada uma grande coerência do voto entre os membros de um mesmo partido. Ou seja, Figueiredo e Limongi demonstram que, onde deveria se dar a maior prova da fragilidade dos partidos, na Câmara dos Deputados, isto não ocorria. Muito pelo contrário, não só há grande coesão partidária, como os partidos próximos ideologicamente, votam de modo semelhante.

Mas e quanto aos eleitores? Os eleitores, ou cidadãos formam a base do sistema eleitoral. Portanto, é de fundamental importância que se analise o seu comportamento para verificar se há uma coerência partidária também. Trazendo nossa análise para as disputas eleitorais majoritárias (Governador e Presidente) no Estado de São Paulo, vamos observar que os candidatos se mantiveram fiéis aos seus respectivos partidos. Ou seja, os representantes possuem uma coerência. Será que os representados também a possuem? É esta questão que este trabalho pretende responder e, para alcançar tal resposta, o meio utilizado é a análise do voto partidário e, a partir disso, a realização de um geoprocessamento do voto. Entendemos por voto partidário aquele sufrágio dado à legenda ou ao candidato filiado à respectiva legenda. Como é sabido, o primeiro procedimento só é possível nas eleições proporcionais. O meio para alcançar tal objetivo é a exploração e o

teste das hipóteses derivadas do modelo distributivista de todo o conjunto do eleitorado paulista, a partir de eleições majoritárias de nível estadual (Governador) e nacional (Presidente), esta, circunscrita à Unidade da Federação analisada, cruzadas entre si para se verificar o grau de coerência do voto partidário.

No primeiro Capítulo faço uma discussão acerca dos partidos políticos e o que representam em uma democracia, ou seja, trata-se de uma discussão teórica que irá servir de base para a construção do corpo do trabalho. Após estas análises, foi necessário inserir comentários acerca da formação do quadro partidário no Brasil, uma breve história da formação dos partidos brasileiros em suas aventuras e desventuras para se estruturarem em diferentes configurações políticas no decorrer de nossa história. Passei rapidamente pela formação dos primeiros partidos ainda durante o Império, os partidos regionais da República Velha, os efeitos sobre os partidos durante a Ditadura Vargas, a experiência democrática do período de 1946 a 1964, o Bipartidarismo do Regime Militar e a Reforma de 1979 que restaurou o Multipartidarismo no país, além, é claro, da representatividade dos partidos durante a Nova República. Estas análises históricas se fazem importantes para compreendermos não só como o arcabouço partidário foi construído no país, como também a influência das raízes da história arcaica do Brasil na construção de um sistema partidário. Ademais este processo de construir a história dos partidos no Brasil nos mostra como foi se estabelecendo os determinantes do voto por parte do eleitorado e se há alguma consolidação do voto em determinados partidos.

No Capítulo 2 começo a responder as questões propostas na introdução. Utilizando-me de dados coletados no TSE das eleições de 1998, 2002 e 2006 no Estado de São Paulo, procurei traçar um determinante do voto nos principais partidos envolvidos na disputa não só no Estado de São Paulo, mas que também vêm polarizando a disputa nacional, ou seja, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e o PT (Partido dos Trabalhadores). A partir dos dados coletados no TSE, elaborei gráficos cruzando os votos tanto da eleição estadual quanto para o Executivo nacional, de modo a cruzar o voto de um candidato a Governador por um partido, com o voto de um candidato a Presidente por outro partido, isto é, analisar o voto nos partidos com candidatos em disputas diferentes para de fato determinar o quanto é partidário o voto neste que é o principal colégio eleitoral do país. Ademais, como levei em consideração os votos obtidos no Primeiro

Turno e não exclui os votos de outros candidatos de outros partidos, é possível observar o determinante do voto nos partidos estudados. Se a dispersão dos votos for alta, não há coerência; mas se mesmo com outros candidatos na disputa, nota-se uma dicotomia entre os candidatos dos partidos estudados, isto é sinal que há sim um determinante partidário no voto.

Para o terceiro Capítulo, construí mapas para entender a consolidação do voto no PSDB e no PT no Estado de São Paulo. Este geoprocessamento eleitoral, além de mostrar a existência do determinante do voto partidário, mostra também quais são as áreas aonde cada partido vai melhor ou não vai tão bem em cada eleição. Mostra também se cada região encontra-se estável no voto em um partido, ou se seu eleitorado é flutuante e mesmo assim obedece a uma aversão que um partido tem pelo outro.

Por fim, teço as considerações finais.

Capítulo 1 – Inflexões e Reflexões acerca dos partidos políticos

1.1 – Partidos Políticos

Os partidos servem como um mecanismo intermediário entre o Estado e a sociedade, devido ao fato de ser um instrumento utilizado pelo povo para exercer o poder, tornando possível a expressão da vontade da maioria e, principalmente, sobre a capacidade de gerir o interesse público perante o governo. Os partidos têm por obrigação a função de conduzir ao governo as solicitações da sociedade, criando alternativas de escolhas.

Foi o Estado Moderno, o Estado Democrático Moderno, que consolidou os partidos. O fenômeno partidário é recente na história política, e o partido surge para procurar apoio popular, exercer o poder e, principalmente, ser uma organização durável. Os partidos devem ultrapassar o tempo de vida dos homens, têm que viver por gerações, tendo em vista que é o portador de idéias políticas, não estando relacionado a políticas clientelísticas, de vida curta. Para tanto, o partido tem que possuir uma atividade que não esteja apenas vinculada aos parlamentares, uma vez que o partido trata do interesse público e não do interesse privado. É uma máquina organizacional e programática.

Com a formação de partidos que seguiram estas prerrogativas, e com os movimentos socialistas, surgiu um novo programa do modo de convivência civil. Para que isso se realizasse, era necessária a educação das massas, para que estas se tornassem politicamente conscientes de seu papel, e ativas. Isto leva a uma série de cargos dentro do partido. Melhor dizendo, como afirma Weber, “a empresa política dirigida por partidos não passa, em verdade, de uma empresa de interesses”¹. E este tipo de modelo é denominado de “partido de aparelho” ou ainda “partido de organização de massa”, que surgiu com o Partido Social-Democrático alemão. Todas as posições eram definidas por eleições dentro do partido. Ademais as assembleias do partido também escolhiam os candidatos às eleições.

Tendência semelhante se manifestou nos demais partidos, devido principalmente ao aumento de cargos administrativos em consequência da burocratização; contudo, devo ressaltar também outro motivo para o crescente

¹ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999, p.78

número de cargos administrativos, o “cabide de emprego”, ou como chamava Weber, “uma sinecura administrativa”, que garantiria um futuro seguro. Ou seja, os partidos aparecem como um meio para se garantir o futuro².

A finalidade de todo partido sistêmico³ é ser um partido eleitoral e, para isso, ele deve “agradar” a uma maioria. Na perspectiva do parágrafo anterior, todos os partidos têm como destino a profissionalização da política, ou seja, tornar-se uma máquina organizacional. Com quadros, estando hierarquizado e possuindo um estatuto.

No Estado Democrático, os partidos políticos devem atuar como uma organização, em âmbito distinto, porém interligado. Ou seja, participam tanto da formulação quanto da execução das políticas públicas. Sendo que quem concede esta tarefa é o voto popular nas disputas eleitorais. É esta participação do eleitorado que permite visualizar o partido enquanto elo entre a Sociedade e o Estado.

Na realidade, não se trata apenas de ser um mediador, nem tampouco de dirigir as massas. O objetivo do partido político moderno é fundamentar as bases do comportamento político que contenham interesse social e, mais que isso, que movem as massas. Contudo, isto pode levar a vários problemas, mas o principal, segundo Dows é a criação do “partido pega-tudo”, simples mediador de interesses particulares. Esta “fórmula degenerativa de partido” ocorre porque os partidos entendem ser necessário “cortejar as massas”, uma vez que o sufrágio universal faz com que os partidos políticos se utilizem de tal prática (cortejar as massas) para conquistar o sufrágio.

Todavia, a melhor maneira de se constituir quadros é através da burocratização. É a burocratização que vai aumentar a racionalidade do sistema político e, conseqüentemente, do próprio partido, já que ocorreria uma especialização funcional em sua organização. “Em sua estruturação interior, todos os partidos vão passando [...] à racionalização crescente da técnica das campanhas eleitorais, para a organização burocrática. Os graus de desenvolvimentos que os diversos partidos alcançaram neste caminho são diferentes, mas a tendência geral é

² Idem. p.69

³ Partido sistêmico é todo partido que aceita participar do jogo democrático, com todas as regras, deveres e direitos que o sistema proporciona, diferentemente de partidos como PCB, PSTU ou PCO, que participam da disputa eleitoral para contestar o sistema e se tiverem a possibilidade, implodi-lo de dentro para fora.

unívoca, pelo menos nos Estados de massas”⁴. Weber via esse processo de burocratização como inexorável.

Vê-se que a maximização de votos é uma tarefa complexa, haja vista que o partido que se encontra no poder, isto é, no governo, precisa compreender a relação entre o que o partido (ou o governo) faz e de qual maneira os cidadãos votam. A partir disso, percebe-se que os partidos, na verdade, “jogam” com a teoria econômica da democracia, tal qual o modelo proposto por Dows (1999), onde três categorias são estabelecidas como detentoras do poder de decisão: os cidadãos, entendidos isoladamente; os grupos corporativos, que visam interesses; e os partidos políticos. O que motiva a ação partidária é na verdade um comportamento racional com fins egoístas de seus membros, que procuram na verdade prestígio e poder perante todo o conjunto da sociedade. Mas não pretendo seguir tratando da racionalidade e, sim, mostrar como se deu a evolução dos partidos políticos e da democracia.

Para que exista uma democracia estável, é necessário que se tenha partidos fortes. Os quadros partidários não podem se submeter ao personalismo e os partidos têm que sobreviver às pessoas. Um partido para se consolidar precisa de mais tempo que uma mera geração. A estabilidade do sistema partidário depende disso.

Os partidos surgiram nos países que adotaram formas de governo representativo. Contudo isto não quer dizer que os partidos nasçam obrigatoriamente em um governo representativo; acontece que um governo representativo leva a processos sociais que estimulam a disputa pela gestão do poder. Motivado, conseqüentemente, pelos “representantes do povo”. É esta disputa que leva à democratização da vida política. Conquanto, cabe neste momento a afirmativa: o surgimento e o desenvolvimento dos partidos estão estreitamente relacionados ao alargamento do sufrágio universal e, portanto, à participação. O progressivo aumento da participação dos mais variados segmentos da sociedade na elaboração das decisões políticas, estimula o surgimento dos partidos políticos. E o momento em que se intensifica a participação é, invariavelmente, momento de

⁴ WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1999, p.547

grandes transformações sociais e econômicas. Portanto, a forma como se desenrola a formação dos partidos varia de país para país.

1.2 – Partidos e participação eleitoral no Brasil

Quando falamos em partidos políticos no Brasil, devemos compreendê-los sob diversas formas e características, não possuindo as agremiações do Império, ou mesmo da República Velha, quase nenhuma semelhança com as agremiações contemporâneas. A estruturação dos atuais partidos políticos é um ato recente no país (Reforma partidária de 1979), e foi com a democratização e o aumento do número de eleitores que surgiram os atuais partidos. O momento da Independência e da Promulgação da Constituição de 1824, já demonstrava uma certa complexidade social e político-administrativa de nosso país. Estes fatores propiciaram a formação dos primeiros partidos em meados do século XIX.

Durante a República Velha os partidos existentes não eram partidos nacionais. O caso mais notável é o PR. Existia o PRP (Partido Republicano Paulista), o PRM (Partido Republicano Mineiro), e etc.; ou seja, eram partidos estaduais. Isso não impedia a tentativa de organização de partidos nacionais (todas fracassadas). Quando da sucessão de Floriano Peixoto, em 1893, foi criado o Partido Republicano Federal, que obteve sucesso e elegeu Prudente de Moraes. Feito isso, ele sumiu. Depois, tivemos o Partido Republicano Liberal, de Rui Barbosa, que também perdurou apenas durante as eleições.

Com a Revolução de 30 o Brasil pouco avançou no que se refere à estruturação de partidos e institutos do sistema representativo; contudo, cabe ressaltar que neste período foi criada a Justiça Eleitoral, através do Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Porém, durante o Estado Novo a Constituição de 1937 revogou este decreto, que só voltaria em 1945, para que se pudessem realizar eleições para a Assembléia Constituinte e para presidente da República.

Porém, como é de conhecimento de todos, durante a década de 30 e a primeira metade da década de 40, não mais se realizaram eleições no país em virtude do golpe de novembro de 1937 que instaurou o Estado Novo. Todavia, vale ressaltar que havia se estruturado um embrião do que viria a ser a futura União

Democrática Nacional (UDN): a União Democrática Brasileira, que se constituía de antigos membros do Partido Democrático de São Paulo.

Na década de 30, alguns pensadores, como Oliveira Viana, convergiam para o ponto de que o autoritarismo seria o único regime que se enquadraria ao Brasil⁵. Os grupos revolucionários defendiam formas de governo que visavam dissociar a política partidária dos atos de decisão governamental, influenciados por eventos internacionais, os quais adaptavam às condições locais antidemocráticas. Outro grupo que defendia tal pensamento era formado pelas oligarquias, que visavam em primeiro lugar a autonomia estadual, além de buscar evitar a crescente participação popular. Portanto, temia-se a formação dos partidos representativos de organizações partidárias com interesse sócio-econômico.

Para o regime democrático que se instaura após 1945 é fundamental mencionar as bases nas quais se fundaram as organizações partidárias. O ponto simbólico foi o “Manifesto dos Mineiros”, em 1943, e a formação da UDN. Outro fato que deve ser mencionado é o início das atividades da máquina getulista, a saber, a criação do PSD, o Partido Social Democrático, um partido que foi criado de cima para baixo, de dentro do Estado, utilizando-se da estrutura do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público)⁶.

O PSD não encontrou dificuldades em se tornar um partido nacional. Já os outros dois principais partidos sim, o PTB e a UDN; embora o PTB, que da mesma forma que a UDN, não possuía esquemas estaduais para fortalecimento nacional, contava com o apoio de Vargas. O que levou à superação das dificuldades iniciais de estruturação foi, portanto, esta imagem mística de Getúlio Vargas, além, é claro, das vantagens clientelísticas do PTB, que desde o seu início se vinculou com os institutos de previdência, o que lhe deu a formação de seu estilo populista de fazer política.

A estrutura organizacional destes partidos não se constituiu em 1945, representando, portanto, a estrutura política e econômica desta época, uma herança do Brasil arcaico. Mas, sem dúvida nenhuma, estava sendo uma experiência válida, cuja sua interrupção nos atrasou em 21 anos no tempo cronológico, e sabem-se lá

⁵ Ver Maria do C. C. de Souza. Estado e Partidos Políticos no Brasil – 1930-1964

⁶ Ver M.ª do Carmo. p.109

quantos anos no que se refere ao desenvolvimento e institucionalização de uma política partidária.

Em março de 1964 uma conspiração militar derrubou o presidente João Goulart, pondo fim ao sistema multipartidário competitivo instalado no Brasil, quando da queda do Estado Novo. Reiniciando, portanto, o autoritarismo no Brasil. O primeiro presidente militar foi o General Castelo Branco, que governou de 1964 a 1967. Em seu governo foi baixado o AI-2 (Ato Institucional n.º2), extinguindo os partidos existentes desde a democratização de 1945 e obrigando a classe política a se organizar em duas agremiações: ARENA e MDB.

Na verdade, esta readequação em dois grupos não foi muito difícil de se realizar, uma vez que já havia uma tendência bipartidária no Legislativo Brasileiro desde 1959, quando foram criadas a FPN (Frente Parlamentar Nacionalista) e a ADP (Ação Democrática Parlamentar). Conquanto, as “negociações” para haver a adequação de formar dois partidos – no período militar – terminaram em 1966, formando assim a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) que representava a situação, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que aglutinaria as oposições. O problema é que a maioria dos parlamentares (tanto deputados quanto senadores) queria ser situacionista e esta legislação previa que um partido deveria conter um terço dos parlamentares. Disso resulta o fato do acordo só se concluir em 1966, quando a situação “convenceu” três senadores a migrarem para o MDB⁷.

Assim, vamos ver como se dividiram os antigos partidos nas novas agremiações: da UDN, 90% dos parlamentares migraram para a ARENA; o PSD ficou mais dividido, 64,5% foram para a ARENA e 35,5% para o MDB; quanto ao PTB, aproximadamente 70% foi para o MDB⁸. “No caso dos demais partidos, a grande maioria dos do PSP foi para a ARENA. Com a cassação e posterior morte do seu líder, Ademar de Barros, alguns passaram para o MDB nas eleições de 1966, mas nas eleições de 1970, voltaram ao seio da ARENA, pois ‘fora do governo não dava’ para os antigos pessepistas”⁹.

No que se refere à participação eleitoral, ela era desprovida de importância, uma vez que o regime intimidava maciçamente o eleitorado, nas instâncias em que o

⁷ Ver David Fleischer, Os partidos políticos no Brasil. Brasília: UnB, 1981. p.185

⁸ Idem p.186

⁹ Idem p.186

voto era “livre” e também era desprovida de importância porque na ditadura, o Legislativo tinha uma função menor, já que quem governava eram os militares e a tecnoburocracia do governo. Governadores, prefeitos das capitais e das cidades consideradas “áreas de segurança nacional” eram nomeados indiretamente. Já o presidente era eleito pelo voto indireto do Colégio Eleitoral. No governo Geisel – que foi a sucessão presidencial mais calma até então, no regime militar, vencendo com 400 dos 503 votos a eleição no Colégio Eleitoral, vitória esmagadora da ARENA – a herança de um eleitorado contraditório deixado por Médici, representou um grande teste para seu governo.

Se os governadores eram eleitos com facilidades pelas assembleias legislativas, facilmente controladas por Brasília, o mesmo não ocorria com tanta facilidade para o Congresso Nacional, que tinham eleições diretas. Assim as eleições de 1974 representaram um choque para o governo, com o grande apoio que as urnas concederam ao MDB. Os resultados foram surpreendentes, pois nem o mais otimista dos emedebistas esperava tal resultado. O MDB praticamente dobrou o número de cadeiras (naquele ano tinha passado de 310 para 364), saltando de 87 parlamentares para 165. A ARENA caiu de 233 para 199, equilibrando a Câmara dos Deputados. No Senado não foi diferente, o MDB passou de sete para 20 senadores, enquanto que a ARENA perdeu 13 senadores, caindo de 59 para 46. Mais um dado importante desta eleição. A ARENA venceu a eleição no número de votos para a Câmara dos Deputados; mas o MDB venceu no total de votos para o Senado, que é uma eleição majoritária¹⁰.

O que motivou os eleitores a votarem no MDB?

Para as eleições daquele ano o governo surpreendeu a todos ao permitir que todos os candidatos aparecessem na televisão, no horário eleitoral. Dessa forma os eleitores começaram a perceber que seus votos poderiam fazer diferença, e que o MDB representava a alternativa de mudança para o país. Isso porque o MDB centrou sua campanha em três temas: justiça social, liberdade civil e denunciando a desnacionalização. Com a vitória, o entusiasmo foi geral no MDB. Como afirma Skidmore, “os líderes do MDB argumentavam que sua vitória provava que o

¹⁰ Dados extraídos de Thomas E. Skidmore. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.34

eleitorado endossava suas posições”¹¹. E mais que isso, os eleitores mandaram um recado ao governo, eles queriam mudanças.

Apenas em 1977 o resultado das eleições havia sido digerido pelo governo, ou seja, faltava apenas um ano para as eleições. Mas, em 1976, quando das eleições municipais, o governo conseguiu extinguir uma lei do Congresso, a “Lei Falcão”, restringindo assim a propaganda no rádio e na televisão, ou seja, foi uma reação à campanha de 1974, quando o MDB saiu vitorioso. Como isso não garantiria a vitória da ARENA, o governo Geisel lançou em 1977 o “Pacote de abril”, que continha várias mudanças na lei eleitoral, a mais importante e lembrada era a que tornava um terço do Senado Federal elegível indiretamente, isto é, eram os “senadores biônicos”. Também com uma nova fórmula de representação na Câmara, a ARENA conseguiu o controle em todo o Congresso.

É no governo de João Figueiredo que começa a “abertura” para a democracia. O ministro chefe da Casa Civil, general Golbery propõe a volta do multipartidarismo. A intenção era óbvia, evitar que a ARENA perdesse as eleições, e também evitar fiascos como o de 1974, pois Golbery percebeu que o sistema bipartidário favorecia a oposição. Portanto, com o multipartidarismo a oposição se fragmentaria em vários partidos. Era só manter o partido do governo e formar coalizão, se preciso, com os conservadores da oposição.

Em 1979, novos partidos estavam formados. A ARENA foi rebatizada como PDS (Partido Democrático Social), e o MDB se tornou PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Posteriormente surgem: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista), e o PT (Partido dos Trabalhadores), liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. Também surgiu o PP (Partido Popular) um partido conservador de oposição, que em 1981 se fundiu ao PMDB.

Os fins almejados por Golbery se concretizaram. Mesmo com 59% do total de votos, a oposição não conseguiu a maioria nas duas casas. Na Câmara, PMDB, PDT, PTB e PT somavam 240 deputados contra 235 do PDS; porém, no Senado o PDS contava com 46 senadores, e a oposição 23. Também no Colégio Eleitoral o PDS possuía vantagem: 359 a 321¹². Assim, o controle da sucessão presidencial de 1985 estaria garantido, mas problemas internos do PDS impediram a escolha de um

¹¹ Idem p.35

¹² Idem p.63

candidato que tivesse o aval de todos no partido. Paulo Maluf saiu como candidato indicado pelo PDS, o que dividiu o partido. Conseqüentemente, os dissidentes formaram com a oposição a Aliança Liberal, dando a vitória no Colégio Eleitoral a Tancredo Neves, do PMDB.

Voltando à questão partidária, que é o que nos interessa, no Brasil os partidos nasceram no Parlamento, mas apesar disso, eles são máquinas organizativas que permitem a adesão de militantes. Dessa forma, PDS, PMDB, PTB, PDT e PT rumaram na direção partidária e começaram a estabelecer relações com a sociedade. Contudo, tem o caso do PT, que diferentemente dos outros partidos citados, tem sua origem exterior aos Parlamento, tem como base em sua fundação, setores sociais definidos, isto é, os operários do ABCD, a classe média intelectualizada, a Igreja da Libertação (uma corrente da Igreja Católica que tinha como representante Leonardo Boff, depois excomungado pela Igreja); porém, como afirma Fernando Henrique Cardoso:

“Não capturou, é certo, todo o movimento sindical; não se articulou nacionalmente; está penetrado por setores de esquerda organizada. Nada disso no meu entender diminui o feito: se não vier a ser o grande partido de massas sob a hegemonia dos trabalhadores, será, contudo, o partido de setores de trabalhadores e de setores intelectuais capazes de propor uma sociedade alternativa. Serão imperfeitos na proposta, contraditórios, etc. Mas quem não?”¹³.

Sendo assim, quando se fala em partidos políticos no Brasil, é necessário que se analise a partir de 1979. Os antigos partidos do período 1945-1964 não podem ser encarados como máquinas organizativas programáticas à moda dos partidos europeus (na verdade, nem os atuais podem); quiçá os partidos da República Velha, que eram estruturas a serviço das oligarquias estaduais.

Assim, é melhor que se faça uma análise do que ocorreu no pós 1979. Neste ano, o governo militar, na figura do Ministro Chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto Silva, propôs a volta do multipartidarismo. O Regime havia percebido que o bipartidarismo favorecia a oposição, o MDB. Dessa forma, surgem novos partidos: a ARENA se torna PDS, o MDB é rebatizado PMDB, e, ainda do MDB, surgem PP,

¹³ CARDOSO, Fernando H. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In: STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.474

PDT, PTB. Tem-se, também, o nascimento do PT. Só para lembrar, a estratégia do governo militar funcionou. Com a fragmentação do antigo MDB, o governo conseguiu manter o controle no Congresso. Mesmo com 59% do total de votos, a oposição não conseguiu maioria nas duas casas. Na Câmara, PMDB, PDT, PTB e PT somavam 240 deputados contra 235 do PDS; porém, no Senado o PDS contava com 46 senadores e, a oposição, 23. Também no Colégio Eleitoral o PDS possuía vantagem: 359 a 321 (SKIDMORE. In: STEPAN, 1988: 63).

O fator mais importante para se compreender os partidos políticos ocorreu em 1985, com a Emenda Constitucional nº 25. Esta Emenda propiciou, entre outras coisas, uma suavidade das exigências no que se refere ao funcionamento dos partidos e à fidelidade partidária. O art. 35 que tratava da perda de mandato quando da infidelidade partidária, foi suprimido.

Não foi apenas com a Constituição de 1988 que a institucionalização do novo regime implementou seu atual formato. É possível verificar traços da estruturação da forma partidário-eleitoral desde o seu início, em 1979. Assim, desde o princípio, o cenário político vivenciou períodos de funcionamento pleno, haja vista que a partir de 1982 começam a cair as barreiras de votos nos diversos cargos e níveis. Outro fator que facilitou a organização e institucionalização dos partidos foi a Reforma Eleitoral de 1985, que além do citado acima, estabeleceu eleições diretas para prefeitos de capitais, direito de voto aos analfabetos, entre várias outras mudanças.

Também houve, na Constituinte, um tom liberalizante com relação aos partidos políticos, sendo que os principais aspectos da ordem político institucional foram os seguintes: foi preservado o caráter nacional dos partidos; os partidos perderam o status de entidade pública, passando a ser considerados parte do direito privado; as regras de fidelidade partidária passam a existir apenas como matéria de competência interna dos partidos; com relação aos pequenos partidos funcionarem no Congresso, não é feita nenhuma restrição (como um número mínimo de porcentual de votos); nenhum artigo tratou das coligações eleitorais para eleições legislativas, o que, implicitamente, as autorizou (OLIVEIRA, 1997: 86).

Fator primordial foi a retomada do Congresso no que tange a atividades relacionadas ao desenvolvimento dos partidos políticos; uma vez que, com a Constituição de 1988, o Congresso recuperou sua função de intervir nas ações

políticas. “Algumas pesquisas apontam, por exemplo, que o comportamento partidário no Congresso vem indicando positivamente a definição de perfis político-ideológicos de alianças” (MENEGHELLO, 1998: 63). As análises das coalizões são fundamentais para que compreendamos o desenvolvimento do cenário político-partidário brasileiro. A influência partidária nas políticas de governo se tornou bem mais substanciais devido à distribuição dos ministérios entre os partidos coligados. A unidade dos partidos que constituem o governo é fundamental para que haja a implementação de medidas de comum acordo.

Desde a redemocratização, tirando o curto período do governo Collor, o que predominou foi a participação dos partidos nas políticas de governo. As reformas centralizadoras de Collor em toda a estrutura do poder executivo causaram um distanciamento do Congresso. Mesmo a reforma ministerial de 1992 não conseguiu desfazer o mal estar entre Executivo e Legislativo. Nesta reforma Collor ampliou sua base de apoio através da coalizão PFL, PDS, PTB, PL, PRN, PDC; entretanto, denúncias de corrupção agravaram a situação do presidente e, toda uma crise moral levou ao impeachment de Collor em 29 de setembro de 1992.

Quem assume é Itamar Franco, que começa a reconstruir o equilíbrio entre os poderes através da participação dos partidos no governo, com uma ampla coalizão que contava com PSDB, PFL, PMDB, PTB e PSB. Isto demonstra o quanto são importantes e fortes os partidos políticos através do controle ministerial.

Mudando de governo, o que marcou o governo de Fernando Henrique Cardoso foi a manutenção da política de coalizão governamental. A composição partidária do novo ministério atendeu à necessidade de ampliação das bases de sustentação do governo no Congresso Nacional. PMDB e PFL continuavam detendo as maiores bancadas, mas passavam a ser acompanhados de perto pelo PSDB. Pode-se afirmar, com isso, o quanto é importante para os partidos a eleição “casada”, isto é, eleições nos vários níveis no mesmo dia. Devido ao grande apoio popular de FHC nas eleições de 1994, com sua vitória já no primeiro turno, o PSDB aumentou consideravelmente sua bancada no Congresso. Fato semelhante ocorreu na eleição de 2002, que com o grande apoio a Lula, o PT elegeu a maior bancada.

Isto se faz importante porque não só no nosso caso, mas em todas as democracias partidárias, deve-se buscar a legitimidade a partir do apoio conquistado

nas eleições. Sendo, portanto, mister a análise do sistema eleitoral, haja vista que é o partido ou coligação que exerce poder sobre os mandatos. Segundo Maria do Socorro Sousa Braga, no que se refere à quantidade de partidos no sistema partidário, “esse número é importante porque indica o grau em que o poder político está disperso ou concentrado” (BRAGA, 2006: 60).

A palavra que diferencia o Brasil de hoje daquele de 1994, ou mesmo até alcançar o Brasil de 1985, é estabilidade. Não apenas no sentido econômico, mas também no sentido político. Ou seja, a estabilidade de valores. No Brasil de hoje, a normalização dos valores democráticos é algo palpável, embora o regime democrático ainda não esteja plenamente consolidado. Com relação à organização partidária neste período, a situação ainda é bem complexa, onde poucos partidos têm base organizada e ligada à sociedade.

Porém, concordando com Maria D’Alva Gil Kinzo, o Brasil não é o único caso de país com partidos fracos. Muitos países do chamado Primeiro Mundo também sofrem das mesmas mazelas que possuímos; contudo isso não deve justificar, nem subestimar (como afirma a autora), nossa grave situação (KINZO, 1993: 69). Acontece que, no caso do Brasil, os partidos nascem no Parlamento. Entretanto estes partidos propõem em seus estatutos uma maior interação com a “sociedade civil”. No Brasil existe o exemplo do PT, que se formou com uma base de operários e sindicalistas do ABCD, setores da classe média e membros da Igreja Católica, principalmente os ligados à Teologia da Libertação. Constituiu-se de forma externa ao Parlamento, tal qual a definição de Duverger.

Soma-se a esta falta de diálogo entre político profissional e sociedade (via partido político) a infidelidade partidária. Não há por parte do eleitorado uma identificação com uma sigla, com uma ideologia. Segundo Kinzo:

“essa rarefação dos vínculos entre partidos e a sociedade não causam surpresa, tendo-se em conta a precariedade da experiência partidária brasileira. (...) A constante mutação das bancadas partidárias nos legislativos, em consequência das trocas de legenda, é evidência suficiente da frouxidão dos vínculos até dos representantes com seus respectivos partidos” (KINZO, 1993: 70).

O atual sistema mostra a inexistência de reflexões sobre a sociedade por parte dos partidos. Mas, não podemos nos esquecer que os partidos são, na sociedade moderna, o canal de expressão dos comportamentos políticos e, conseqüentemente, a reorganização institucional deve se basear no fortalecimento da relação partido/sociedade. E este fortalecimento deve ocorrer independente do partido se encontrar à direita ou à esquerda do espectro ideológico. Como mostra Sartori (1982), a criação de blocos estimula a criação de coalizões, que por sua vez leva à estabilidade institucional.

Braga sintetiza bem estas últimas assertivas: “A permissão para a celebração de coligações de 1986 em diante e a legislação partidária mais flexível quanto à organização de novos partidos, instituída em 1985, favorecem o início da ampliação do multipartidarismo nos estados, aumentando os subsistemas partidários” (BRAGA, 2006: 110).

É claro que ainda não nos encontramos em um sistema partidário parlamentar estável; contudo, caminhamos para tal. A existência de posições não polarizadas entre direita e esquerda facilita a aproximação dos partidos (segundo os conceitos de Sartori). Acontece que, no início, segundo Olavo Brasil, “a perda progressiva da representatividade da Câmara foi, assim, obstáculo poderoso ao exercício legítimo do Poder Legislativo. (...) As cisões intrapartidárias foram, assim, a válvula de escape no processo de adaptação a uma nova ordem política, estratégia de sobrevivência de parte das elites parlamentares” (LIMA JR, 1993: 83-84). Esta fragmentação deu um novo perfil à disputa eleitoral, mas principalmente tornou indispensável a coalizão governamental, apesar, ainda, da fraca coesão interna dos partidos. Hoje não existem partidos majoritários; para se governar há de se fazer um “pool” de partidos. E com relação aos que estão se fixando neste novo cenário da

democracia liberal representativa brasileira, podemos citar PT, PMDB, PSDB, DEM (PFL), PTB e PDT.

A classificação, enumeração e contagem dos partidos se fazem necessários para que se estabeleça o grau de desenvolvimento e de estabilidade tanto do sistema partidário quanto da democracia de um país. Para Duverger (1987) e Sartori (1982), quanto mais partidos, mais instável é o sistema partidário, ou sequer ele existe, pois facilitaria a polarização ideológica, o que impediria a formação de governos estáveis. No caso do Brasil, existem de seis a sete partidos disputando a formação de governo, com outros partidos gravitando em torno destes principais, e há sim a formação de governos estáveis (embora ocorram crises de poder e muita chantagem dos partidos para com o governo, no que se refere a interesses de cada partido), desde a coligação PMDB/PFL do governo Sarney, passando pela coligação PMDB/PFL/PSDB/PTB/PSB, do governo Itamar Franco, do governo FHC com PSDB/PFL/PTB/PPB/PMDB, até a ampla coligação do governo Lula com 12 partidos que vão da esquerda à direita.

Como se vê, a história política brasileira é cheia de interrupções e, na verdade, continuidades de certos aspectos de uma conjuntura para outra. Também se observa o quanto é complexa a estrutura de oportunidades promovida pelo desenho institucional do sistema de representação eleitoral, onde além de se realizar eleições para três níveis de governo (municipal, estadual e nacional), ainda tem a escolha dos representantes dos poderes Legislativos e Executivos de cada um dos níveis de governo. Ademais, cada eleição conta com sistemas eleitorais diversos: sistema proporcional com lista aberta para o Legislativo, com exceção do Senado Federal que é formado através de eleição majoritária, e o sistema majoritário para o Executivo.

1.3 – Partidos: o que e quantos?

A análise dos tipos e quantidade de partidos em uma democracia representativa se faz importante haja vista que são estas variáveis que irão demonstrar se o sistema partidário funciona ou não. A forma como é feita esta análise é que muda e, mesmo assim, ao se adotar um modelo para realizar a

pesquisa, este não deve ser compreendido como um tipo puro. Há de flexibilizá-lo. O próprio Sartori ao nos apresentar um modelo de estudo afirma isto.

Ao fazer uma análise do modelo proposto por Sartori, observa-se a existência de sete tipos de sistema partidário, onde os principais são: pluralismo polarizado, pluralismo moderado, bipartidarismo e atomizado. Contudo, além de se analisar estes tipos, faz-se necessário a observação do tipo de sociedade, ou seja, se a sociedade é segmentada ou não. Este é um fator que também irá determinar o modelo de sistema partidário a ser adotado por um país; e mais que isso, ajudará a explicar a sua funcionalidade ou não.

No caso do Brasil, que é o que interessa neste trabalho, tratando-se dos tipos apresentados por Sartori, no pluralismo polarizado, o autor faz sua explanação da seguinte maneira: a primeira característica seria a presença de partidos anti-sistema relevantes, isto é, que conseguem enfraquecer a legitimidade do regime em vigor. Este não parece ser o caso do Brasil, pois partidos como PSTU e PCO, e até mesmo o PSOL que tem representatividade parlamentar, não conseguem desestabilizar o sistema. A segunda característica seria a existência de oposições bilaterais, como a água e o óleo no mesmo copo. Aqui isto não aparece cristalizado uma vez que nossa dinâmica eleitoral possibilita que partidos sejam adversários em uma eleição e aliados em outra (mesmo quando da verticalização com as chamadas alianças brancas). A terceira e a quarta características podem ser analisadas juntas. A terceira implica na existência de um partido no centro. “O sistema é multipolar porque sua mecânica competitiva gira em torno de um centro que tem de enfrentar tanto uma esquerda como uma direita” (SARTORI, 1982: 160). Isto leva à quarta característica, que é o desestímulo à competição centrípeta. Isto mesmo, não se trata de um equívoco, ele é baseado no centro justamente por ser polarizado. No Brasil, a existência de partidos no centro do espectro ideológico ajuda na formação de governos. A quinta característica também pode ser somada à terceira e à quarta, pois trata da tendência das competições centrífugas sobre as centrípetas. A sexta característica diz respeito ao grau de ideologização. Conforme diz Sartori, toda sociedade é ideologizada, e ao passar do grau da atomização os partidos começam a ter graus mais elevados de ideologia. No Brasil, apesar do recente processo de formação dos partidos, encontramos partidos com fortes traços ideológicos. O sétimo ponto é a presença de oposições irresponsáveis. “Em outras palavras, as

coalizões alternativas pressupõem um sistema no qual todos os partidos relevantes orientam-se para o governo e são aceitáveis como partidos governantes. Contrariamente, o rodízio periférico consiste de partidos que governam de forma permanente, simplesmente mudando de aliados nas suas vizinhanças” (SARTORI, 1982: 164). No nosso caso, a eleição de 2002 marcou o início da alternância de governos. Ainda é cedo para afirmar que neste aspecto já nos consolidamos; faz-se necessária mais uma alternância pelo menos. Finalmente, a última característica do pluralismo polarizado é o que Sartori chama de política *do dar mais*, de prometer demais, que se torna uma regra da competição. Aqui, isso se associa à corrupção, que apesar de combatida ainda predomina.

Vê-se, assim, que o Brasil não se enquadra em um pluralismo polarizado. O sistema eleitoral brasileiro, com eleições “casadas”, inibiu a alta fragmentação, e a existência de partidos de centro inibiu a polarização; soma-se a estes fatores o presidencialismo de coalizão. O Brasil caminha para um pluralismo moderado, uma vez que se enquadra na definição proposta por Sartori: “(i) uma distância ideológica relativamente pequena entre seus partidos relevantes, (ii) uma configuração de coalizão bipolar, e (iii) competição centrípeta” (SARTORI, 1982: 207).

Estas são variáveis importantes para se classificar sistemas partidários, mas não são as únicas. O modelo das clivagens ou das dimensões dos conflitos partidários, proposto por Lijphart, também é vital para se analisar o cenário político-partidário. Lijphart nos fornece sete dimensões: sócio-econômica, religiosa, étnico-cultural, urbano-rural, apoio de regime, política externa e pós-materialismo. Do mesmo modo que as análises anteriores sobre os conceitos de Sartori, vamos trazer as questões para o Brasil.

Observando-se os programas dos partidos políticos no Brasil, vamos encontrar muitas diferenças no que concerne à dimensão sócio-econômica, principalmente no que se refere ao espectro ideológico (esquerda-direita). Segundo Lijphart,

“há quatro posições partidárias de esquerda confrontada com outras tantas de direita sobre a política econômica: (1) domínio governamental contra privado dos meios de produção; (2) papel forte contra fraco do governo no planejamento econômico; (3) apoio contra oposição à redistribuição da riqueza dos ricos a favor dos pobres; (4) expansão contra resistência aos programas governamentais de assistência social” (LIJPHART, 1989: 177-178).

A dimensão religiosa não é marcante no Brasil; até existem alguns partidos vinculados a igrejas, mas não são relevantes (de acordo com a classificação de Sartori). Isto é normal em países homogeneamente religiosos, segundo Lijphart. Também a dimensão étnico-cultural não está presente aqui; isto não quer dizer que estas questões não façam parte dos programas dos partidos políticos. A dimensão urbano-rural também não é observada, embora exista a bancada ruralista; mas não está concentrada em um ou dois partidos que defenda apenas esta questão.

A dimensão de apoio ao regime também não está presente devido à inexistência de partidos que se opõem ao regime democrático, e/ou que possuam alguma relevância. Mas foi muito importante na Europa, notadamente na França, na Itália e na Finlândia. Já a dimensão da política externa pode ser verificada no Brasil, mas não é predominante. Existem partidos favoráveis e contrários ao MERCOSUL, favoráveis e contrários à ALCA, partidos que são apenas nacionalistas.

Por fim, existe a dimensão pós-materialista, presentes nas democracias industrializadas mais antigas e mais desenvolvidas, que, contudo, ainda não se fez presente em muitos sistemas partidários. Este modelo defende a democracia participativa e o movimento ecologista. Devido ao grande interesse dado às questões ambientais pelos brasileiros, de acordo com pesquisas recentes, muitos partidos ensaiam uma reconversão de seus programas para este tema; entretanto não possuímos aqui um PV, tal qual o alemão, com grande relevância (inclusive na formação de governos). Estas questões ainda são mais discutidas em ONGs, e pouco em partidos políticos.

Percebemos assim, uma forte influência da dimensão sócio-econômica, outra mais fraca da dimensão da política externa, uma tentativa de reconversão da dimensão pós-materialista. As outras são muito fracas ou mesmo inexistentes no Brasil. Segundo Lijphart, “a regra geral é que o número de dimensões aumenta à

medida que o número de partidos igualmente aumenta” (LIJPHART, 1989: 199). Sendo assim, pode-se definir que: se levar-se em consideração que o sistema partidário brasileiro é atomizado ou de pluralismo polarizado e, se observar-se a falta de muitas dimensões no nosso modelo, afirma-se que estamos numa grave crise ideológica, pois com poucas dimensões temos muitos partidos. Ou, levando-se em consideração que o sistema brasileiro é marcado pela ação de uma ou duas dimensões, e levando-se em conta o critério da relevância dos partidos, observa-se que o sistema brasileiro é um pluralismo limitado, ou moderado.

1.4 – A consistência dos partidos

Diante do atual cenário político-partidário brasileiro, é possível afirmar que estamos vivenciando um modelo com estabilidade? Existe alguma representatividade por parte dos partidos? Há diferenças ideológicas? Conseguem formar alianças de governo? Ou antes, até, conseguem nossos partidos alguma relevância para que se tornem imprescindíveis na formação de governo? Conseguem criar vínculos, ou laços, com o amplo eleitorado brasileiro?

As respostas são muitas e variadas, uma vez que as formas de análises podem ser variadas. Quando se conta os partidos eleitorais, obtêm-se um número, quando se conta os partidos parlamentares encontramos outro. É necessária a inclusão de outra variável: a força dos partidos (NICOLAU, 1997: 30). Entretanto, conforme o que afirma Jairo Nicolau, “a principal limitação de procedimentos matemático-quantitativos é a impossibilidade de construir tipologias que levem em conta outros aspectos da competição partidária, tais como a posição ideológica dos partidos, a existência ou não de partido dominante, potencial de coalizão ou veto de certos partidos” (NICOLAU, 1997: 31).

Volta-se, assim, para Sartori, que sugeriu uma forma de mensurar os partidos de acordo com a sua relevância, estabelecendo-se duas regras: potencial de coalizão e potencial de chantagem. No primeiro caso, mesmo um partido considerado pequeno, mas que pode decidir a maioria de um governo, é classificado como relevante, e no segundo caso, observa-se os partidos anti-sistema capazes de influenciar os partidos orientados para o governo. Todavia este tipo de modelo é útil

para classificar partidos em sistemas parlamentaristas, embora ajude na classificação de nossos partidos de um presidencialismo de coalizão.

À primeira vista, olhando-se o número de partidos que disputam as eleições, concordaríamos com Sartori que afirma ser nosso caso de partidos atomizados; contudo ao observarmos a quantidade de partidos que realmente conquista a representatividade, saltaríamos para uma polarização extremada (o que ainda não é grande coisa). Mas ao observarmos a ideologia, as migrações, e os votos mesmos de cada partido, teremos que rever nossa classificação. No que se refere à ideologia, Leôncio Rodrigues (2001) demonstra que há sim diferenças marcantes entre partidos conforme se caminha da esquerda para a direita do espectro ideológico. Um resultado disso é que as migrações partidárias geralmente são feitas dentro do mesmo espectro, ou para o centro. E no que tange à votação, dificilmente um partido alcança mais de 20% dos votos, mas apenas de seis a sete partidos conquistam mais de 5%. Sendo que são estes partidos que irão dar sustentabilidade ou não ao governo, de acordo com as alianças que venham a formar. Segundo Rodrigues, “as coligações não são tão aleatórias como habitualmente se tende a crer, o que diminui seu significado como indicador da inconsistência programática dos partidos. Na grande maioria das vezes, as coligações se fazem entre partidos com alguma afinidade ideológica” (RODRIGUES, 2001: 39).

Outro item que também serve para medir a estruturação partidária é a disciplina dos partidos. Como o partido orienta, e como os parlamentares votam. Além de também se observar como encaminham os partidos de acordo com o seu perfil ideológico. Rodrigues, citando Limongi e Figueiredo, escreve que a coesão partidária é grande (acima dos 75%). E mais, os partidos pertencentes ao mesmo bloco ideológico votam de forma parecida. Observadas as votações no Parlamento durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, vê-se um número de derrotas do governo abaixo de 5%, índice muito próximo das democracias parlamentaristas européias.

Por conseguinte, vê-se que o Brasil caminha para uma estabilidade do sistema partidário; ainda não pode ser caracterizado como um sistema completo e acabado tal qual outras democracias, mas também não pode ser definido como um modelo típico de subdesenvolvimento do quadro político-partidário como o definido

por Sartori, por exemplo, em virtude de ser uma democracia recente que ainda está construindo seus sólidos alicerces.

Necessita-se ainda de uma melhor adequação tanto do sistema partidário quanto do sistema eleitoral. Sendo uma democracia recente e precisar já de uma reforma não é sinal de fraqueza. Fraqueza é não admitir que se necessite de mudanças. Entretanto é preciso atenção para qual tipo de reforma deve ser feita. As que atendam às necessidades do país, ou as que sirvam para as vaidades de alguns políticos profissionais. Como exemplo, o fim da reeleição para o Executivo com o aumento de quatro para cinco anos dos mandatos, somado a eleições a cada quatro anos para o Parlamento, podem agravar a situação brasileira e representar um retrocesso no desenvolvimento de nosso sistema partidário. Já a manutenção deste sistema mais o fim das coligações nas eleições para o Parlamento, listas fechadas, bloqueadas e hierarquizadas, com um sistema eleitoral com voto distrital misto, tenderia a enxugar o número de partidos, facilitando as coalizões, favorecendo, assim, a formação de alianças governamentais.

Novamente ao se remeter à análise de Dows (1999), compreende-se que o que determina a quantidade de partidos em uma democracia é, além da escolha do sistema eleitoral, a distribuição do eleitorado defronte aos partidos. Sendo assim, a quantidade de partidos depende da sociedade; mas depende também do sistema eleitoral escolhido, numa relação de causa e efeito tanto de um quanto de outro.

Este capítulo foi fundamental para compreender o que é o partido político, qual sua função, como se coloca no jogo político. Foi importante para demonstrar o desenvolvimento dos partidos políticos no Brasil e dar a base para o desenvolvimento desta dissertação no que se refere a mostrar a volatilidade eleitoral de dois dos principais partidos brasileiros na República Nova, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Os próximos dois capítulos procuram demonstrar o quão partidário é o voto no Brasil.

Capítulo 2 – O voto no PSDB e do PT em São Paulo

2.1 - Introdução

O conceito de volatilidade eleitoral deve ser aplicado com o objetivo de demonstrar a preocupação teórica em se compreender o processo histórico não só da institucionalização como também, sobretudo, da transformação de regimes democráticos. A partir da análise minimalista de que democracia é um regime político onde postos de governo são preenchidos por uma disputa eleitoral aberta e regular, Przeworski e Limongi (1994), atestam o termo “contestação”, de Dahl, que, segundo estes autores, melhor explica o contexto não só brasileiro, mas ao menos de dez países da América do Sul. No estudo “Democracia e desenvolvimento na América do Sul: 1946-1988”, apesar dos autores abordarem qual regime é melhor para o desenvolvimento econômico ou ainda se uma crise econômica é capaz de abalar os pilares de uma democracia, é importante, para esta dissertação, o modo como atestam a estabilidade do modelo brasileiro.

O trabalho de Przeworski e Limongi é rico em análises estatísticas e carente em teoria, uma vez que os autores não procuram extrair ilações gerais, mas sim realizar um estudo histórico dos dez países sul-americanos. Os autores também fazem a ressalva de que tais características apontadas neste cenário analisado podem não ser encontradas em outros lugares do mundo, ou mesmo nesta região ao analisá-la em um futuro próximo ou longínquo. Enfim, trata-se de um clássico exemplo de trabalho do Neo-Institucionalismo Histórico. Faço este breve enunciado para esclarecer que esta dissertação também possui mais estatística que teoria propriamente dita. E que os dados que serão apresentados a seguir refletem o cenário atual, das últimas eleições de âmbito nacional.

Por mais que se afirme a falta de interesse, a falta de mobilização e mesmo até a despolitização da maioria dos cidadãos, as eleições sempre são catalisadoras de opinião e despertam sim o interesse da população. Claro que possivelmente a maioria ainda ache a política algo distante; contudo, a cada dois anos o povo é colocado no centro de disputas eleitorais e o eleitor brasileiro tem se mostrado coerente e literalmente tem tomado partido. O eleitor pode até começar descrente e distante do processo eleitoral, mas no decorrer da campanha encontra motivos para

defender sua opinião e votar no partido de sua preferência. Preferência essa que é tomada no longo prazo, ou seja, relacionando-se à classe social que o eleitor pertence, ao gênero, à religião, grau de escolaridade, se vive em municípios maiores ou menores. O eleitor também maximiza os ganhos que obteve com um governo específico, ou ainda potencializa ganhos com uma outra alternativa no poder. Assim, os fatores de médio prazo como avaliação de políticas públicas e de candidatos também influenciam na hora do voto. Até o Brasil alcançar a estabilidade econômica, o chamado “voto econômico” era muito usado para explicar as primeiras eleições presidenciais no pós Regime Militar (1989, 1994 e 1998) (CARREIRÃO, 2002). Ou seja, segundo Carreirão, ao fazer essa avaliação e porque não, um cálculo, o eleitor mostra que não vota de modo irracional.

2.2 – Comportamento Eleitoral

A análise do comportamento eleitoral tem sua origem na Escola Sociológica de Columbia, notadamente com Lazarsfeld e Berelson. Há um grande debate na literatura sobre comportamento eleitoral no que diz respeito às variáveis sociológicas que agem no momento da decisão do voto. Nesta escola, enfatiza-se que os eleitores de uma determinada classe, faixa etária ou gênero, se dispõem a votar em um determinado candidato ou partido que se mostre mais próximo ao segmento que o eleitor se encontra. Ademais, há nesta escola sociológica, a noção de que cada segmento social processa de forma distinta o modo pelo qual enxerga o meio político e, dessa forma, toda a decisão do voto.

O que vale ressaltar, é que os eleitores decidiriam em qual candidato ou em qual partido iriam votar a partir de predisposições determinadas pela posição que ocupam na sociedade. Não obstante, um outro ponto que interfere na escolha eleitoral é o grau de interesse nas eleições. Lazarsfeld demonstrou em seu estudo “The People’s Choice”, que quanto maior o interesse eleitoral, mais os conceitos da campanha são assimilados e, com isso, menos o poder de persuasão de curto prazo age nestes eleitores, ou seja, dificilmente haverá mudança no voto. Lazarsfeld concluiu que as campanhas não tinham a capacidade de persuadir os eleitores; contudo, estímulos que eram dados durante as campanhas encontraram eleitores já predispostos a aceitá-los. Como afirmou Lazarsfeld, “as modernas campanhas

presidenciais terminam antes delas começarem” (LAZARSFELD, 1944: 317). Em suma, no dia da eleição os eleitores indecisos tendem a votar conforme suas predisposições e os eleitores que se mostravam decididos bem antes do pleito, na campanha reforçavam ainda mais sua opinião original.

Uma outra escola importante para se analisar comportamento eleitoral é a Escola Psicossociológica de Michigan, que na verdade veio como um complemento da Escola Sociológica de Columbia. Assim, nessa escola, não há a negação das questões macros, mas sim visa estabelecer uma rede causal entre os fatores existentes, dando uma conotação individual às predisposições sociais que determinam o voto. Neste sentido, de acordo com Jairo Pimentel, nesta escola,

“o conceito de identificação partidária denota que o partidarismo é decorrente da internalização de certos comportamentos, símbolos e significados ainda durante a fase de aprendizado dos eleitores, sendo tal aprendizado orientado substancialmente pelo ambiente cultural, familiar e histórico em que ocorre a socialização em relação a determinado grupo. Dessa forma, esse conceito se refere aos sentimentos estáveis que os eleitores desenvolvem por um determinado partido na instância de socialização, fato que molda ainda na infância a perspectiva política na vida adulta” (PIMENTEL, 2007:18).

Nesse caso, diferentemente que na Escola Sociológica de Columbia, a predisposição, ou melhor, a identificação partidária, é o principal fator de influência (predisposição) no momento da decisão do voto. E isto explica o porquê da estabilidade partidária nos Estado Unidos. Claro que o surgimento de novos temas políticos, bem como acontecimentos como crises, guerras, e mesmo discussões ideológicas podem, no decorrer do tempo, modificar o voto partidário e, assim, por fim à estabilidade do voto partidário. Aliás, esta é a maior crítica que se faz à Escola Psicossociológica. Mas, não se pode deixar de considerar a identificação partidária como um vital componente de longo prazo no determinante do voto.

Além dessas duas escolas citadas, existe ainda a teoria da escolha racional (Rational Choice), tendo o seu principal expositor, Anthony Downs, na obra “Uma teoria econômica da democracia” de 1957. Downs, nessa obra, caracteriza tanto os

partidos como os eleitores como agentes políticos em busca da maximização das suas satisfações subjetivas, tal qual um situação de produtores e consumidores no mercado econômico.

Segundo Dows, no eleitor racional, a ideologia corresponde a um meio mais fácil de apreender o mundo político e, dessa forma, tomar a decisão do seu voto. Nada mais é que um atalho (*shortcuts*) que o eleitor dispõe. Mais uma vez de acordo com Jairo Pimentel,

“no modelo dowsiano o eleitor racional é aquele que dado o baixo nível informacional sobre posicionamento dos partidos nos vários temas políticos, utiliza a ideologia partidária para diminuir o custo de se informar sobre o posicionamento de cada um dos partidos nesses temas, esperando que o partido que possui a mesma ideologia que a dele lhe traga maior renda de utilidade se ele estiver no governo” (PIMENTEL, 2007:25).

Nessa escola, portanto, a noção de racionalidade diz respeito tão somente ao processo de tomada de decisão enquanto um meio estratégico. Em suma, alcançar o fim almejado através dos meios de que se dispõe.

Para sintetizar estas três escolas, no que se refere a fatores que influenciam o voto, tem-se os fatores de longo prazo, de médio prazo e de curto prazo. Os fatores de longo prazo são os mais ligados ao campo da sociologia, pois englobam as características econômicas e sociais dos eleitores tais como classe, gênero, grau de urbanização, escolaridade, religiosidade e, também porque é um fator de longo prazo a predisposição partidária e ideológica. Já os fatos de médio e curto prazo são mais analisados na teoria da escolha racional¹⁴. Como fatores de médio prazo, tem-se a avaliação das políticas públicas, da situação econômica e a avaliação do governo, enfim, trata-se de um julgamento do governo. Já como fatores de curto prazo, observa-se a avaliação da imagem do candidato, bem como a avaliação prospectiva tanto dos partidos como dos candidatos.

¹⁴ Embora, como citado anteriormente, esta teoria não exclui os fatores de longo prazo, muito pelo contrário, corrobora-os.

2.3 – Considerações sobre a análise dos dados

Muito se fala de reforma política, principalmente em anos eleitorais, mas pouco se tem feito de prático sobre este tema. Muitos estudos mostram a necessidade de uma ampla reforma política; outros tantos mostram que pequenos ajustes bastariam. Mas poucos estudos mostram que na realidade o Brasil não precisa de uma reforma política. Pelo menos não precisa de uma reforma para consolidar a democracia, esta, por sinal, já consolidada. Se for feita uma reforma será muito mais para agregar ou, até mesmo, alterar um formato de democracia. Ou seja, dar outra funcionalidade. Mas como veremos a seguir, o atual modelo funciona muito bem.

Neste capítulo procuro demonstrar que na realidade o próprio eleitor já realizou a “reforma política”. Utilizando-me de dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), realizei um cruzamento dos votos no PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e no PT (Partido dos Trabalhadores). Deste cruzamento foram gerados gráficos que mostram uma tendência do voto: um determinante do voto. Realizei este procedimento para o Estado de São Paulo¹⁵. Foi escolhido este Estado devido ao longo embate entre PSDB e PT, berço dos dois partidos. Além disso, cabe ressaltar a importância econômica desse estado da federação brasileira. Cabe ressaltar que embora enfatize estes partidos, não deixei de computar os votos em outros candidatos de outros partidos. Após estes resultados tracei um gráfico de tendência para o Brasil, analisando as últimas três eleições, também não excluindo os votos dos candidatos de outras legendas. As eleições analisadas foram para o Executivo Estadual e Federal, sendo os dados referentes ao primeiro turno.

Outra questão metodológica que devo mencionar aqui, é que realizei um cruzamento entre eleições Estaduais e a Federal, ou seja, fiz o cruzamento entre o candidato a Governador de um partido e o candidato a Presidente de outro partido, de modo que pudesse observar o voto no partido em disputas diferentes, ou seja, aferir o quão partidário é o voto nestes Estados. Se analisasse a disputa pelo voto para o mesmo cargo é óbvio que onde um fosse bem o outro iria mal; mas ao realizar este procedimento é possível observar se há uma tendência a votar em um

¹⁵ Também foi realizado este procedimento para os Estados de Minas Gerais e Pará, com embates entre candidatos destes mesmos partidos. Trata-se de uma prévia de um trabalho maior que analisará o voto em todas as Unidades da Federação. Os dados referentes a estes Estados se encontram no Anexo 2.

mesmo partido em disputas de cargos distintos. Para padronizar todos os gráficos, os candidatos do PSDB sempre ocupam o eixo X (horizontal) e os candidatos do PT, o eixo Y (vertical).

2.4 – O voto partidário no Estado de São Paulo

Antes de apresentar os dados, algumas considerações devem ser feitas. Em primeiro lugar, os dados eleitorais que foram obtidos no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) foram transportados para um arquivo Excel sempre aos pares, isto é, candidatos a Presidente e a Governador por partidos diferentes e, em cada Estado analisado. A partir disso e, verificando-se que os votos obtidos por cada candidato correspondiam sempre à mesma cidade, utilizei-me de um programa que é uma extensão do Excel, o XLSTAT para realizar cruzamentos em formato *Scatter Plots*, que são os gráficos apresentados a seguir.

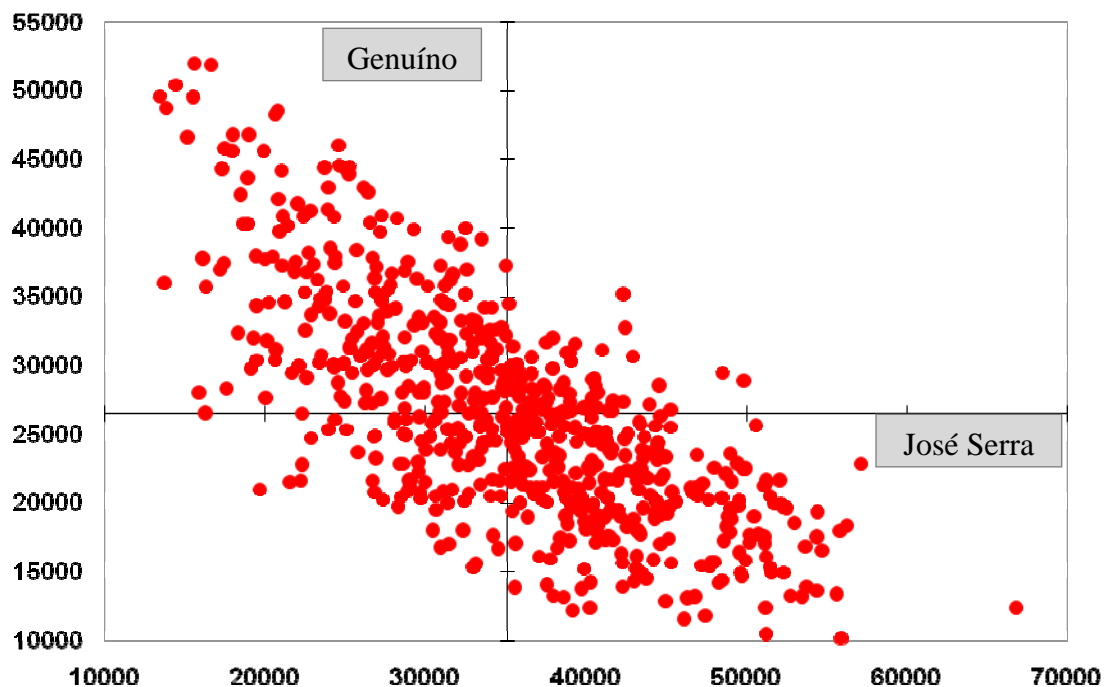
Os gráficos, para se observar se há coerência do voto partidário ou não, devem sempre ser analisados aos pares, ou seja, gráfico candidato a Presidente pelo PSDB X candidato a Governador pelo PT, junto com o gráfico candidato a Presidente pelo PT X candidato a Governador pelo PSDB. Quanto mais semelhantes forem os gráficos, maior será a coerência do voto partidário.

Sendo assim, desde o fim do malufismo, após tantas denúncias contra Paulo Maluf e até mesmo a sua prisão, a disputa eleitoral em São Paulo tem se dado entre PSDB e PT. O fato de estes partidos terem nascido e, por concentrarem suas maiores lideranças no Estado de São Paulo, pode explicar porque a maior dicotomia entre estes dois partidos possa ser vista de forma mais nítida, tenha se consolidado mais. Em todos os gráficos é bem visível a rejeição mútua entre os partidos no Estado de São Paulo.

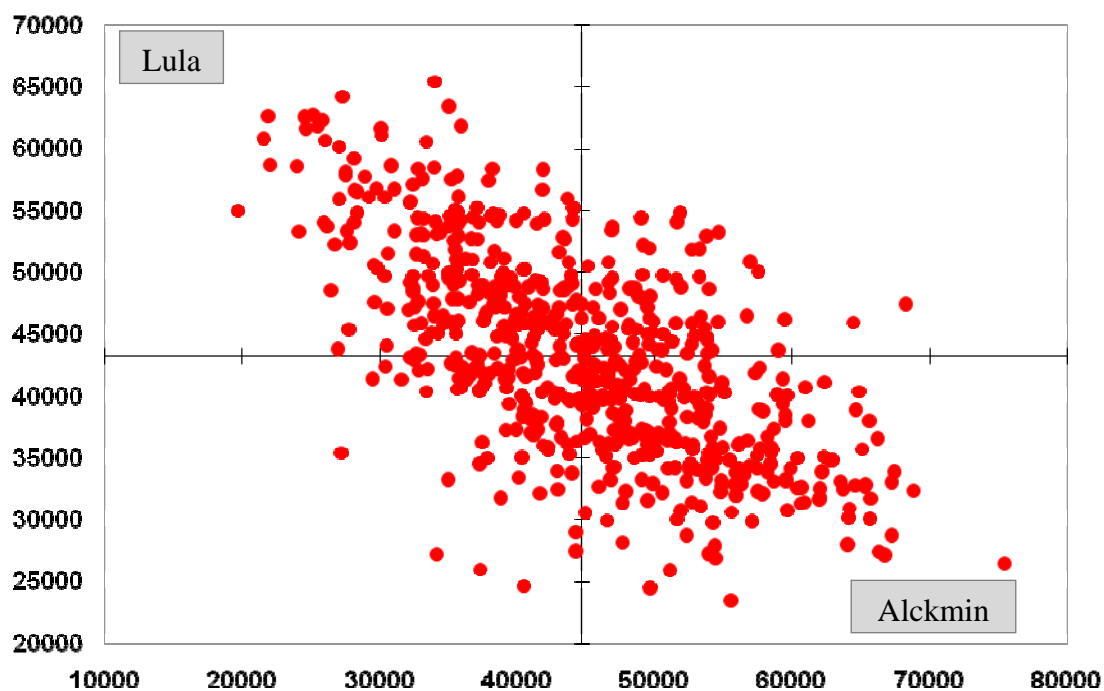
Podemos notar que os quadrantes superiores direito sempre possuem poucos municípios. Os quadrantes inferiores esquerdo também. O que foge um pouco a esta regra é o gráfico 3, mas neste gráfico, o quadrante inferior direito nos apresenta muitos municípios, ou seja, concentração de voto em Alckmin, ao passo que o quadrante superior esquerdo, que nos mostra onde Aloísio Mercadante foi bem votado não possui uma grande concentração. Uma das hipóteses para este acontecimento pode ter sido a alta concentração de voto em José Serra, que venceu

a eleição no Primeiro Turno. Logo, Mercadante foi um candidato fraco para o PT. Isto é o que poderia explicar a diferença deste para os outros gráficos feitos para o Estado de São Paulo, ou seja, volatilidade dos eleitores do PT.

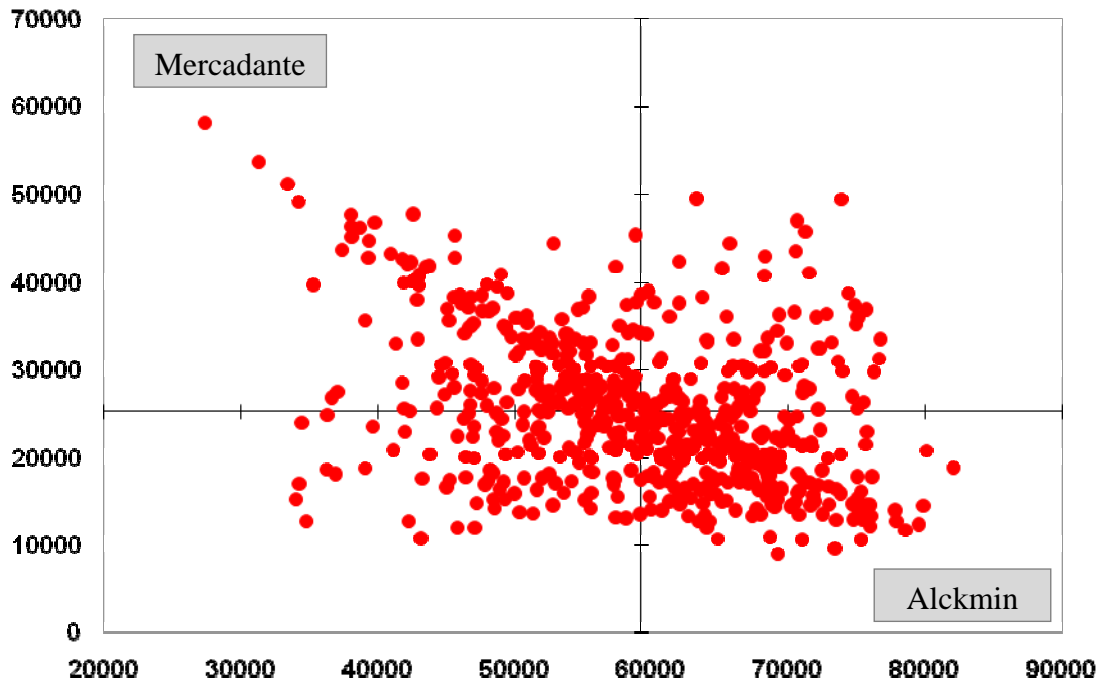
José Serra (PSDB) e Genuíno (PT) 2002 (Gráfico 1)



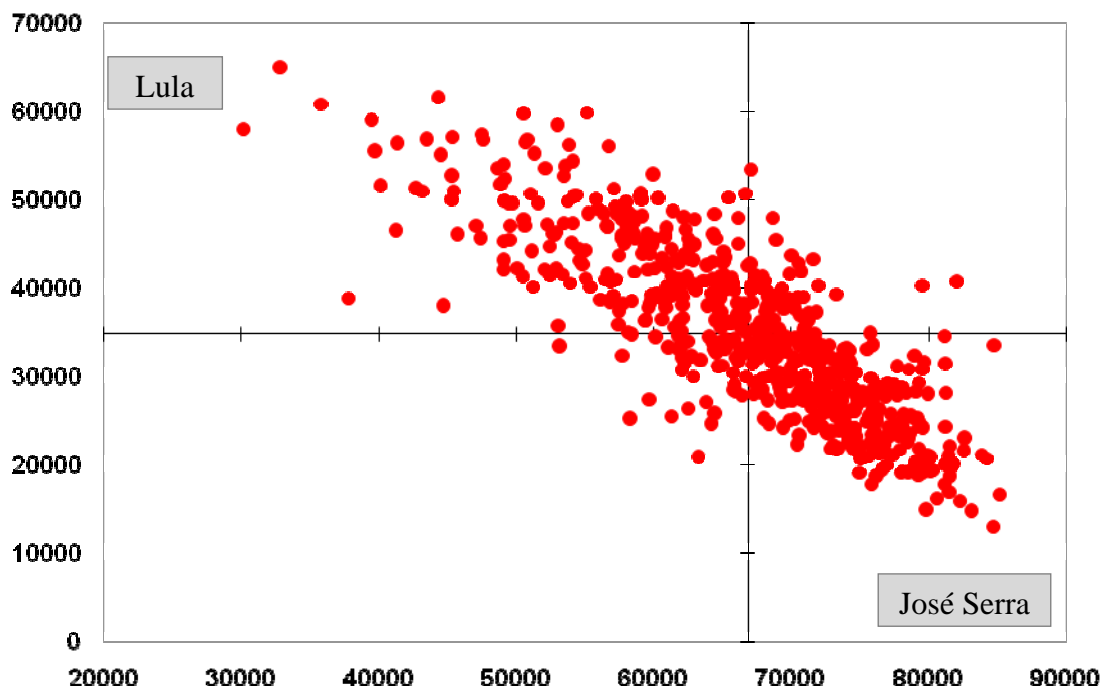
Lula (PT) e Alckmin (PSDB) 2002 (Gráfico 2)



Alckmin (PSDB) e Mercadante (PT) 2006 (Gráfico 3)



Lula (PT) e José Serra (PSDB) 2006 (Gráfico 4)



São Paulo apresenta coerência do voto nos partidos estudados. No Capítulo 3 vamos analisar de modo mais detalhado como se dá a distribuição do voto no PSDB e no PT através de um geoprocessamento do voto, para aferirmos se há e em que regiões ocorrem a maior volatilidade eleitoral. Através do *Scatter Plot* já sabemos que a volatilidade eleitoral é baixa, ou seja, a partidarização do voto é altamente concentrada; mas será que isto ocorre em todo o Estado, sempre nos mesmos municípios?

Capítulo 3 – Mapeamento do voto no Estado de São Paulo

3.1 – Introdução

Atualmente na Ciência Política brasileira, muitos são os estudos que observam a volatilidade eleitoral. (Kinzo, 2004 e 2005; Nicolau, 1998). São estudos que contemplam tanto o âmbito nacional quanto os quadros partidários estaduais. Contudo, tais estudos não têm o objetivo de compreender e de mensurar os fatores históricos de institucionalização e de mudanças do nosso sistema democrático, procurando observar se há influência de contexto social (enquanto eleitorado), nas instituições políticas.

O tipo de análise teórica da volatilidade eleitoral teve início em estudos de sistemas partidários europeus, com a finalidade de se observar a existência ou não de estabilidade do sistema. Os pioneiros nesta teoria são Lipset e Rokkan com o trabalho “Party Systems and Voter Alignments: cross-national perspectives” (1967), onde afirmam que os sistemas partidários europeus resultaram de uma institucionalização “congelada” das clivagens sociais existentes. A partir de uma visão dos partidos enquanto meio de integração das várias “comunidades” inseridas num campo mais amplo, ou seja, a nação e, portanto, servindo como mediadores de conflitos de interesses. Sendo assim, de acordo com Lipset e Rokkan, os partidos europeus surgiram dos embates (clivagens) centro X periferia, terra X indústria, proprietários X trabalhadores (esta a partir da criação do sufrágio universal). (Lipset & Rokkan, 1967).

Sendo assim, foram criadas formas de se medir a volatilidade eleitoral de um sistema partidário, inclusive com fórmulas matemáticas e também da influência dos meios de comunicação neste processo. Embora um dos principais representantes do estudo dos meios de comunicação de massa, Manin (1995), afirme que o que caracteriza mais a democracia de público é a relação quase que direta entre representantes e representados, a partir da melhor comunicação dos representantes para com os representados. Isto é, para Manin, a elite política atual é a elite de comunicadores políticos.

A estabilidade da competição partidária é o fator mais importante para se aferir a consolidação de um sistema partidário. Como afirma Kinzo, “se é certo que

democracia implica incerteza política, é certo também que sua consolidação implica a emergência de um padrão de disputa mais ou menos estável” (Kinzo, 2005: 66). Na realidade, quanto mais baixa for a volatilidade eleitoral, provavelmente os partidos estabelecidos estejam melhor determinando as preferências, seja qual for o candidato deste partido.

Nos dados apresentados no Capítulo 2, apenas o Estado de São Paulo nos apresenta grande coerência partidária. Mas será que de uma eleição para outra esta coerência se dá nos mesmos municípios? É o que este capítulo pretende responder.

3.2 – Competição partidária no Brasil

Como foi descrito no Capítulo 1, o Brasil passou por várias rupturas em seu sistema político, desde o bipartidarismo do império até o atual multipartidarismo. Estas rupturas inviabilizaram o desenvolvimento dos partidos políticos nos moldes dos partidos europeus. Mas como também foi mostrado no Capítulo 1, a própria formação social do Brasil inviabilizaria a formação de partidos que seguissem tal característica europeia. Aqui não existem clivagens forte o bastante para constituir partidos que defendam interesses específicos. O que não quer dizer que nossos partidos careçam de ideologia. Eles a possuem. Mas na Europa a existência de conflitos sociopolíticos seculares resultantes em conflitos sociais moldou não apenas os partidos políticos como também o eleitorado. Já em países com cultura política homogênea, a definição de um eleitorado fixo a um partido tende a demorar um pouco mais.

Novamente discutindo Manin, ou melhor, a teoria dos efeitos dos meios de comunicação na democracia, o que tenderia a aumentar a volatilidade eleitoral é o personalismo. Não há dúvidas quanto ao impacto causado por nossa era televisiva e da internet sobre uma campanha eleitoral. Assim, o que antes era uma competição partidária, tornou-se uma competição entre personalidades, no caso brasileiro, tanto o sistema partidário quanto o próprio regime democrático são muito jovens, o que também é um cenário propício para a alta volatilidade eleitoral.

No artigo “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”, de Kinzo, pode-se observar que a volatilidade eleitoral no Brasil pós 1985 só se fez aumentar. Assim, segundo Kinzo:

“no caso brasileiro, além do fato de o jogo partidário e a própria democracia serem instituições jovens, a estrutura de incentivos sob os quais os atores políticos competem por votos contribui, a nosso ver, para dissipar as distinções entre os partidos, tornando difícil a lealdade partidária. Mais especificamente, as estratégias utilizadas por candidatos e partidos para maximizar seus ganhos – em eleições para cargos executivos e legislativos, sob os sistemas majoritário e proporcional – criam uma situação que não apenas estimula a personalização da competição, mas também torna nebulosa a disputa propriamente partidária” (Kinzo, 2005: 67).

Ou seja, com todos estes fatores, seria difícil para o eleitor mediano se fixar apenas nos partidos políticos.

Contudo, de acordo com Maria do Socorro Sousa Braga, em seu trabalho “O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)”, é possível notar uma inversão neste padrão, ou seja, é possível sim criar laços partidários. O que esta dissertação pretende demonstrar, e o fez no Capítulo 2 e agora neste capítulo, é justamente que há sim o voto partidário, pelo menos no Estado de São Paulo.

3.3 – Volatilidade eleitoral: um estudo do Estado de São Paulo

Como se pode observar, a volatilidade eleitoral no Brasil é alta (Kinzo, 2005), mas está se estabilizando (Braga, 2003). Esta dissertação mostrou no Capítulo 2 que, dos três Estados analisados (Pará, Minas Gerais e São Paulo), o que demonstra maior coerência do voto partidário é o Estado de São Paulo. A partir destes dados elaborei o mapa do voto em São Paulo, para verificar se existe uma regionalização partidária, ou melhor, dizendo, se existem regiões que votam em determinados partidos ou não.

Da mesma forma que no Capítulo 2, analisei o voto no PSDB e no PT; porém sem desconsiderar o voto nos outros candidatos de outros partidos que pleiteavam o Palácio dos Bandeirantes. Para realizar estes mapas, criei um índice do voto em cada candidato de cada partido para cada eleição. Ou seja, a partir do total de votos

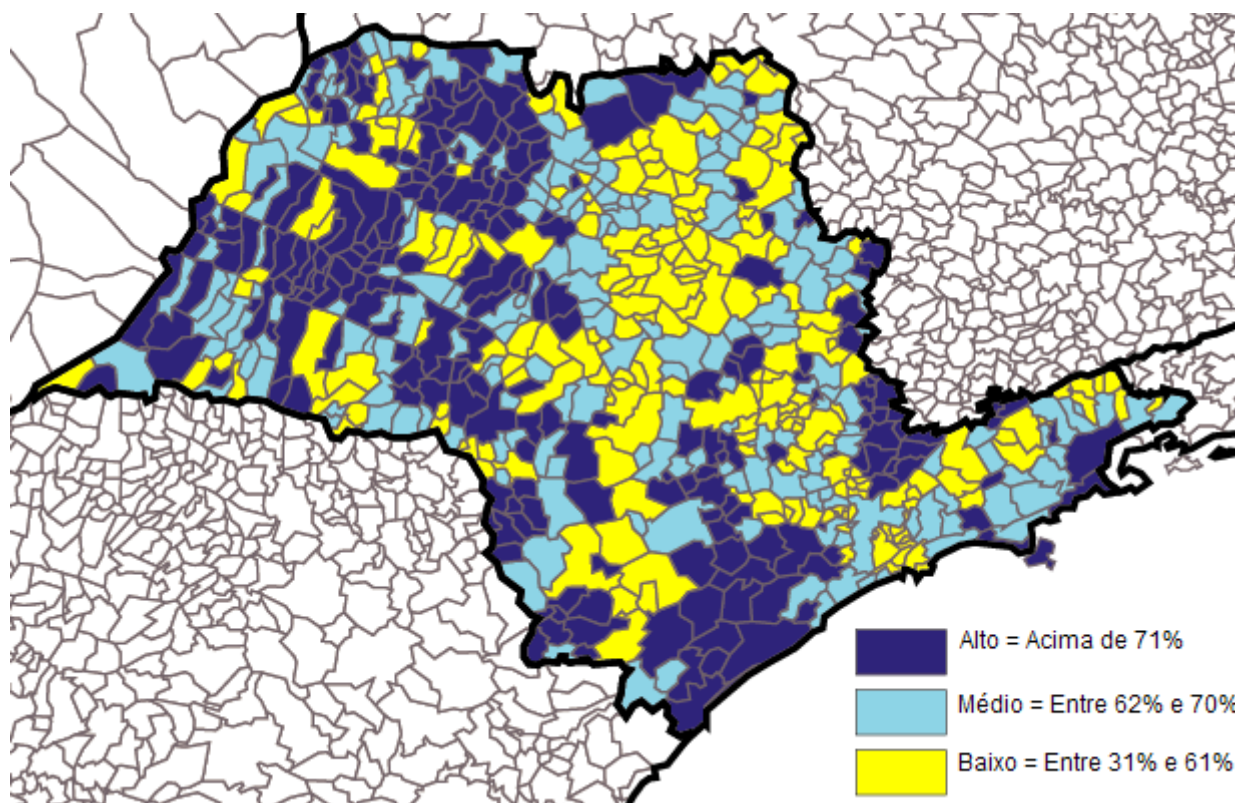
de um candidato tirei uma média dos seus votos e estabeleci o que é uma votação alta, média e baixa de cada candidato dos partidos estudados. Feitas estas considerações, vamos à análise dos mapas:

Para decidir o que é votação alta, média ou baixa em um determinado candidato, tirei uma média do voto de cada candidato e dividi em três faixas para classificá-los. Portanto, cada candidato possui uma classificação do que é votação alta, média e baixa. Se fizesse os mapas apenas levando em consideração quem ganhou em cada cidade no confronto direto, perderia o grau de coerência do voto no partido derrotado. Tirando-se esta média do voto em todo o Estado e classificando nestas três categorias (alto, médio e baixo), consigo medir até que ponto a votação em determinado partido em um município foi alta, média ou baixa, levando-se em consideração o todo do Estado. Do mesmo modo que no Capítulo anterior, os votos são os do Primeiro Turno da eleição e não desconsidero o voto em candidatos de outros partidos, mas apenas criei mapas dos candidatos do PSDB e do PT.

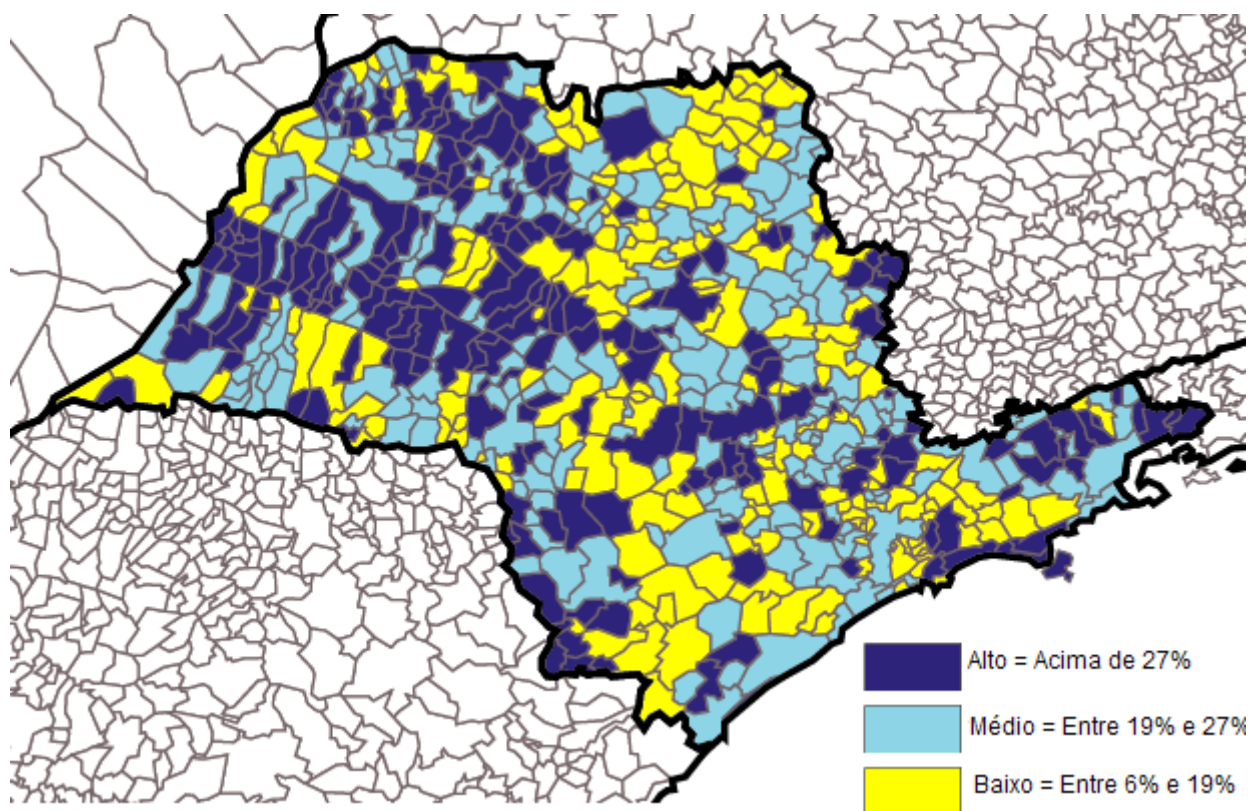
Também os mapas devem ser analisados aos pares, só que agora dentro do mesmo partido, isto é, candidato a Presidente pelo PSDB com candidato a Governador pelo PSDB, na mesma eleição e, candidato a Presidente pelo PT com candidato a Governador pelo PT também na mesma eleição. Assim podemos verificar se há cidades que concentram o voto em candidatos de partidos diferentes.

Agora neste Capítulo incluí dados das eleições de 1998. Com mais estes dados podemos traçar um histórico maior do voto nestes partidos e, conseqüentemente, afirmar com maior certeza se há partidarização na hora do voto ou se há volatilidade eleitoral entre os partidos. Primeiro vamos analisar o voto no PSDB.

FHC 1998 (Mapa 1)



Covas 1998 (Mapa 2)



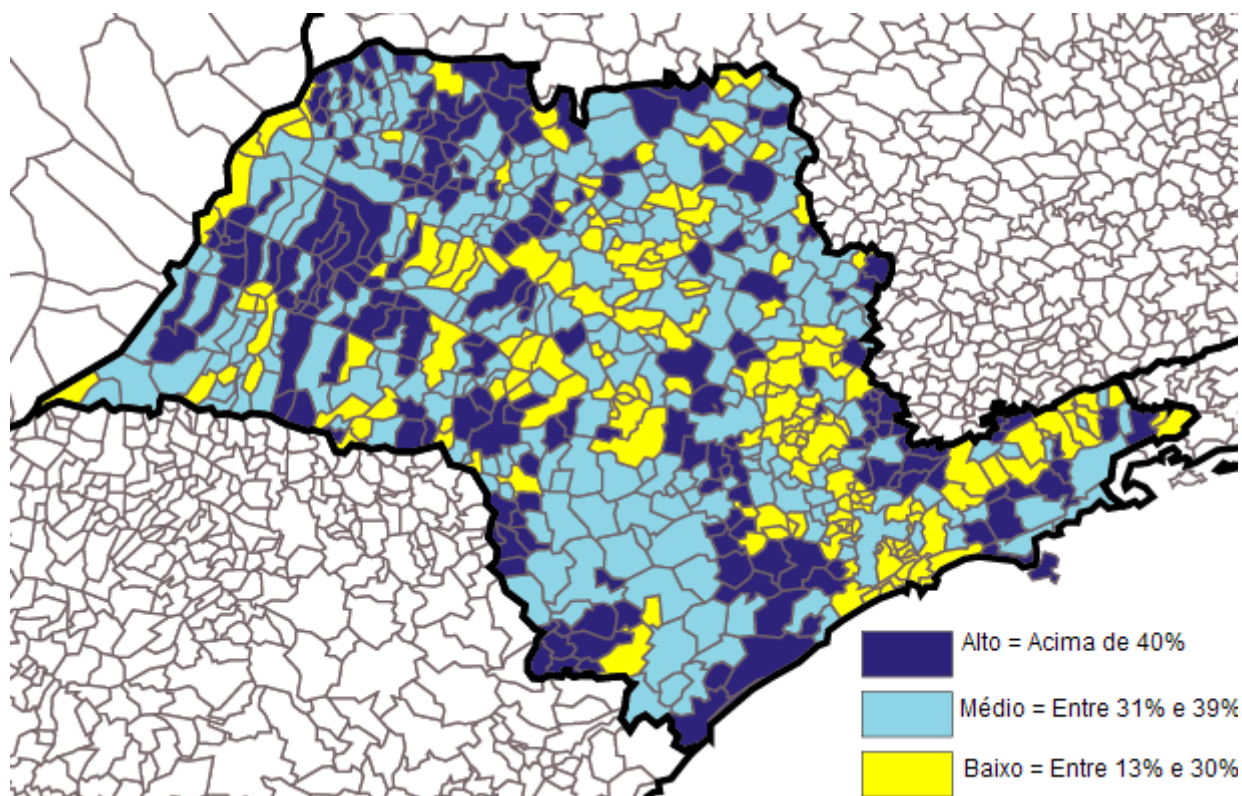
Em 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi reeleito ainda no Primeiro Turno, com uma grande votação no Estado de São Paulo; já o Governador Mario Covas precisou enfrentar Paulo Maluf no Segundo Turno para conquistar mais um mandato. Ou seja, Covas enfrentou um Primeiro Turno muito acirrado com candidata do PT Marta Suplicy para saber quem chegaria ao Segundo Turno. Foi uma eleição com três fortes candidatos.

Mas mesmo assim, podemos perceber algumas semelhanças entre o mapa do voto de Fernando Henrique e Mario Covas. Na região oeste do Estado os dois possuem uma grande votação, ao passo que na região centro-norte do Estado e no ABC paulista os dois possuem baixa concentração do voto. Contudo, no Vale do Paraíba e no Vale do Ribeira o voto não foi tão partidário. No Vale do Paraíba, Fernando Henrique não foi bem votado, já Mario Covas sim. Acontece que o vice de Covas, Geraldo Alckmin, é desta região, e conquistou muitos votos nesta área. Este mesmo fato será notado nos outros mapas em que Alckmin for o candidato. Acontecerá de modo até mais intenso.

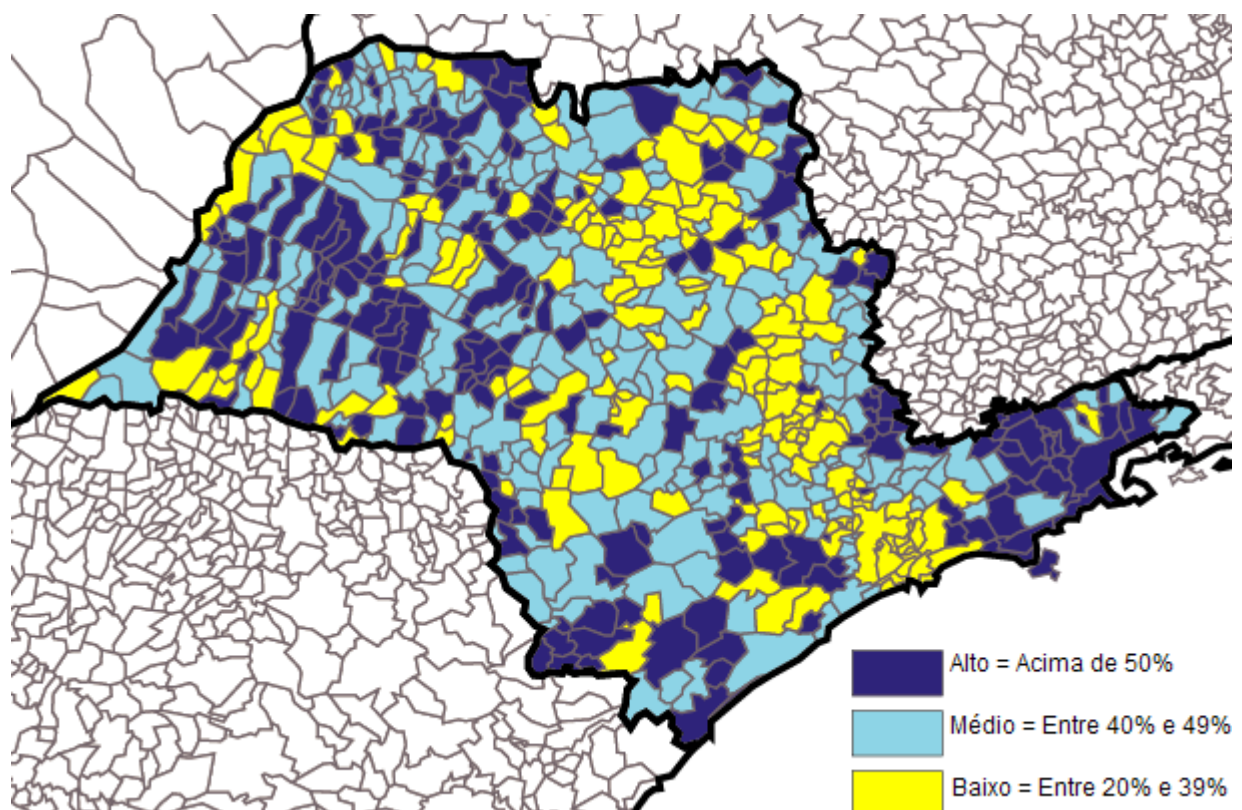
Nas eleições de 2002, José Serra é o candidato do Presidente Fernando Henrique, tendo se destacado como Ministro da Saúde. E Geraldo Alckmin, com a morte de Mario Covas, é candidato à reeleição no Estado de São Paulo. Apenas este último obteve êxito; mas as duas disputas foram para o Segundo Turno.

Novamente percebemos uma alta concentração do voto no PSDB na região noroeste do Estado, entre Araçatuba e São José do Rio Preto, ao passo que na região central do Estado os dois candidatos ficam abaixo de suas médias. Desta vez o voto no Vale do Ribeira coincide também; mantendo-se a distinção apenas no Vale do Paraíba mais uma vez, por se tratar da região do candidato Alckmin. Na região do ABC, novamente os dois candidatos tucanos vão mal; mas Serra vai muito bem na cidade de São Paulo, com uma votação mediana e Alckmin com uma votação baixa. Embora em números absolutos os dois tenham ficado muito próximos na cidade de São Paulo. Mas lembre-se, o que deve ser considerado é o cálculo através da média do voto.

Serra 2002 (Mapa 3)



Alckmin 2002 (Mapa 4)

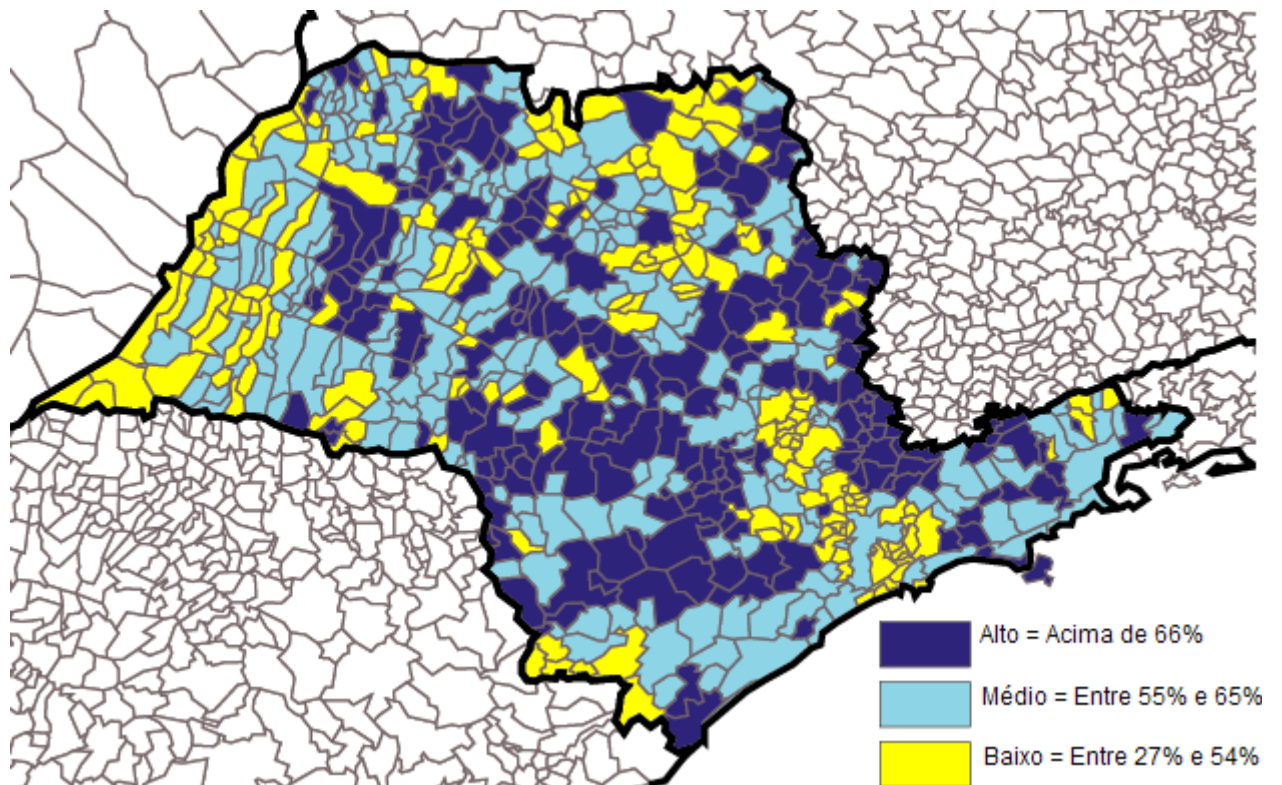


Em 2006, o PSDB tem na disputa os mesmos candidatos, mas desta vez em papéis diferentes. José Serra disputou o governo do Estado e Alckmin a Presidência. Alckmin levou a disputa com Lula, para o Segundo Turno; já Serra se tornou o primeiro Governador eleito no Primeiro Turno no Estado de São Paulo, com uma média de votos altíssima. Para se ter uma idéia, o que é considerado baixa concentração de voto para ele varia entre 30% e 63%.

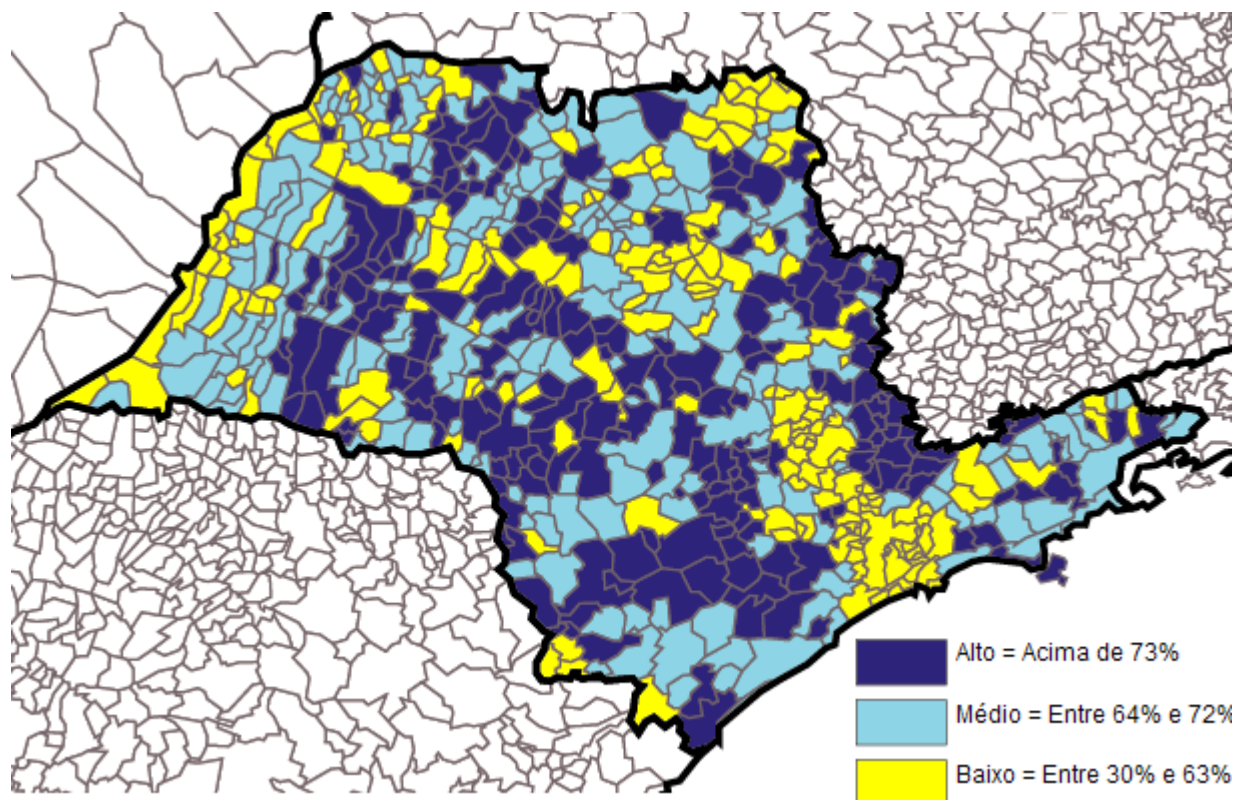
Nestes dois mapas do PSDB, podemos afirmar que o partido se consolidou no Vale do Ribeira e nas regiões de Araçatuba e São José do Rio Preto, além da região central do Estado. Porém, mesmo com a alta votação de Serra, o PSDB perdeu a região do Pontal do Paranapanema. Uma das hipóteses para o PSDB 'perder' esta região é a pobreza do local associada à política assistencialista do Governo Federal através do Bolsa Família.

Novamente o Vale do Paraíba é a região onde se dá a maior volatilidade eleitoral. Serra fica abaixo de sua média e Alckmin é mais uma vez muito bem votado em seu berço político. Feitas estas observações sobre o voto no PSDB, vamos analisar agora o histórico do voto no PT no Estado de São Paulo.

Alckmin 2006 (Mapa 5)



Serra 2006 (Mapa 6)

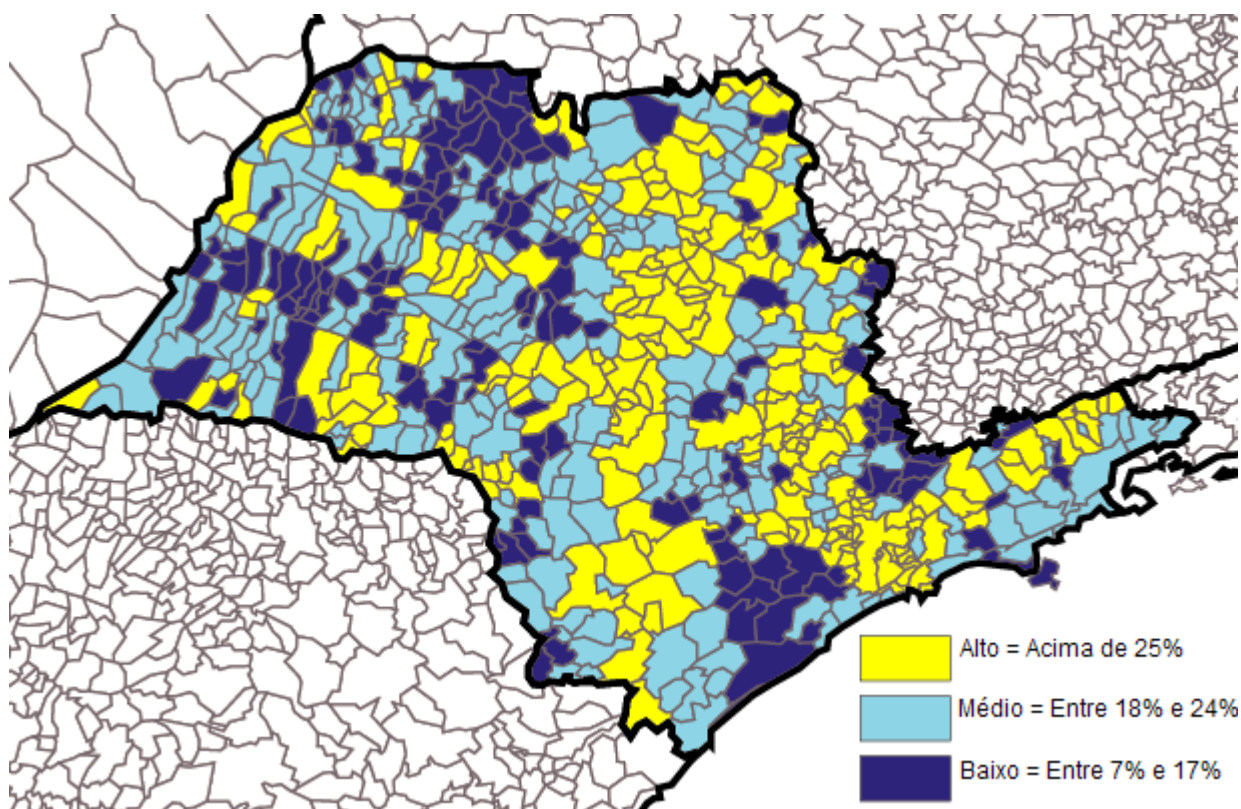


Nas eleições de 1998, Lula concorria pela terceira vez ao cargo de Presidente da República e, pela segunda vez perdeu ainda no Primeiro Turno para Fernando Henrique Cardoso. Já a então Deputada Marta Suplicy concorria pela primeira vez ao Palácio dos Bandeirantes, tendo travado uma disputa acirrada com o Governador Mario Covas para saber quem enfrentaria Paulo Maluf no Segundo Turno.

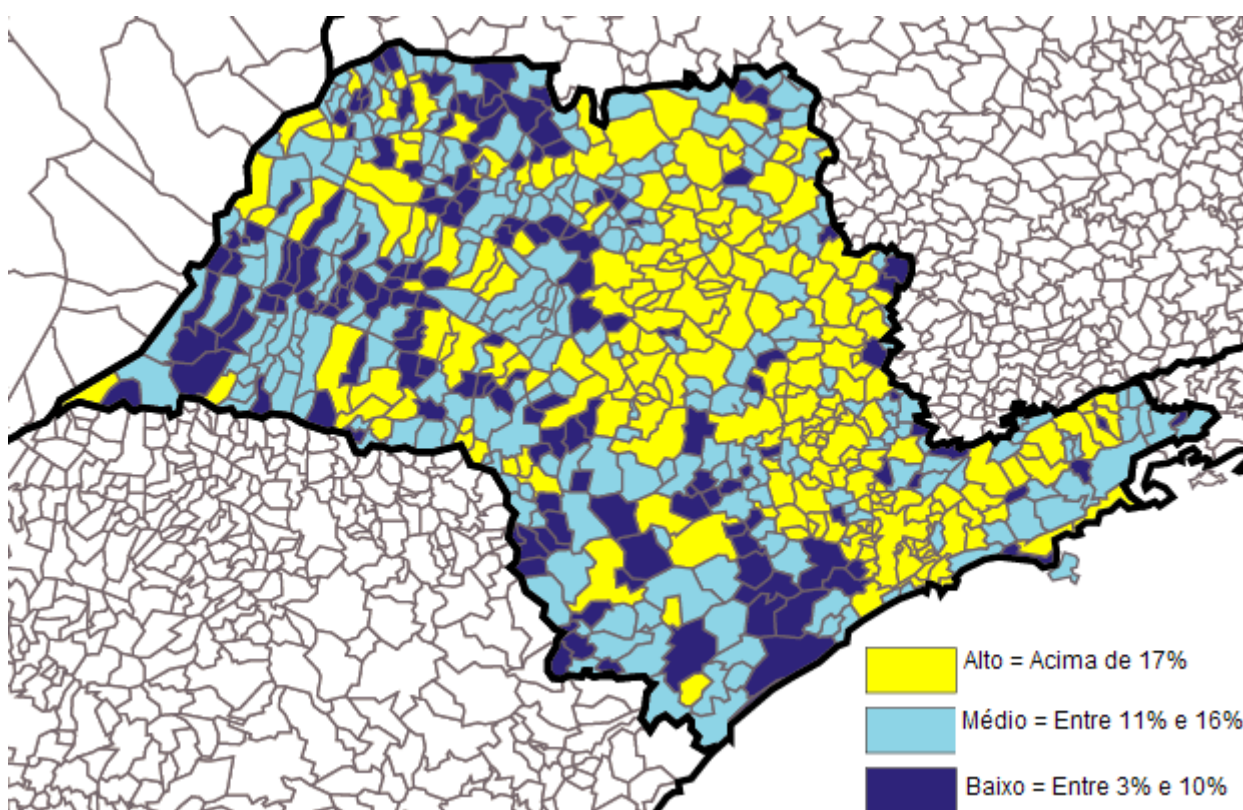
Mesmo com esta diferença entre os seus candidatos, tanto Lula quanto Marta conseguem uma votação muito parecida no Estado. Os dois vão muito bem na Grande São Paulo, na região central do Estado, na região de Campinas e no Vale do Paraíba. Em contrapartida, vão muito mal na região noroeste, de Araçatuba a São José do Rio Preto e também no Pontal do Paranapanema.

Contudo, comparando-se com o PSDB, o PT possui uma maior coerência do voto. As semelhanças entre os mapas de Lula e Marta são muito maiores que os de Fernando Henrique e Covas, candidatos do PSDB analisados há pouco. Ou seja, o eleitorado do PT é menos volátil.

Lula 1998 (Mapa 7)



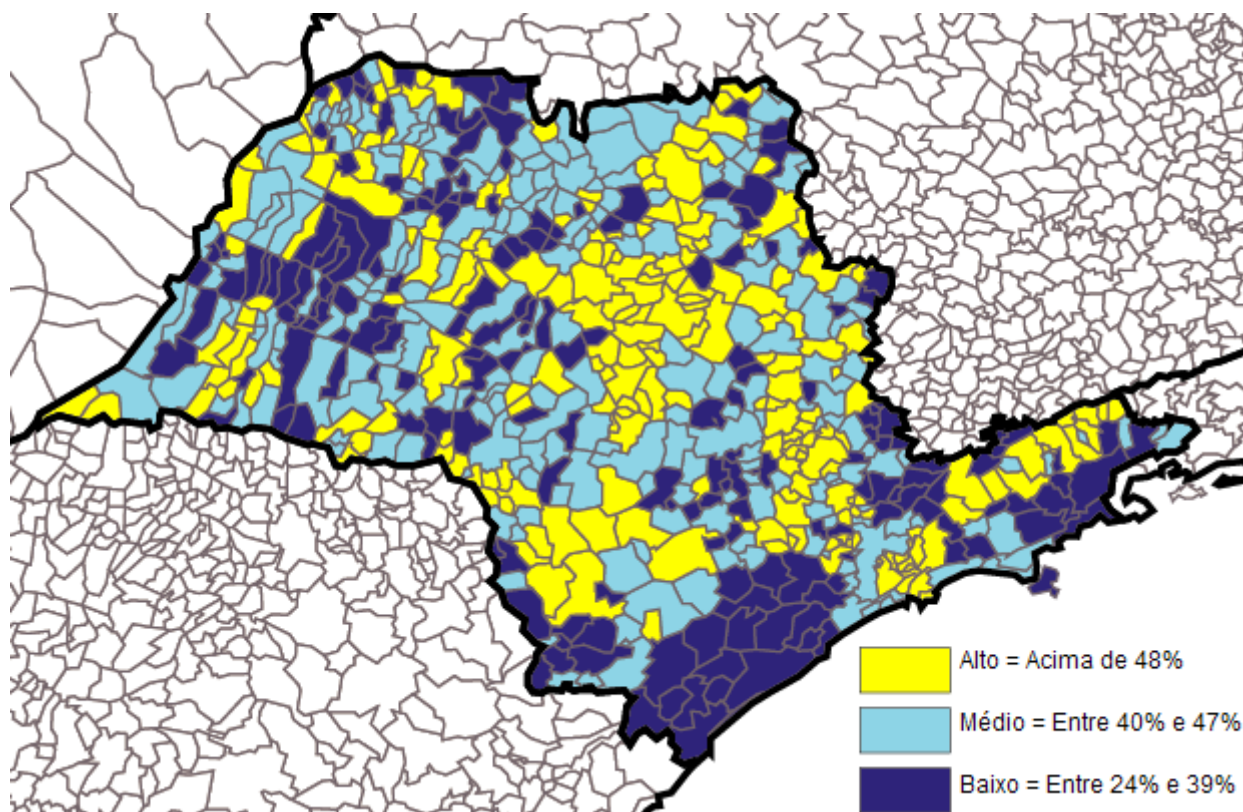
Marta 1998 (Mapa 8)



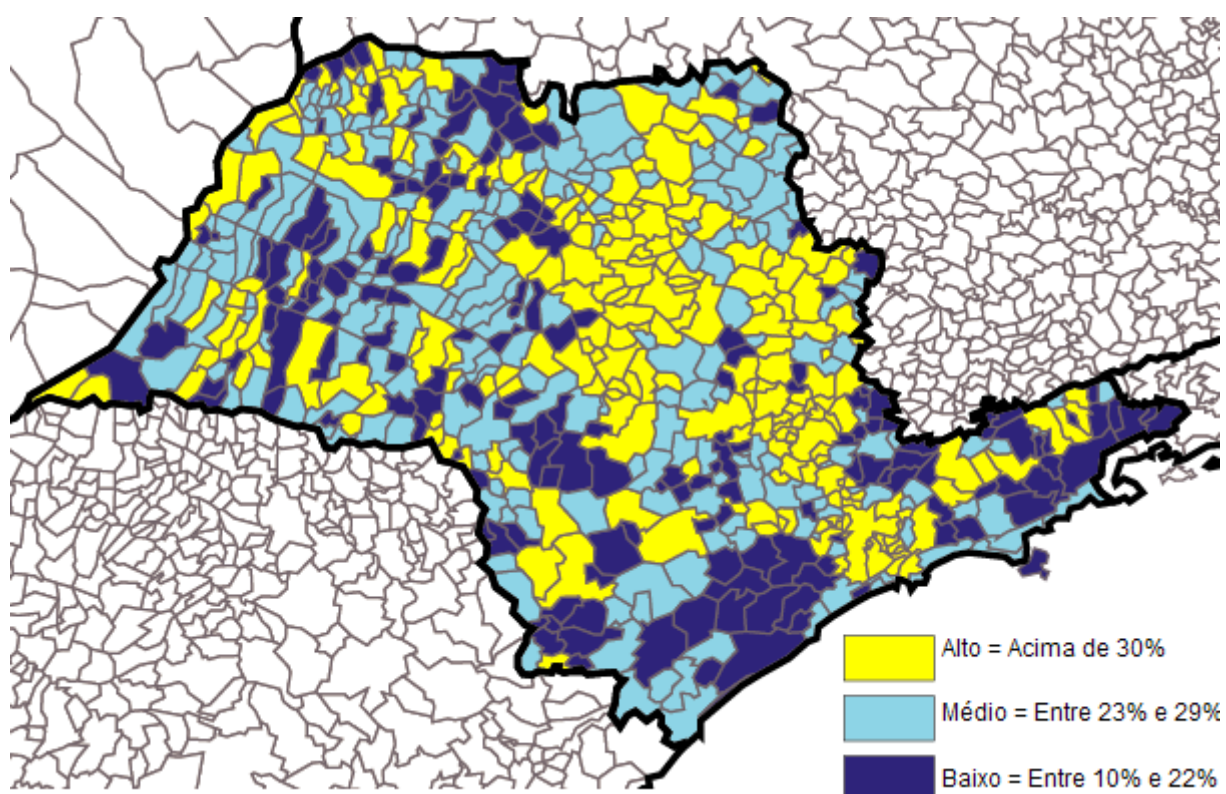
Nas eleições de 2002 o PT mantém seu candidato a Presidente, Lula, que se elegeria vencendo no Segundo Turno, José Serra. Já para o governo do Estado, o PT apresenta como candidato José Genoíno e, pela primeira vez, disputa o Segundo Turno no Estado de São Paulo; contudo perde para Geraldo Alckmin, candidato tucano.

O que nos importa agora nem é saber quem venceu a eleição, mas sim, verificar a coerência do voto no PT nesta eleição. Como podemos observar nos próximos dois mapas, a votação nos dois candidatos é muito semelhante, principalmente a alta concentração de voto na região central do Estado, na região de Campinas e no ABC paulista. A baixa votação dos dois ocorre no Vale do Ribeira, no sul do Estado, e na região noroeste, notadamente a região de Araçatuba. No Vale do Paraíba a votação dos dois é até próxima, mas com Lula ligeiramente melhor que Genoíno, uma vez que este último concorreu ao governo do Estado com Geraldo Alckmin, que é desta região.

Lula 2002 (Mapa 9)



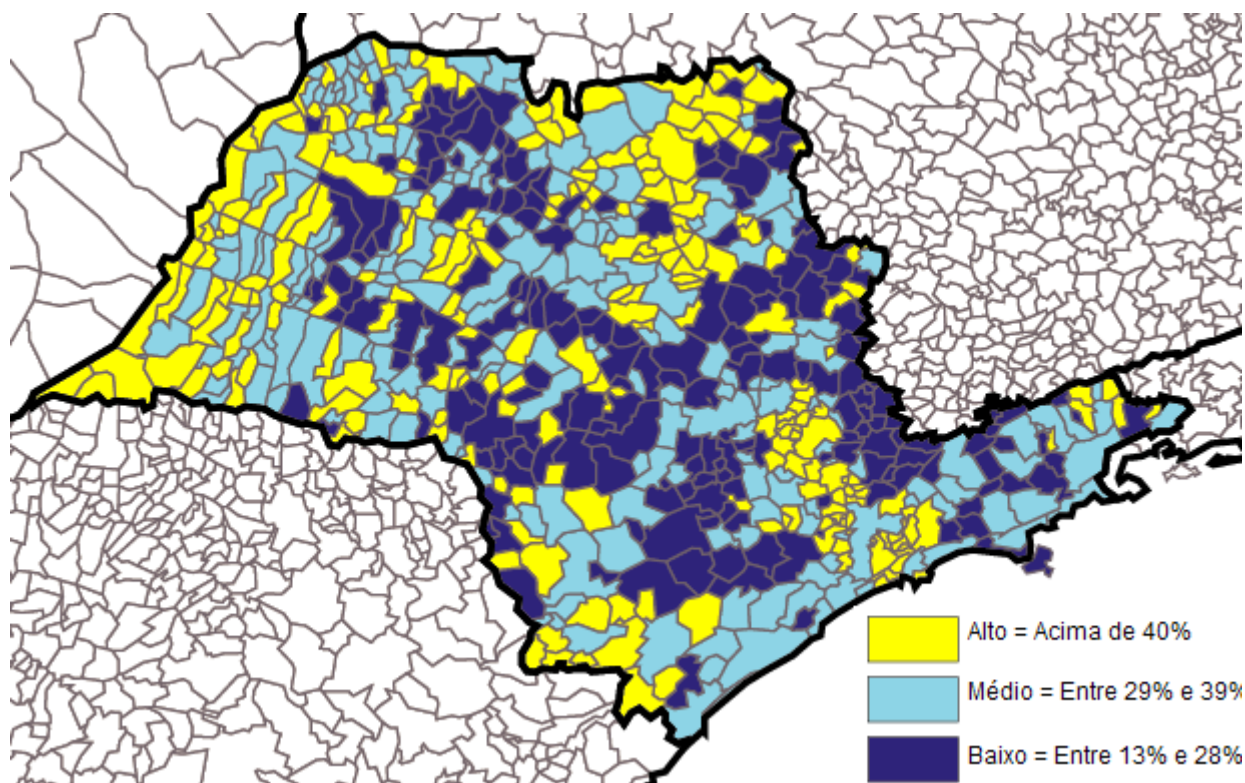
Genoíno 2002 (Mapa 10)



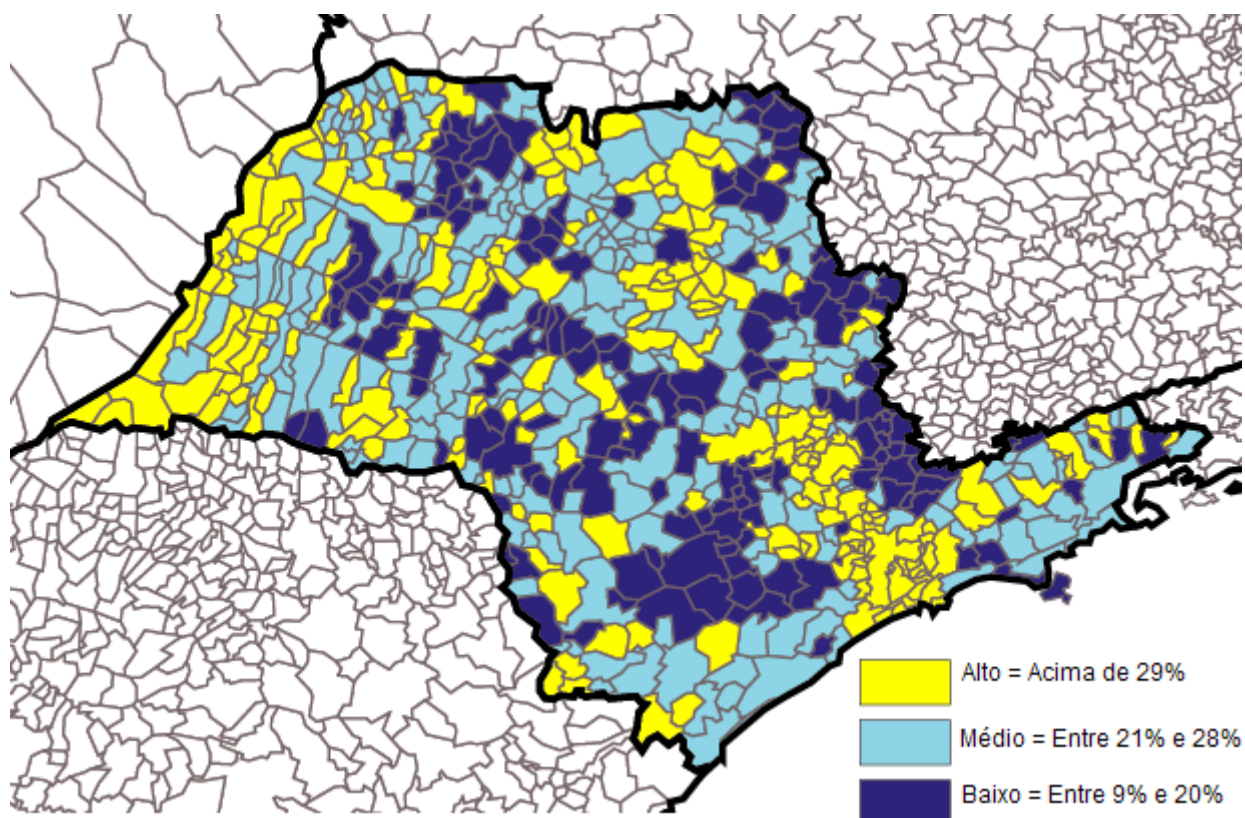
Novamente em 2006, os mapas dos candidatos do PT são semelhantes. Como afirmei antes, como faço uma análise a partir da média de voto que um candidato obteve em todo o Estado, podemos atestar o grau de partidarização do voto. Mesmo Mercadante não tendo conseguido uma votação suficiente para disputar o Segundo Turno (José Serra venceu uma eleição para Governador de São Paulo ainda no Primeiro Turno), nota-se que as mesmas regiões que votam em Lula (que disputou a reeleição), votam em Mercadante.

Notem o crescimento do eleitorado do PT na região do Pontal do Paranapanema e na região sul do Estado, além de manter a região de Campinas e da Grande São Paulo (embora na cidade de São Paulo, Lula obtém apenas uma votação mediana). O partido não consegue se infiltrar na região de São José do Rio Preto, que se consolida como um ninho tucano, e perde a região central do Estado. Mais uma vez a região do Vale do Paraíba é a que destoa da coerência do voto partidário. Desta vez Alckmin é candidato a Presidente contra Lula, e mais uma vez obtém uma grande votação nesta região. Mercadante também obtém uma votação acima de sua média nesta localidade. Pode-se afirmar, por conseguinte, que nesta região nunca houve coerência no voto e, a volatilidade eleitoral também é alta; contudo, da mesma forma se pode afirmar que esta é uma região que historicamente concentra o voto em candidatos do PT, desde que não concorra com um candidato da região.

Lula 2006 (Mapa 11)

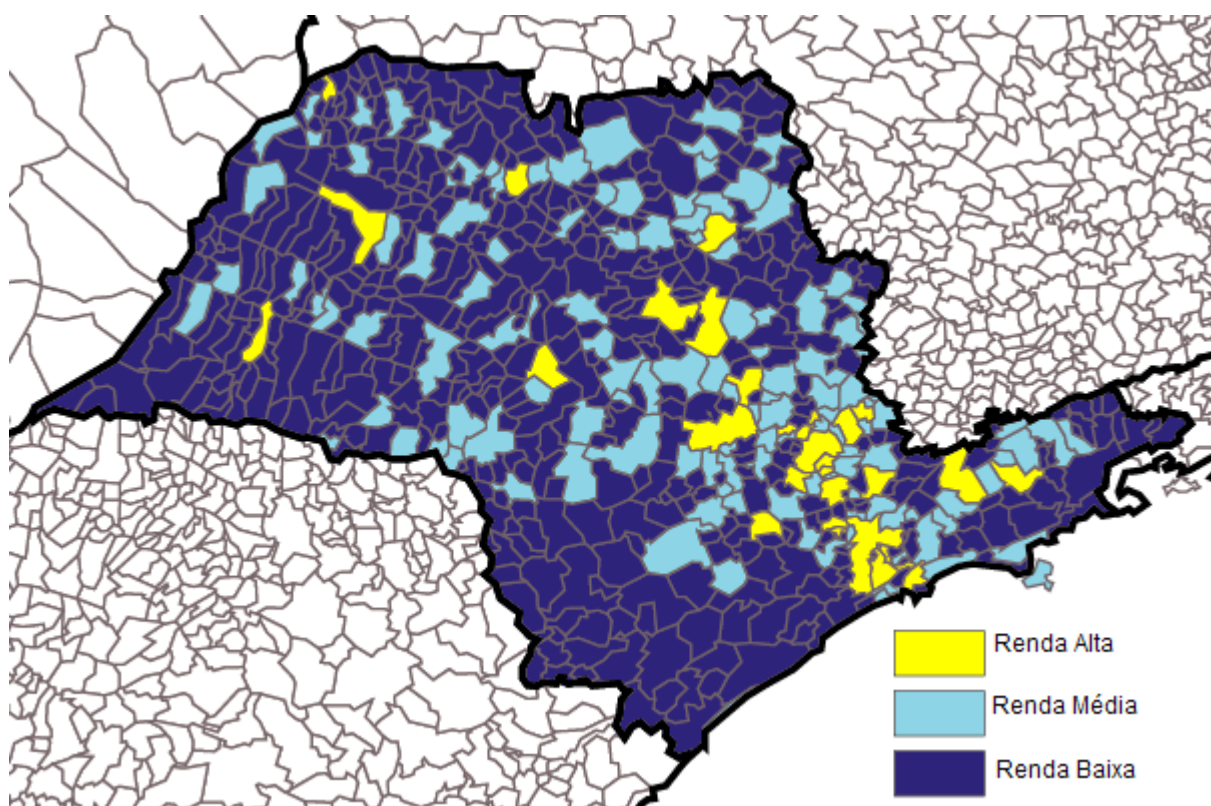


Mercadante 2006 (Mapa 12)



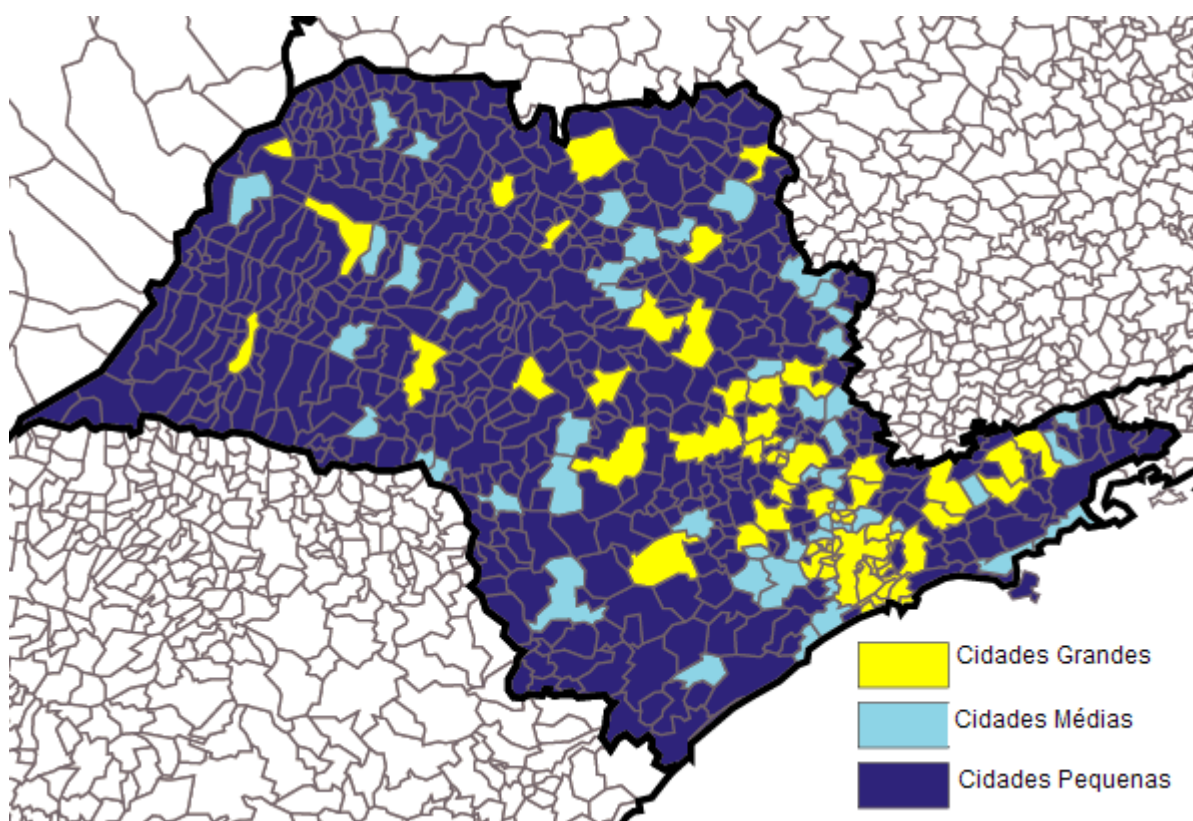
Como pudemos observar ao longo das últimas três eleições realizadas no Estado de São Paulo, há um crescimento da disputa entre PSDB e PT, e mais que isso, pode-se dizer que há um determinante do voto nestes partidos. A volatilidade eleitoral quando ocorre, resultado, por exemplo, do fluxo do eleitorado de determinada região para outro partido de uma eleição para outra, ocorre tanto na disputa para o Executivo nacional quanto para o Estadual. Salvo o caso de personalismo que encontramos na região do Vale do Paraíba.

Também podemos notar que a estratégia do PT na região do Pontal do Paranapanema tem obtido grande êxito, uma vez que a votação no partido faz um caminho ascendente, tanto para Presidente quanto para Governador. Uma explicação para o bom desempenho do PT nesta região é que se trata de uma região muito pobre, e que contém muitas famílias que integram o programa social Bolsa Família. O mapa abaixo mostra a distribuição de renda no Estado de São Paulo.



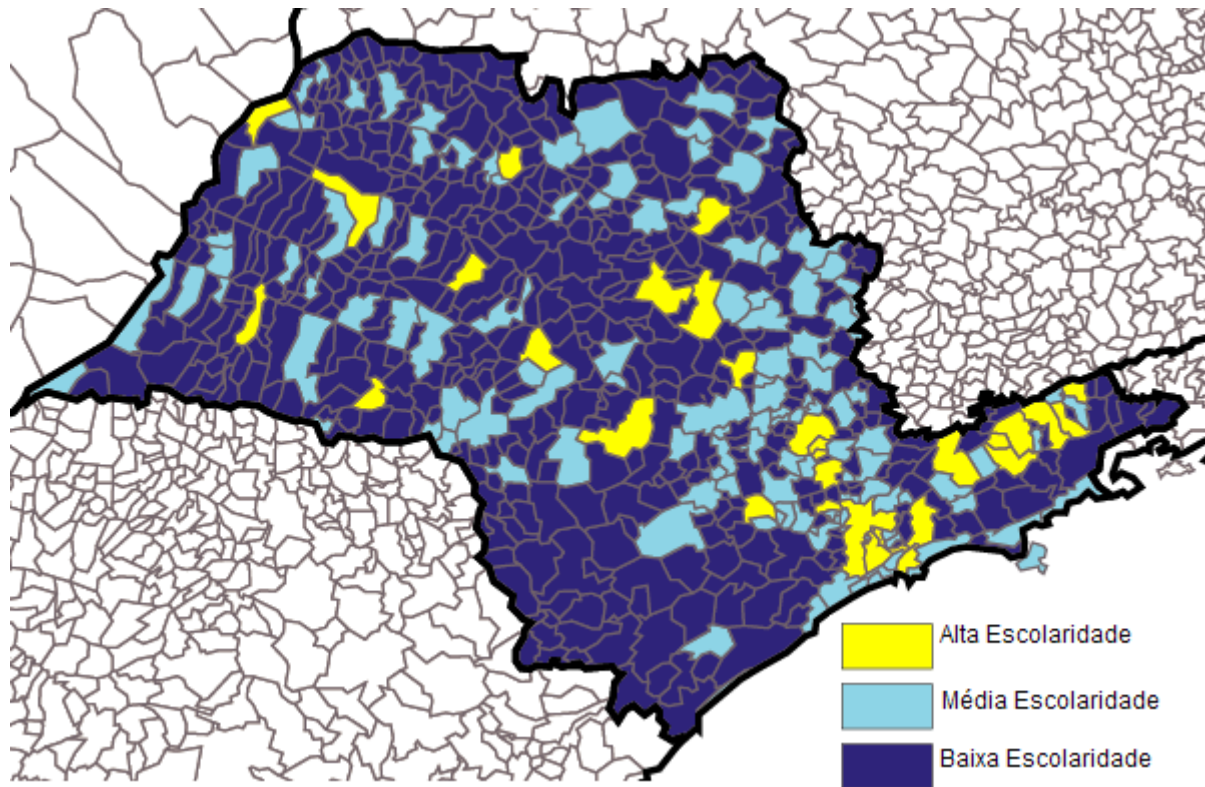
Da mesma forma o PT conseguiu adentrar na região sul do Estado, embora em menor escala quando comparamos com o exemplo do Pontal do Paranapanema. Esta era uma região predominantemente tucana em 1998 e em 2006 já apresenta uma votação mais mediana para os partidos.

O PSDB consegue se manter muito bem na região de São José do Rio Preto e Araçatuba e consegue crescer na região central do Estado, além de avançar na capital. Ou seja, regiões ricas e com grande concentração populacional. Mas, salvo a região do Pontal do Paranapanema, consegue se manter também nas pequenas cidades.



Ou seja, a estratégia do PT de se instalar nos grotões tem funcionado, mas o PSDB ainda possui um eleitorado muito fiel nestas áreas e conseguiu avançar até mesmo em cidades que eram administradas pelo PT, como na área central do Estado. Municípios de médio a grande porte como Araraquara e São Carlos. Apesar de eleger prefeitos do PT, quando se trata de votar para Presidente ou Governador, o eleitorado ainda continua com o PSDB.

Aliás estas cidades da região central do Estado possuem um alto grau de escolaridade, quando comparada com as outras regiões. Esta taxa de escolaridade só é comparável com a região do Vale do Paraíba.



O curioso é que esta região, apesar de possuir os melhores indicadores de escolaridade é a região que apresenta a menor coerência do voto e a maior volatilidade eleitoral. É uma região que tende a votar no PT para as eleições presidenciais ou ao governo do Estado. Todavia, quando o candidato é Geraldo Alckmin, nascido em Pindamonhangaba, a distorção do voto se apresenta.

Por conseguinte, de forma geral, podemos afirmar que o eleitor de São Paulo apresenta uma coerência no voto partidário. Pode haver uma volatilidade, como a mudança do eleitorado na região do Pontal do Paranapanema de 1998 até a última eleição em 2006, mas o voto partidário acompanha esta mudança.

Considerações Finais

A construção de um Estado centralizado inibiu o desenvolvimento dos partidos políticos no Brasil. Este Estado concentrador de poder foi moldado antes mesmo do surgimento de organizações sociais intermediárias das relações Estado/povo. O jogo de “cartas marcadas” inviabilizou o posto de coordenador do controle estatal, por parte destas organizações e posteriormente os partidos políticos. Os problemas de nosso sistema político foram construídos por décadas, séculos. São problemas que frutificaram aqui desde o período colonial. Portanto, não serão resolvidos de uma hora para outra. Uma Reforma Política agilizará este processo, mas não seria determinante para um melhor funcionamento da democracia no Brasil. Os dados e os gráficos apresentados neste estudo demonstram que o sistema partidário e a democracia representativa no Brasil funcionam bem. Pode-se questionar o “custo” dessa funcionabilidade, mas não o seu funcionamento em si. Necessitamos de um longo período democrático estável para superarmos os problemas endêmicos da formação política do país.

Apenas após um processo de institucionalização é que não só a existência, mas a efetividade das instituições democráticas passa a existir. Fixando acordos entre os principais atores sociais e, criando-se regras para mediar as discordâncias e a própria convivência dos fatores antagônicos. Claro que algumas reformulações seriam bem vindas, mas este não era o objetivo que o trabalho pretendia alcançar; contudo, reservo um espaço agora para tratar de algumas sugestões de reforma eleitoral. Em princípio, quatro mudanças seriam fundamentais para acelerar o processo de *solidificação*¹⁶ da democracia no país. Quais seriam as mudanças para agilizar a solidificação da democracia? Fidelidade partidária, financiamento público das campanhas eleitorais, cláusula de desempenho e fim das coligações nas eleições proporcionais. No caso da fidelidade partidária, o mandato passaria a ser do partido¹⁷. Isto inibi o troca-troca de partidos em busca de patronagem e intensifica

¹⁶ Veja, digo solidificação e não estabilidade, por entender, como demonstram os dados, que vivemos em uma estabilidade política, inclusive previsível do ponto de vista do voto.

¹⁷ Em 27 de março de 2007, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) afirmou que os mandatos dos parlamentares pertencem aos partidos. O STF (Supremo Tribunal Federal) ainda analisa o disposto.

o vínculo cidadão-parlamentar-partido. O financiamento das campanhas sendo restrito a recursos públicos, devidamente distribuídos aos partidos pela Justiça Eleitoral, evita grandes gastos e equaliza a campanha. A cláusula de desempenho se faz necessária para que haja a nacionalização dos partidos e evitar a proliferação de partidos nanicos. E, o fim da coligação nas eleições proporcionais fortalece a legenda dos partidos, o que se faz mister para a formação de governos de coalizão¹⁸. Estas reformas coibiriam a fragmentação e incentivariam o desenvolvimento dos vínculos partidários.

O modelo de eleição alemão é o mais proporcional nas democracias modernas estáveis. Nas eleições para o Parlamento alemão, os eleitores têm dois votos independentes. O primeiro elege o representante do distrito uninominal. O segundo voto é conferido a uma lista partidária estadual¹⁹ numa competição proporcional. No caso alemão, os distritos menores foram reduzidos ao extremo, e os maiores foram levados ao tamanho máximo. No primeiro caso para existir uma maior proximidade entre candidatos e eleitores; no segundo caso para haver maior proporcionalidade entre voto e cadeira²⁰.

O ideal para o Brasil seria a manutenção dos estados como colégios eleitorais; só que com competição de listas partidárias fechadas e hierarquizadas, instituindo a contabilidade dos votos, bem como a consequente distribuição das cadeiras, para os partidos em escala nacional. Ou seja, são listas estaduais que contribuirão na soma dos votos da lista nacional dos partidos. Esta medida irá igualar o poder de voto de todos os eleitores do país e irá nacionalizar os partidos. A votação seria tanto uninominal quanto binominal. No binominal o eleitor votaria duas vezes, uma para o deputado do distrito e outra para a lista partidária. Neste caso, observa-se o coeficiente partidário para eleger o deputado. O sistema apresentado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, e assim explicado por Kinzo é semelhante: “o eleitor disporia de apenas um voto, que seria conferido ao partido ou ao candidato da circunscrição, e serviria, por conseguinte, tanto para a eleição do candidato individual do distrito, como para determinar o número total de cadeiras que o respectivo partido obteria no âmbito do estado. A proporcionalidade do

¹⁸ Na verdade mais que Governo de Coalizão, mas um Governo de Coalizão com coesão.

¹⁹ Dentre várias listas fechadas, hierarquizadas e bloqueadas.

²⁰ Segundo Lijphart, como mostra Luzia Herrmann de Oliveira (1997, p. 27), o sistema de dois padrões de distrito foi levado ao limite lógico pela Alemanha.

sistema estaria garantida pelo fato de que toda a votação obtida por um partido nas diversas circunscções seria computada no cálculo do número de vagas que corresponderia ao estado. As cadeiras conquistadas por um partido seriam preenchidas, primeiro, pelos candidatos eleitos nos distritos, as restantes, pelos candidatos incluídos na lista partidária, segundo a ordem previamente estabelecida” (KINZO, 1993: 90).

Não se devem restringir as mudanças apenas à reforma eleitoral, a reforma política deve ser total, incluindo, pois, a reforma partidária. Fazem-se necessárias para a *solidificação* de um sistema de partidos, tais reformas. Assim teríamos uma Democracia Representativa com perspectivas de se tornar um pluralismo moderado, onde os partidos não teriam medo de fazer uma coalizão e ser caracterizado como apenas o governo, e sim, antes disso, ser o partido político. A existência de posições não polarizada entre direita e esquerda facilita a aproximação dos partidos (SARTORI, 1982), uma vez inibida a fragmentação com a reforma política. Isso abriria espaço para a efetiva participação dos partidos no governo, através da coalizão, em que os partidos se tornariam indispensáveis na formação e funcionamento dos governos.

Trazendo a discussão de volta à discussão do comportamento eleitoral, ou seja, a análise principal que este trabalho pretendia alcançar, a mídia tem tido atualmente um papel fundamental para o processo e decisão do voto. Assim, dentro da Teoria da Escolha Racional, a decisão do voto é resultante de uma ação individual motivada por cálculos de ganho pessoal. É a maximização dos ganhos que se pode ter que faz o eleitor decidir em quem votar. Este interesse do eleitor seleciona os partidos e candidatos numa ordem de preferência até se alcançar aquele candidato que lhe potencializa os maiores ganhos. Sendo assim, como demonstra Manin (1995), o líder político necessita se adaptar a toda hora o seu discurso e principalmente as estratégias de contato com seu eleitorado. O que leva à volatilidade eleitoral, é que o eleitor, por procurar uma racionalização de seu voto, mesmo que seja de modo afetivo, está sempre disponível a se sensibilizar por outros líderes.

E como foi visto no decorrer deste trabalho, através da análise da Escola Sociológica de Columbia, da Escola Psicossociológica de Michigan e da Teoria da Escolha Racional, os fatores de longo prazo têm um peso muito grande na

determinação do voto partidário, possuindo os eleitores um alto teor de racionalização do voto, conforme Jairo Pimentel provou em seu trabalho “Razão e Emoção no Voto: o caso da eleição presidencial de 2006”.

Não obstante, para manter seu eleitorado, o candidato deve recorrer a novas estratégias, ao marketing, uma vez que o possível comportamento volátil é fundamentado sobre uma outra volatilidade, a saber, a volatilidade das imagens que os candidatos apresentam na mídia. No Estado de São Paulo, como pudemos observar no decorrer deste trabalho, a disputa entre PSDB e PT se fortaleceu a cada ano. No Capítulo 2 chegamos a afirmar que há um determinante do voto nestas legendas. Já no Capítulo 3, através dos mapas, podemos observar como se dá a geografia do voto paulista. Em sua maioria, pode-se perceber grande coerência do voto nos candidatos de um mesmo partido em eleições distintas (Presidente e Governador). Mas ainda existem casos onde o personalismo predomina. Como no caso de Geraldo Alckmin, que é do Vale do Paraíba e possui uma votação nesta região acima da média dos outros candidatos tucanos.

Outra questão que corrobora com a existência de um determinante do voto partidário, mas ao mesmo tempo uma volatilidade eleitoral, é a transformação de alguns nichos partidários. Entre 1998 e 2006, a região do Pontal do Paranapanema foi passando de tucana a petista; mas sempre com a coerência do voto entre os candidatos do mesmo partido nas distintas eleições (Presidente e Governador). Já a região central e de Bauru foi passando de petista a tucana; embora de modo menos acentuado que no caso do Pontal do Paranapanema. Na Grande São Paulo, o PT ainda possui uma boa votação no ABC; entretanto outros municípios e a própria capital tendem a votar mais no PSDB, seja qual for o cargo que seu candidato estiver disputando.

As estratégias que cada partido desenvolveu para adentrar onde antes possuíam votações abaixo de sua média estadual, surtiram efeito. Podemos atestar que as imagens que são construídas no contínuo espaço de tempo antes e durante as campanhas eleitorais, resultam em efeitos, tanto retrospectivo quanto prospectivo para os eleitores e, assim, definem o comportamento volátil ou não do eleitor, haja vista que cada eleitor, de modo individual irá “pesar” estas medidas (estratégias de campanha) e irá gerar um resultado final individual.

Kinzo (2005) afirma que o que indica se um sistema partidário está consolidado é a criação de imagem e vínculo partidário junto aos eleitores. Assim, à medida que o sistema se estabiliza, os eleitores passariam a criar preferências, ou mesmo lealdade, partidárias. O que, conseqüentemente resultaria em queda da volatilidade eleitoral.

Quando observamos os mapas partidários das eleições de 1998, 2002 e 2006 no Estado de São Paulo no Capítulo 3, verificamos que há sim coerência do voto, ou seja, pelo menos no Estado de São Paulo podemos afirmar que o sistema partidário se estabilizou e, criou laços de fidelidade entre eleitores e partidos. Mas há uma volatilidade eleitoral. Então isso quer dizer que os eleitores não são tão fiéis assim? A resposta é Sim e é Não. Não são fiéis porque há uma mudança de voto entre os partidos em algumas regiões e, sim, são fiéis porque a mudança do voto partidário acompanha o mesmo sentido nas duas esferas da disputa (Nacional e Estadual). Mas há ainda o caso de personalismo, como o citado anteriormente no Vale do Paraíba.

Por fim, como afirma Kinzo (2005), “a pequena taxa de partidarismo no Brasil tem muito mais a ver com a baixa capacidade cognitiva associada à disputa político-eleitoral do que com qualquer sentimento de rejeição à política partidária”. E que, de acordo com Manin (1995) o conceito de “democracia de público” nos apresenta a idéia de que as mudanças tanto políticas quanto tecnológicas estão modificando as características da própria democracia. A mídia adquiriu uma importância muito grande na definição de estratégias dos partidos e, pelo menos no Estado de São Paulo têm obtido êxito. O comportamento eleitoral volátil ocorre tanto quando os eleitores agem movidos pela maximização de seus ganhos pessoais, quanto movidos a partir do constrangimento que sofre do grupo social ao qual pertence. Ou seja, o comportamento do eleitor sempre é mutável e, as estratégias não só de campanhas eleitorais, mas também de publicidade oficial dos governos, procuram sempre estratégias de “seduzir” este eleitor. A estratégia dos partidos em São Paulo parece funcionar. Vide o número da coerência do voto apresentado nesta dissertação.

Referência Bibliográfica

BARTOLINI, Stefano & MAIR, Peter. *Identity, competition and electoral availability: the stabilization of European electorates (1885-1985)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas, 2006.

CARREIRÃO, Y. S. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*, Florianópolis, Editora da UFSC/FGV, 2002.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. *Partidos e distribuição espacial dos votos em São Paulo nos anos 90*. Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 64, 2002.

KINZO, Maria D'Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós 1985. São Paulo: RBCS, vol. 19, nº 54, 2004.

KINZO, Maria D'Alva G. *Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil*. São Paulo: RBCS, vol. 20, nº 57, 2005.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. *The transformation of the Western European Party Systems*. In: LAPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron. *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

LAZARSELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; and GAUDET, Hazel. *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. New York: Duell, Sloan and Pearce, 1944.

LIJPHART, Arend. *As democracias contemporâneas*. Lisboa: Gradiva, 1989.

- LIMA JR, Olavo Brasil de. *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-1994)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LIMA JR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.
- LIMONGI, Fernando. *A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório*. Novos estudos - CEBRAP, Nov 2006, no.76, p.17-41.
- LIPSET, S. M. & ROKKAN, S.. *Party Systems and Voter Alignment*. New York: The Free Press, 1967.
- MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. São Paulo: RBCS, nº29, 1995.
- MARTINS JR, José Paulo. *A disputa entre PSDB e PT nas eleições presidenciais: 1994-2006*. Tese de Doutorado, FFLCH – USP, 2007.
- MENEGHELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil contemporâneo: 1985-1997*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- NICOLAU, Jairo. *Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais*. In: LIMA JR, Olavo Brasil de. *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-1994)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- NOVAES, Carlos. *A geografia do voto em São Paulo*. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº45, 1996.
- OLIVEIRA, Luzia H. Herrmann de. *Reformas institucionais e interesses políticos. Uma análise regional: Londrina – PR*. Londrina: EDUEL, 1997.
- PIMENTEL JR, Jairo Tadeu. *Razão e emoção no voto: o caso da eleição presidencial de 2006*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2007.
- RODRIGUES, Leôncio. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- SAMUELS, David. *Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil*. Dados Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 40, nº 3, 1997.

- SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar: Brasília: Ed. UnB, 1982.
- SANTOS, Fabiano. *Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil*. Dados, vol. 42, n. 1, 1999.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SKDIMORE, Thomas. *A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985*. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Glaucio A. Dillon; RENNÓ, Lucio R. (org). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- TAVARES, José A. G. *Reforma política e retrocesso democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- TAVONI, Fabrizio Martins. *O Dono do Jogo*. Londrina: Trabalho de Conclusão de Curso, CCH/UDEL, 2003.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- ZANFOLIN, Doraci Elias, *Geografia Eleitoral: Reforma Política e uso do território brasileiro*. Dissertação de Mestrado, FFLCH – USP, 2006.

Anexo 1

O voto no PSDB e no PT nos Estados do Pará e Minas Gerais

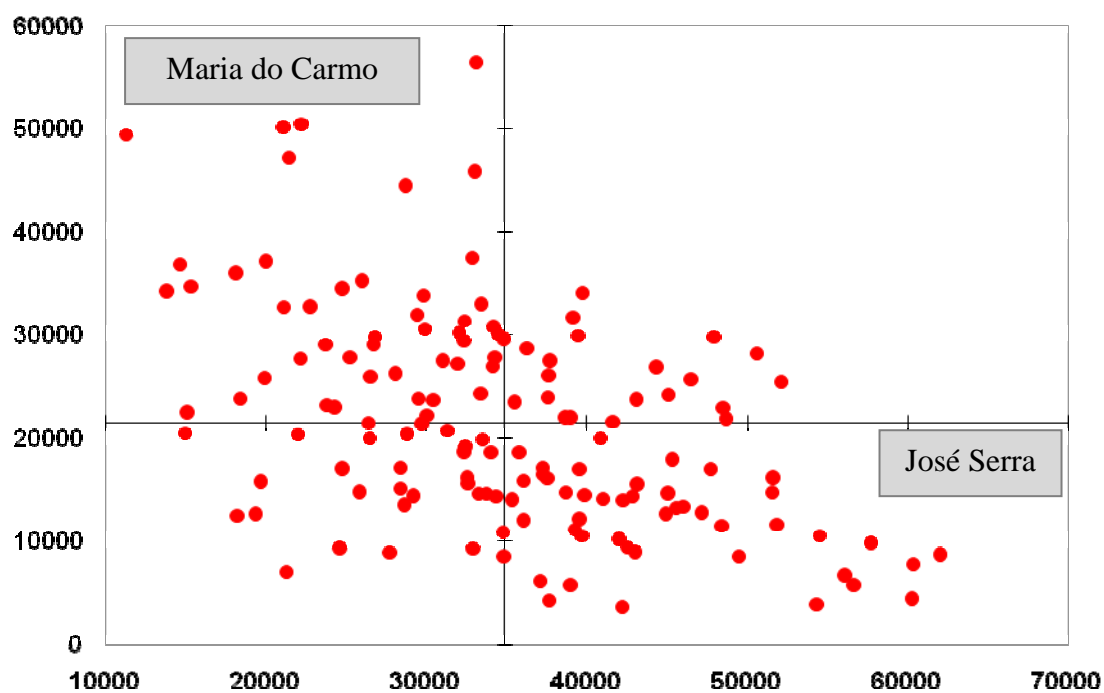
A pretensão deste trabalho era o de analisar o voto partidário em outros Estados da Federação também. Contudo, para uma dissertação de mestrado, priorizei observar esta técnica no Estado de São Paulo, haja vista ser este o berço dos dois partidos e onde nas últimas eleições há um maior embate o PSDB e o PT. Mesmo tendo estabelecido o Estado de São Paulo como meu recorte nesse trabalho, também realizei este procedimento de cruzamento de votos entre estes partidos nas eleições no Pará e em Minas Gerais, levando em consideração estes dois partidos.

O caso do Pará

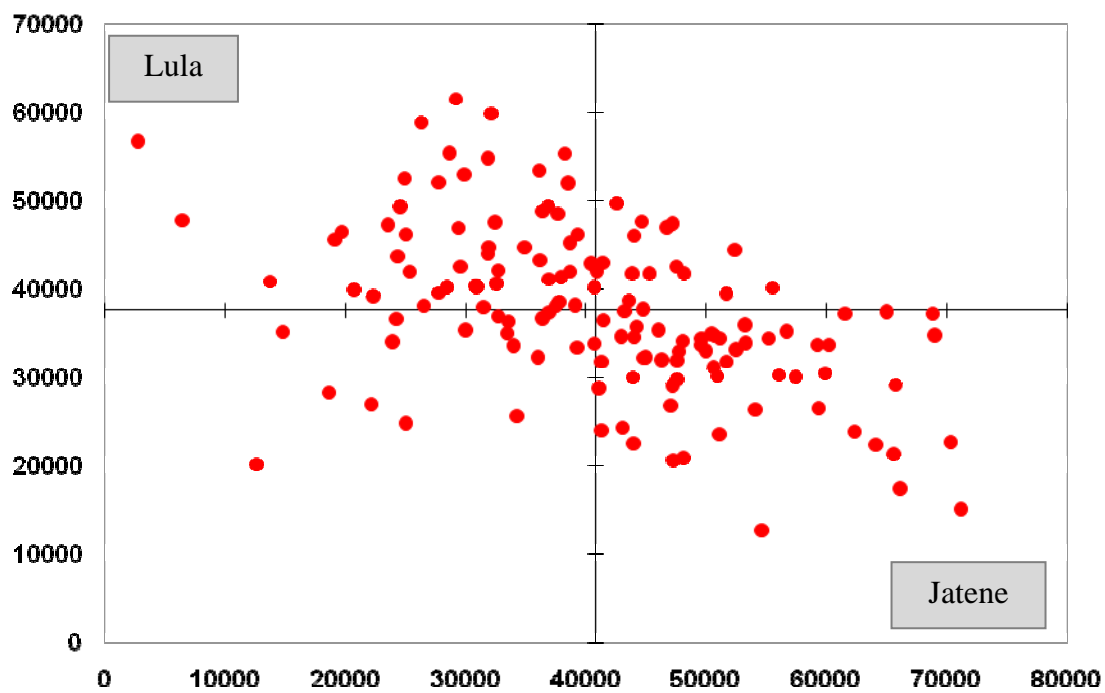
No primeiro gráfico realizo o cruzamento entre o candidato a Presidente José Serra do PSDB e a candidata a Governadora Maria do Carmo do PT. O quadrante inferior direito mostra os municípios onde Serra foi bem votado; o quadrante superior esquerdo mostra onde a candidata Maria do Carmo foi bem votada; o quadrante superior direito representa os municípios onde os dois foram bem votados; e o quadrante inferior esquerdo onde tanto Serra quanto Maria do Carmo foram mal votados. No caso desta eleição no Pará, pode-se observar uma leve tendência de rejeição mútua entre os partidos.

No segundo gráfico também é possível observar a mesma tendência. Este gráfico dois mostra o cruzamento dos votos de Lula do PT e Jatene do PSDB. Onde um é bem votado o outro não é.

José Serra (PSDB) e Maria do Carmo (PT) 2002 (Gráfico 1)



Lula (PT) e Jatene (PSDB) 2002 (Gráfico 2)

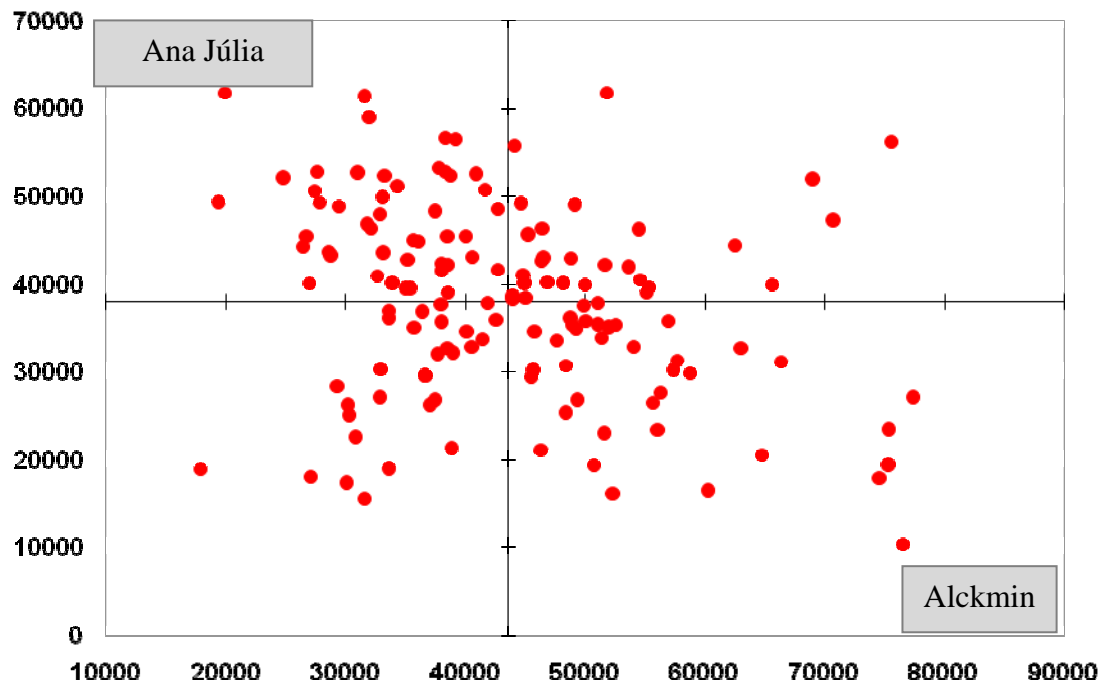


Já os gráficos referentes às eleições de 2006 não demonstram esta mesma tendência. No gráfico três até aparece, mas no gráfico quatro os votos são muitos

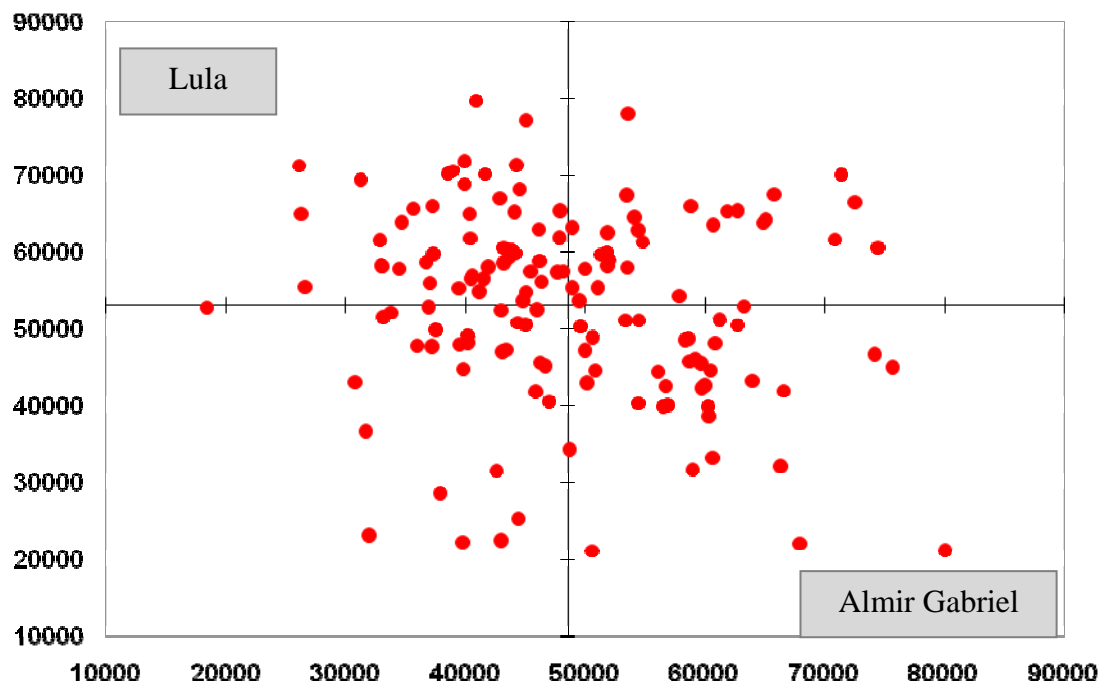
dispersos, não demonstrando uma consolidação do voto nos partidos. Sendo assim o Estado do Pará ainda não demonstra com clareza a formação de uma disputa mais consolidada entre PSDB e PT. O personalismo de Lula parece ter sido muito forte nesta eleição, principalmente com a ação de programas sociais como o Bolsa Família em Estados pobres da região Norte.

Outra explicação, principalmente referente ao gráfico quatro é que Lula disputava a reeleição e Almir Gabriel era o candidato do Governador Jatene e por isso o voto aparece tão concentrado nos dois candidatos. Já no gráfico três os dois candidatos eram “desafiantes” e provavelmente por isso seja possível observar melhor a dicotomia entre os partidos; embora de forma menos intensa, quando se compara com a eleição de 2002. De todo modo, o voto partidário é muito disperso, resultado de grande volatilidade eleitoral.

Alckmin (PSDB) e Ana Júlia (PT) 2006 (Gráfico 3)



Lula (PT) e Almir Gabriel (PSDB) 2006 (Gráfico 4)



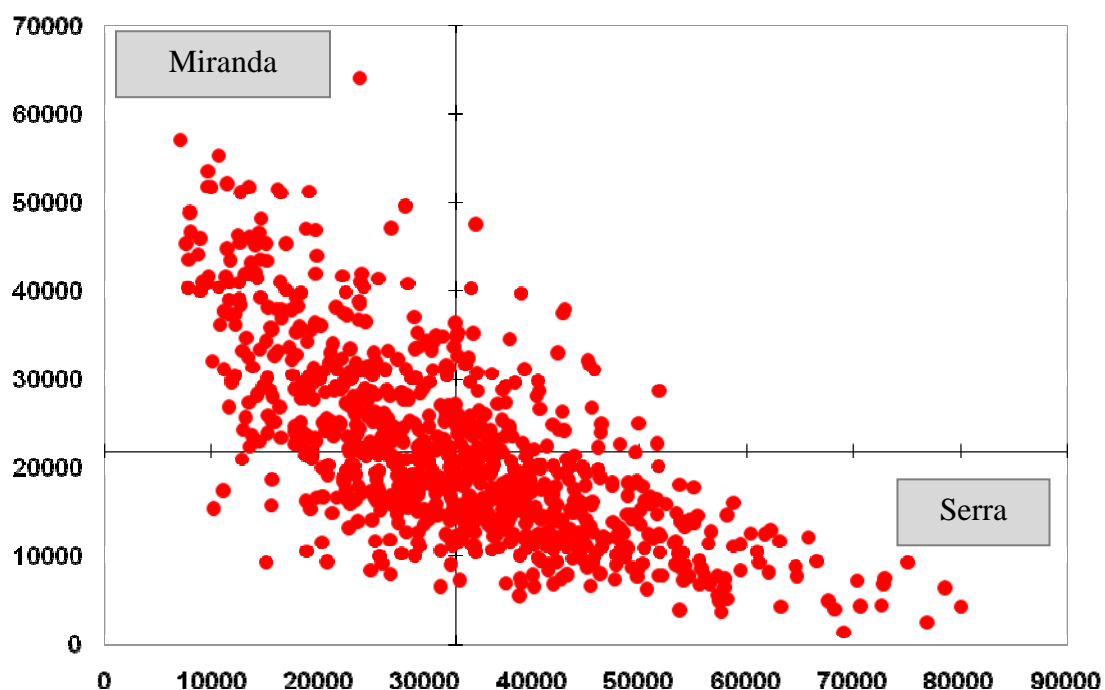
O caso de Minas Gerais

Da mesma forma que no Pará, em Minas Gerais é possível observar uma linha de tendência do voto nestes partidos apenas na eleição de 2002. Nesta eleição houve uma disputa maior, mas é possível observar uma linha de rejeição mútua entre PSDB e PT. Onde Lula foi bem Aécio Neves não foi. Onde Aécio Neves foi bem, Lula não foi. O mesmo ocorre com José Serra e Nilmário Miranda.

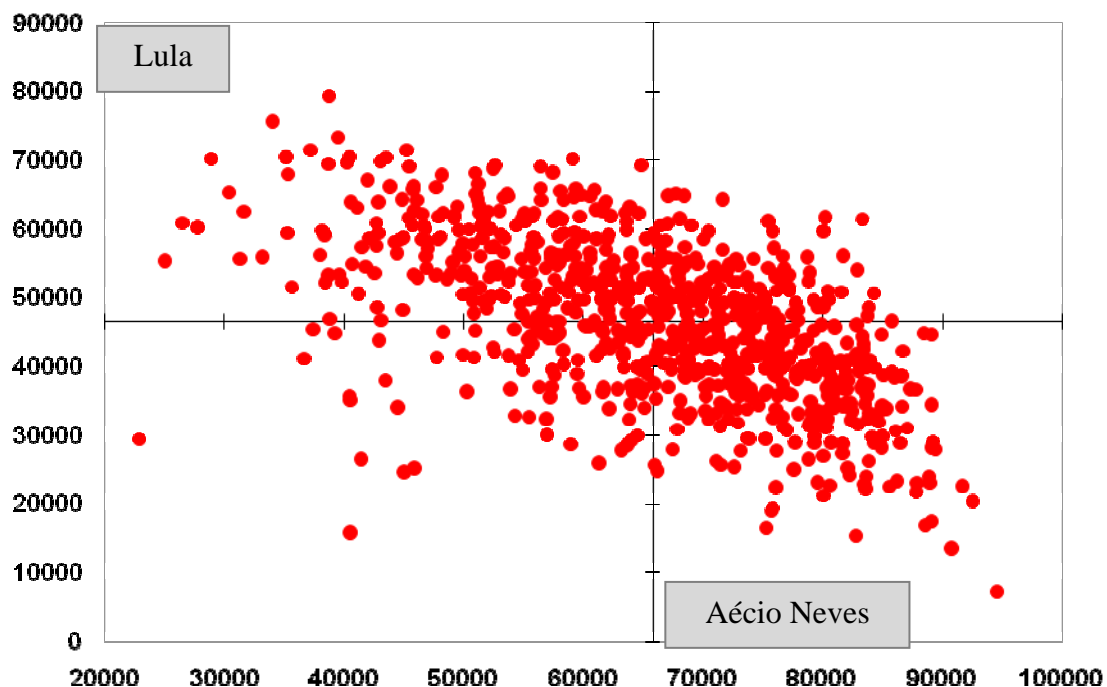
O quadrante inferior direito demonstra os municípios onde José Serra foi bem votado, enquanto que o quadrante superior esquerdo, os municípios onde Nilmário Miranda foi bem votado. Note que são poucos os municípios (quadrante superior direito) em que os dois candidatos são bem votados.

O mesmo ocorre com o outro gráfico, entre Lula e Aécio Neves. Onde um é bem votado o outro não é; embora o número de cidades onde os dois possuem boa votação seja maior que no gráfico cinco, ainda assim não supera seus melhores resultados: o quadrante inferior direito para Aécio Neves e o superior esquerdo para Lula.

José Serra (PSDB) e Nilmário Miranda (PT) 2002 (Gráfico 5)

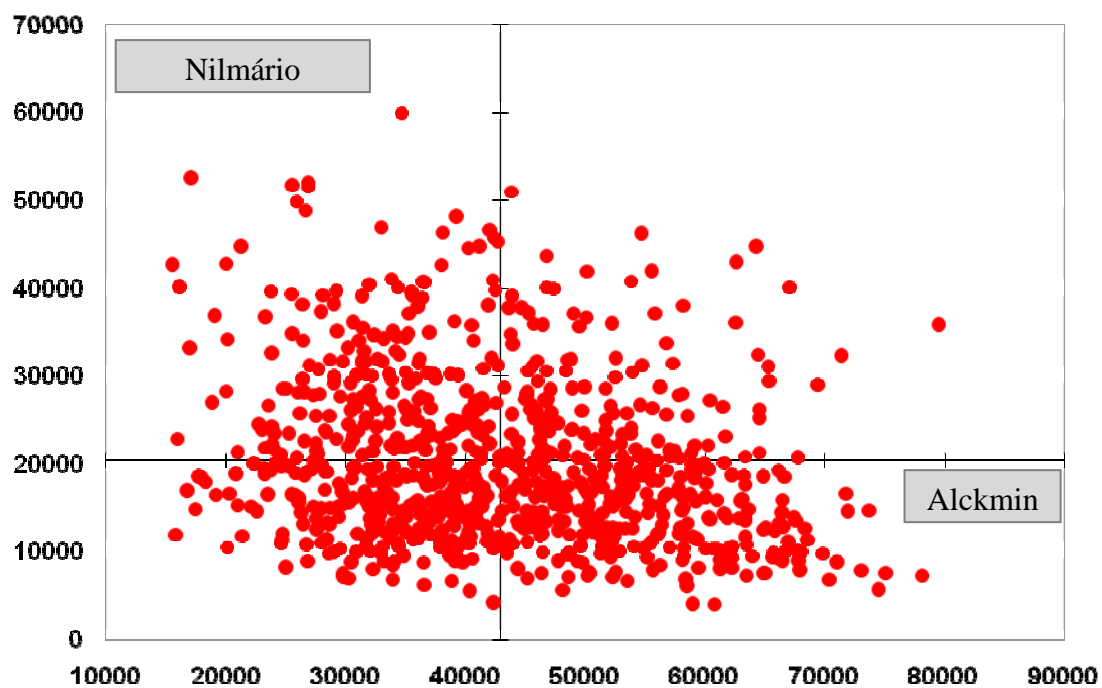


Lula (PT) e Aécio Neves (PSDB) 2002 (Gráfico 6)

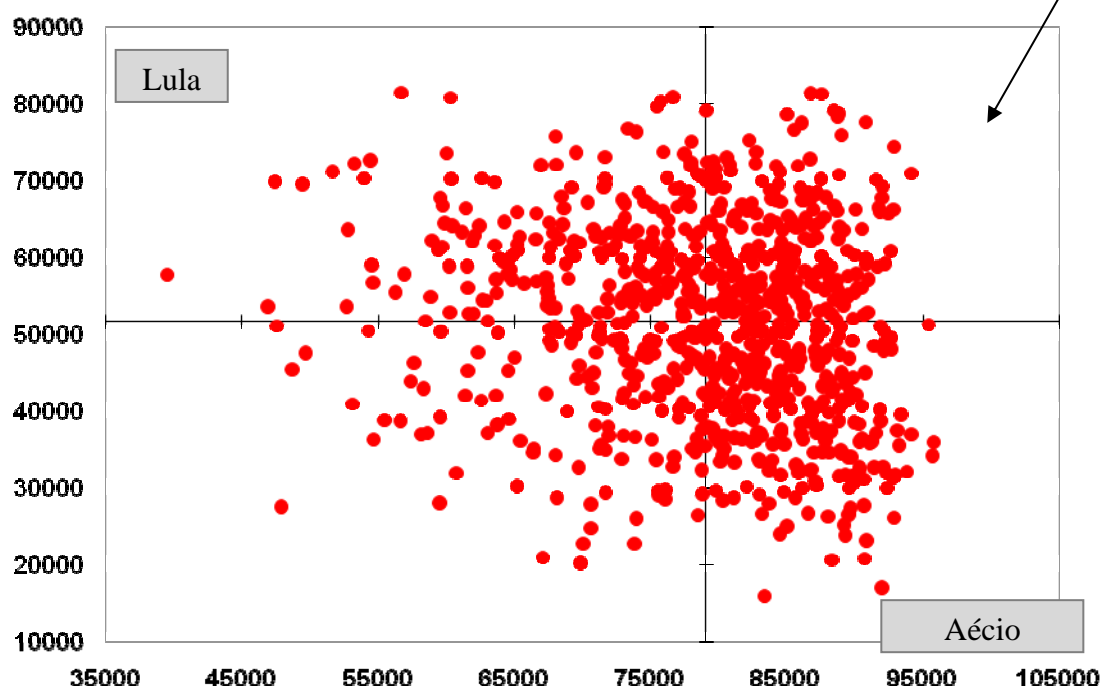


Em 2006 não se pode verificar o mesmo. Tanto Aécio Neves quanto Lula vão bem. E Geraldo Alckmin e Nilmário Miranda vão mal. Notem a grande concentração, no gráfico sete, no quadrante inferior esquerdo, que demonstra as cidades onde tanto Geraldo Alckmin quanto Nilmário Miranda foram mal; e notem o quadrante superior direito do gráfico oito que nos apresenta os municípios onde tanto Lula quanto Aécio Neves foram bem votados. Estes gráficos, analisados conjuntamente nos mostram que em Minas Gerais, as eleições de 2006 não foram partidárias e sim nos apresentaram uma grande volatilidade partidária, ou, antes, um grande personalismo dos candidatos Lula e Aécio Neves. Um fator que pode explicar este acontecimento é que tanto Lula quanto Aécio Neves disputaram a reeleição e possuíam altos índices de aprovação de seus governos.

Alckmin (PSDB) e Nilmário Miranda (PT) 2006 (Gráfico 7)



Lula (PT) e Aécio Neves (PSDB) 2006 (Gráfico 8)



Anexo 2

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Adamantina	48	38	37	25	74	29	53	29
Adolfo	50	48	37	25	62	44	60	26
Aguaí	32	48	26	33	61	36	74	16
Águas da Prata	46	44	37	28	70	25	54	29
Águas de Lindóia	50	37	41	24	83	15	55	22
Águas de Santa Bárbara	37	42	36	19	73	26	63	29
Águas de São Pedro	56	31	49	20	80	15	36	25
Agudos	33	43	20	28	72	30	60	21
Alambari	66	27	56	10	79	22	65	16
Alfredo Marcondes	45	40	39	26	68	38	58	25
Altair	36	43	28	20	58	48	61	20
Altinópolis	54	53	30	22	71	36	67	20
Alto Alegre	39	39	39	19	72	34	79	12
Alumínio	33	58	22	42	53	46	53	28
Álvares Florence	48	37	45	22	71	25	68	20
Álvares Machado	36	51	31	34	65	46	58	25
Álvado de Carvalho	60	33	50	17	63	43	57	27
Alvinlândia	51	38	35	25	54	50	63	21
Americana	34	54	24	41	56	41	49	22
Américo Brasiliense	35	63	19	44	57	47	57	33
Américo de Campos	48	31	47	13	84	21	48	37
Amparo	41	39	39	32	77	20	52	21
Analândia	61	33	45	20	81	16	69	34

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Andradina	45	43	34	29	65	38	47	20
Angatuba	43	53	34	33	62	35	62	16
Anhembi	49	40	44	27	80	32	74	39
Anhumas	38	55	27	31	64	41	43	38
Aparecida	54	49	30	24	72	43	43	11
Aparecida D' Oeste	56	35	52	20	66	28	73	10
Apiáí	59	35	48	14	76	35	67	21
Araçariguama	35	33	31	17	72	34	80	21
Araçatuba	46	36	41	28	74	26	61	31
Araçoiaba da Serra	45	39	41	25	72	26	48	17
Aramina	43	53	27	28	30	58	52	30
Arandu	30	41	32	18	69	39	78	14
Arapeí	47	42	27	21	63	40	56	27
Araraquara	39	50	32	37	65	31	70	37
Araras	38	47	27	33	69	24	71	16
Arco-Íris	62	35	45	17	76	29	49	35
Arealva	58	37	47	21	76	23	64	23
Areias	54	39	35	19	62	39	62	20
Areiópolis	34	49	24	26	62	43	61	25
Ariranha	26	61	16	36	64	34	66	18
Artur Nogueira	33	53	23	41	59	42	43	40
Arujá	40	43	26	27	58	38	68	19
Aspásia	46	45	43	31	61	38	50	32

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Assis	35	50	26	38	65	33	46	28
Atibaia	45	31	43	18	75	21	68	17
Auriflama	35	49	30	36	67	38	66	20
Avaí	47	44	25	25	66	40	69	18
Avanhandava	37	40	28	20	66	45	69	11
Avaré	32	41	31	20	73	26	66	21
Bady Bassit	46	43	35	28	67	30	42	43
Balbinos	60	31	43	14	74	30	62	24
Bálsamo	45	41	39	20	72	29	72	17
Bananal	47	41	27	20	71	34	52	34
Barão de Antonina	42	36	41	18	74	28	68	19
Barbosa	40	40	30	23	71	35	54	31
Bariri	43	49	34	34	80	19	59	28
Barra Bonita	44	55	25	33	74	23	67	30
Barra do Chapéu	75	27	67	12	61	49	53	20
Barra do Turvo	48	38	35	22	60	53	57	30
Barretos	43	43	36	28	67	33	49	26
Barrinha	30	57	23	37	51	60	54	17
Barueri	32	47	19	32	49	50	58	30
Bastos	59	33	45	19	78	24	72	33
Batatais	43	34	40	25	74	26	69	15
Bauru	39	51	22	37	65	31	54	28
Bebedouro	37	36	35	29	70	31	61	22

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Bento de Abreu	66	38	51	12	67	37	71	18
Bernardino de Campos	45	47	34	32	73	27	67	21
Bertioga	36	41	29	25	66	36	60	14
Bilac	53	35	51	21	82	19	74	30
Birigui	41	43	34	30	75	27	59	27
Biritiba Mirim	55	35	38	17	73	22	58	28
Boa Esperança do Sul	30	56	26	43	49	54	59	27
Bocaina	42	54	31	37	70	25	63	23
Bofete	41	38	38	22	67	35	69	20
Boituva	50	36	41	21	75	24	54	26
Bom Jesus dos Perdões	42	32	42	14	78	23	65	20
Bom Sucesso de Itararé	44	44	43	19	74	31	68	19
Borá	56	34	36	14	68	36	66	21
Boracéia	42	57	19	30	74	31	70	22
Borborema	32	49	26	32	62	31	62	22
Borebi	66	30	50	16	72	27	71	46
Botucatu	39	45	29	36	71	23	42	13
Bragança Paulista	52	41	33	26	75	21	66	21
Braúna	44	29	45	13	78	29	66	36
Brejo Alegre	33	58	28	41	54	56	49	20
Brodowski	42	37	37	26	71	27	66	17
Brotas	47	40	42	27	76	25	72	22
Buri	54	40	39	21	75	29	60	39

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Buritama	33	40	39	25	71	34	42	26
Buritizal	49	37	39	19	60	27	61	14
Cabrália Paulista	28	57	17	38	59	46	75	37
Cabreúva	42	46	31	27	60	45	35	24
Caçapava	48	47	28	30	68	28	59	34
Cachoeira Paulista	37	55	19	38	53	46	44	20
Caconde	66	32	56	18	77	29	69	18
Cafelândia	51	40	40	25	74	32	71	18
Caiabu	41	46	30	20	66	50	68	19
Caieiras	35	46	24	31	53	42	71	22
Caiuá	55	41	45	27	52	54	64	26
Cajamar	28	53	16	38	52	50	62	21
Cajati	41	37	31	27	65	39	68	14
Cajobi	30	48	25	27	67	43	31	54
Cajuru	39	46	35	28	68	38	76	23
Campina do Monte Alegre	53	44	39	20	77	24	62	29
Campinas	34	53	25	44	50	42	47	26
Campo Limpo Paulista	31	53	23	41	50	50	56	31
Campos do Jordão	53	31	42	17	76	21	71	21
Campos Novos Paulista	49	33	38	17	72	32	51	14
Cananéia	56	33	42	22	72	29	34	49
Canas	65	40	38	16	74	26	59	38
Cândido Mota	39	45	32	27	70	35	49	14

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Cândido Rodrigues	30	51	26	35	61	38	74	16
Canitar	54	46	30	18	67	38	41	43
Capão Bonito	39	45	35	22	75	26	73	14
Capela do Alto	52	33	49	19	75	19	52	25
Capivari	39	37	36	23	75	24	56	25
Caraguatatuba	51	40	31	25	70	30	66	22
Carapícuiba	38	55	22	38	49	50	47	38
Cardoso	33	48	25	31	58	47	47	35
Casa Branca	37	44	33	30	74	22	42	42
Cássia dos Coqueiros	61	31	56	18	80	19	62	20
Castilho	34	53	24	30	48	57	58	28
Catanduva	33	42	31	29	68	25	72	16
Catiguá	34	50	25	31	59	50	69	19
Cedral	43	45	36	30	63	26	42	40
Cerqueira César	44	36	37	20	74	23	61	24
Cerquilha	45	42	38	26	74	25	51	34
Cesário Lange	47	33	43	15	78	19	64	17
Charqueada	48	41	35	24	73	31	72	21
Chavantes	41	50	24	30	65	40	76	15
Clementina	51	40	29	23	76	34	68	16
Colina	50	45	40	27	61	42	57	23
Colômbia	40	43	35	25	64	46	53	26
Conchal	44	36	40	20	78	28	64	34

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Conchas	44	40	43	26	72	28	76	13
Cordeirópolis	26	54	22	41	62	33	62	19
Coroados	38	41	38	28	69	32	69	19
Coronel Macedo	41	49	41	19	58	46	46	43
Corumbataí	38	35	40	21	76	19	50	16
Cosmópolis	28	55	18	47	51	48	68	22
Cosmorama	53	31	49	19	76	26	67	30
Cotia	38	49	27	32	55	41	50	28
Cravinhos	50	37	44	22	78	23	56	28
Cristáis Paulista	58	32	49	18	64	25	54	28
Cruzália	43	43	34	21	74	29	65	21
Cruzeiro	47	54	20	32	62	40	62	17
Cubatão	32	56	14	36	41	56	68	23
Cunha	54	28	38	13	71	36	71	17
Descalvado	40	46	35	28	78	19	68	41
Diadema	25	63	14	49	36	61	43	48
Dirce Reis	51	44	44	22	62	36	35	13
Divinolândia	62	32	57	23	82	20	77	31
Dobrada	27	56	21	48	53	46	45	27
Dois Córregos	46	49	30	30	78	23	58	13
Dolcinópolis	54	37	50	23	55	48	73	33
Dourado	33	51	32	25	72	30	48	19
Dracena	55	36	43	23	70	32	69	20

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Duartina	36	54	21	40	66	32	65	18
Dumont	41	47	33	26	72	35	64	26
Echaporã	40	44	34	24	72	32	71	16
Eldorado	51	26	39	12	65	37	51	36
Elias Fausto	42	40	36	22	62	39	48	37
Elisário	60	35	43	18	58	46	54	32
Embauba	37	54	23	36	57	41	64	24
Embu	39	45	26	31	49	43	27	58
Embu Guaçu	43	38	31	21	57	36	70	16
Emilianópolis	44	56	23	33	54	53	42	29
Engenheiro Coelho	53	40	33	21	62	43	57	42
Espírito Santo do Pinhal	39	47	35	30	77	23	68	20
Espírito Santo do Turvo	54	43	44	14	67	40	71	14
Estiva Gerbi	35	58	19	40	54	47	37	44
Estrela D' Oeste	35	43	37	21	79	28	60	25
Estrela do Norte	46	35	39	13	71	32	50	32
Euclides da Cunha Paulista	42	49	34	33	66	48	63	22
Fartura	58	42	44	26	72	27	68	23
Fernando Prestes	35	53	30	28	64	38	64	23
Fernandópolis	44	44	38	32	68	34	58	31
Fernão	52	46	36	26	73	34	67	17
Ferraz de Vasconcelos	36	49	18	32	40	52	47	31
Flora Rica	47	51	27	31	60	46	48	39

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Floreal	44	49	35	37	67	33	57	24
Flórida Paulista	44	34	41	18	67	51	52	30
Florínea	33	53	22	22	71	43	53	33
Franca	41	38	36	28	61	25	57	24
Francisto Morato	51	45	24	25	45	55	44	42
Franco da Rocha	36	48	21	31	45	50	61	20
Gabriel Monteiro	59	40	49	24	85	17	60	22
Gália	49	42	38	26	68	34	55	23
Garça	58	36	44	24	78	22	59	17
Gastão Vidigal	53	46	41	27	69	39	58	25
Gavião Peixoto	43	49	32	33	64	43	71	27
General Salgado	50	44	39	27	69	35	47	35
Getulina	46	46	33	28	74	32	61	18
Glicério	51	44	40	25	65	40	54	30
Guaíçara	35	54	25	36	56	48	68	19
Guaimbê	47	38	39	22	71	39	68	28
Guaíra	51	42	45	29	73	30	51	33
Guapiaçú	48	44	36	27	65	38	48	26
Guapiara	50	45	42	27	64	43	56	28
Guará	30	42	29	28	54	54	56	24
Guaraçai	41	43	34	25	65	42	57	21
Guaraci	47	42	41	25	65	43	66	28
Guarani D' Oeste	41	55	31	39	57	42	64	23

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Guarantã	47	36	38	23	69	34	58	37
Guararapes	50	35	42	24	75	27	54	28
Guararema	51	36	37	21	71	29	51	21
Guaratinguetá	51	50	25	29	63	32	64	38
Guareí	36	42	34	24	68	27	42	25
Guariba	40	54	27	36	61	47	47	25
Guarujá	34	47	16	27	45	51	59	26
Guarulhos	36	41	22	30	51	41	68	16
Guataparã	49	35	44	22	54	54	60	26
Guzolândia	55	37	47	23	71	37	49	41
Herculândia	49	37	41	22	65	39	39	36
Holambra	55	46	41	31	71	32	52	27
Hortolândia	25	62	15	50	33	65	44	26
Iacanga	47	40	30	25	73	22	73	17
Iacri	48	41	39	24	75	28	80	12
Iaras	45	40	47	21	59	45	61	24
Ibaté	28	52	20	38	60	39	39	46
Ibirá	58	32	49	18	75	22	52	25
Ibirarema	45	37	40	20	78	26	55	26
Ibitinga	39	48	28	31	68	32	38	45
Ibiúna	56	24	56	13	82	16	55	37
Icém	33	54	27	32	64	41	47	29
Iepê	50	37	40	22	81	24	60	26

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Igarapu do Tietê	38	57	20	35	63	40	60	21
Igarapava	52	49	29	26	41	47	61	36
Igaratá	47	34	41	17	70	27	41	21
Iguape	48	28	43	15	71	35	67	31
Ilha Comprida	64	31	48	16	68	34	55	23
Ilha Solteira	28	45	21	30	55	40	63	15
Ilhabela	56	32	41	20	76	25	72	21
Indaiatuba	29	58	21	44	55	43	53	18
Indiana	47	46	37	27	73	32	68	32
Indiaporã	47	36	42	23	67	35	67	27
Inúbia Paulista	67	27	55	17	78	28	45	31
Ipauçu	49	48	34	28	73	28	52	16
Iperó	35	50	27	35	52	45	68	20
Ipeúna	27	35	35	21	68	30	42	23
Ipigua	57	42	36	22	73	22	61	20
Iporanga	33	46	29	22	67	53	65	11
Ipuá	37	54	32	39	58	50	80	15
Iracenópolis	33	45	31	32	66	33	67	26
Irapuã	54	33	47	21	78	29	58	34
Irapuru	47	36	34	22	72	37	48	27
Itaberá	40	50	35	34	65	43	71	30
Itaí	38	52	31	29	69	34	55	28
Itajobi	45	40	39	21	75	22	45	17

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Itaju	50	36	33	16	80	21	60	16
Itanhém	39	41	28	23	60	34	72	23
Itaóca	61	41	50	20	70	44	46	18
Itapeçerica da Serra	45	41	32	26	51	44	59	35
Itapetininga	43	47	31	29	73	22	69	20
Itapeva	42	49	31	32	72	29	47	37
Itapevi	36	51	23	34	45	57	63	25
Itapira	47	53	26	31	76	22	60	22
Itapirapuã Paulista	63	35	52	22	61	44	67	21
Itápolis	42	47	31	32	67	29	62	17
Itaporanga	54	35	51	18	80	24	69	17
Itapuí	36	58	24	39	71	33	70	23
Itapura	32	50	29	22	55	60	55	19
Itaquaquetuba	37	48	19	30	40	55	69	16
Itararé	45	38	37	22	75	27	72	36
Itariri	52	29	42	16	75	26	35	40
Itatiba	46	42	34	28	74	24	53	44
Itatinga	33	47	33	21	71	28	36	19
Itirapina	49	45	33	27	70	29	67	21
Itirapuã	46	41	35	26	62	41	65	20
Itobi	48	37	41	19	79	25	69	15
Itu	42	49	30	28	65	34	48	37
Itupeva	42	46	31	32	61	39	53	26

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Ituverava	39	47	34	34	52	42	67	17
Jaborandi	34	51	29	27	57	56	72	15
Jaboticabal	38	41	35	31	75	23	66	21
Jacareí	38	49	23	37	62	31	62	25
Jaci	59	37	51	21	68	33	54	32
Jacupiranga	47	33	37	23	72	28	71	11
Jaguariúna	37	53	29	38	60	39	57	28
Jales	42	45	35	32	66	33	59	24
Jambeiro	60	33	44	19	79	23	57	26
Jandira	34	42	23	30	54	45	37	18
Jardinópolis	36	42	34	26	72	31	71	44
Jarinu	39	32	40	19	72	29	67	17
Jaú	44	49	31	34	74	24	75	15
Jeriquara	47	41	41	23	51	40	64	21
Joanópolis	54	27	54	14	77	19	66	26
João Ramalho	65	33	51	16	68	41	61	17
José Bonifácio	47	45	38	28	71	28	62	27
Júlio Mesquita	50	47	37	27	59	50	51	33
Jumirim	61	32	54	17	80	20	68	19
Jundiá	36	56	25	44	56	39	70	22
Junqueirópolis	52	37	42	25	68	37	50	34
Juquiá	41	25	38	14	72	31	62	20
Juquitiba	54	27	46	13	67	31	54	26

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Lagoinha	68	34	54	13	80	21	46	38
Laranjal Paulista	45	37	44	24	79	20	59	19
Lavínia	44	48	39	26	54	47	62	23
Lavrinhas	57	47	32	20	68	36	69	16
Leme	28	57	24	43	62	38	75	36
Lençóis Paulista	46	42	32	25	72	25	46	20
Limeira	33	51	24	41	60	38	65	42
Lindóia	65	33	50	18	85	13	46	12
Lins	46	33	35	22	74	24	57	21
Lorena	47	50	25	30	66	30	64	13
Lourdes	57	30	53	13	78	29	57	26
Louveira	43	40	36	26	67	33	75	15
Lucélia	52	43	42	33	68	35	55	29
Lucianópolis	31	44	28	34	51	47	75	35
Luís Antônio	38	48	30	28	57	47	52	22
Luisiânia	38	47	31	27	69	38	66	15
Lupércio	50	46	37	29	58	49	76	26
Lutécia	49	41	39	27	72	32	64	20
Macatuba	36	55	24	38	61	41	58	25
Macaubal	58	32	52	20	82	20	64	23
Macedônia	39	50	32	31	68	35	62	38
Magda	44	49	34	30	70	33	62	21
Mairinque	36	52	24	35	58	44	52	28

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Mairiporã	40	35	33	23	71	28	54	21
Manduri	43	40	40	22	72	26	56	30
Marabá Paulista	55	33	43	18	69	36	53	26
Maracaí	31	47	27	27	61	43	49	17
Marapoama	51	34	45	16	72	33	66	34
Mariápolis	43	33	43	16	73	39	55	32
Marília	40	48	28	34	69	27	38	46
Marinópolis	42	36	40	20	55	44	51	22
Martinópolis	53	34	43	18	74	32	62	29
Matão	34	58	25	46	58	38	67	20
Mauá	22	61	13	50	43	51	63	21
Mendonça	47	45	38	23	68	32	49	24
Meridiano	54	44	41	25	61	39	62	42
Mesópolis	48	32	36	17	71	30	59	23
Miguelópolis	43	40	40	23	65	43	57	23
Mineiros do Tietê	41	54	26	31	67	34	52	32
Mira Estrela	38	51	36	25	54	50	67	13
Miracatu	37	26	40	14	74	33	74	31
Mirandópolis	49	43	38	28	66	36	67	17
Mirante do Paranapanema	38	42	32	24	63	45	56	19
Mirassol	41	49	29	32	70	27	46	34
Mirassolândia	56	32	44	20	72	25	59	24
Mococa	43	49	34	31	79	19	62	28

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Mogi das Cruzes	44	46	26	28	63	30	59	22
Mogi Guaçu	36	54	23	38	57	41	43	34
Mogi Mirim	41	45	32	30	73	24	53	31
Mombuca	32	43	30	21	76	28	69	9
Monções	48	37	43	22	77	28	82	19
Mongaguá	40	42	29	21	57	38	43	40
Monte Alegre do Sul	52	38	44	23	79	25	54	21
Monte Alto	36	46	35	33	69	32	68	30
Monte Aprazível	40	46	37	31	68	34	53	27
Monte Azul Paulista	48	39	42	24	74	31	60	18
Monte Castelo	43	47	40	25	48	57	72	19
Monte Mor	37	49	24	35	49	52	73	20
Monteiro Lobato	53	38	36	24	66	28	65	17
Morro Agudo	37	48	30	31	63	48	70	29
Morungaba	58	34	44	19	82	20	56	27
Motuca	52	54	31	35	58	47	57	13
Murutinga do Sul	59	41	45	21	66	36	68	14
Nantes	62	34	48	15	85	34	56	18
Narandiba	43	45	36	22	60	45	67	25
Natividade da Serra	40	37	31	17	69	33	58	28
Nazaré Paulista	44	28	48	14	76	24	60	38
Neves Paulista	40	47	39	31	74	31	52	25
Nhandeara	48	39	43	25	75	22	64	24

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Nipoã	66	37	47	12	76	33	76	15
Nova Aliança	49	43	36	26	71	27	72	41
Nova Campina	47	30	33	15	78	31	53	17
Nova Canaã Paulista	59	36	51	22	62	44	41	33
Nova Castilho	48	37	40	19	81	21	61	17
Nova Europa	30	61	25	44	60	42	60	25
Nova Granada	46	39	40	19	65	33	65	25
Nova Guataporanga	54	36	47	21	44	62	63	22
Nova Independência	60	46	41	22	63	45	76	12
Nova Luzitânia	65	39	52	21	74	33	58	30
Nova Odessa	24	59	15	47	45	53	64	18
Novais	59	35	50	22	60	44	66	17
Novo Horizonte	44	54	27	37	57	37	47	30
Nuporanga	54	45	36	25	78	25	63	13
Ocaçu	44	42	32	21	70	39	70	15
Óleo	41	39	38	24	79	20	38	48
Olímpia	39	42	37	27	74	30	66	23
Onda Verde	47	44	37	21	64	41	62	23
Oriente	48	49	36	30	73	29	49	28
Orindiúva	58	39	50	20	72	33	53	36
Orlândia	50	40	44	25	75	28	71	15
Osasco	32	56	21	42	47	47	51	35
Oscar Bressane	60	38	41	17	81	20	52	33

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Osvaldo Cruz	58	35	47	21	77	26	58	31
Ourinhos	47	48	31	29	69	30	52	24
Ouro Verde	43	46	33	27	51	56	55	27
Ouroeste	35	48	38	32	63	43	69	35
Pacaembu	53	34	48	20	71	37	49	15
Palestina	52	31	51	18	79	26	69	21
Palmares Paulista	33	43	27	25	64	48	39	45
Palmeira D' Oeste	37	41	38	26	68	40	65	25
Palmital	51	41	43	22	71	34	61	24
Panorama	46	36	36	25	60	46	62	24
Paraguaçu Paulista	47	43	31	29	57	47	55	26
Paraibuna	51	39	40	23	71	30	64	13
Paraíso	40	43	39	30	65	41	56	24
Paranapanema	44	50	37	28	64	39	69	36
Paranapuã	44	35	49	29	70	30	47	22
Parapuã	42	41	38	26	63	40	64	16
Pardinho	45	41	38	23	81	31	61	27
Pariquerá-Açú	51	32	41	19	70	34	47	24
Parisi	53	45	38	27	74	26	46	39
Patrocínio Paulista	52	40	39	27	72	28	34	15
Paulicéia	34	45	29	29	57	49	39	19
Paulínia	25	63	16	52	47	46	71	47
Paulistânia	65	33	52	15	77	24	69	20

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Paulo de Faria	55	32	49	20	70	38	65	22
Pederneiras	43	46	31	31	61	40	51	34
Pedra Bela	67	33	52	15	81	28	64	31
Pedranópolis	48	42	42	27	55	43	52	23
Pedregulho	47	40	39	28	38	39	54	28
Pedreira	33	53	27	40	64	34	56	28
Pedrinhas Paulista	54	42	44	23	72	27	43	41
Pedro de Toledo	37	35	31	19	67	38	59	22
Penápolis	39	54	29	40	62	37	65	22
Pereira Barreto	37	43	32	24	65	36	64	33
Pereiras	49	49	35	29	74	28	52	28
Peruíbe	42	36	30	22	63	32	48	18
Piacatu	62	41	47	21	76	30	66	14
Piedade	50	25	51	17	76	25	74	49
Pilar do Sul	52	34	46	20	76	23	75	13
Pindamonhangaba	68	47	29	21	69	29	54	34
Pindorama	35	46	31	29	66	36	49	35
Pinhalzinho	55	33	49	17	79	24	49	23
Piquerobi	53	46	40	29	53	58	59	28
Piquete	53	52	18	28	67	28	54	34
Piracaia	40	33	42	19	77	21	57	29
Piracicaba	45	43	33	33	66	32	62	21
Pirassununga	40	49	27	35	74	25	65	27

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Piraju	47	42	36	25	71	28	50	36
Pirajuí	52	36	34	24	73	28	56	14
Pirangi	45	42	38	24	66	37	56	29
Pirapora do Bom Jesus	54	34	37	16	65	39	55	24
Pirapozinho	38	46	32	32	72	24	56	29
Piratininga	47	40	31	24	72	24	72	17
Pitangueiras	30	50	29	37	64	41	72	15
Planalto	64	33	54	19	74	33	66	25
Platina	56	34	46	12	72	40	57	18
Poá	35	50	19	34	46	46	60	23
Poloni	52	36	49	23	78	24	59	21
Pompéia	55	41	41	24	80	20	68	43
Pongaí	54	35	42	22	79	23	37	28
Pontal	35	55	28	36	65	44	65	24
Pontalinda	58	50	36	27	61	46	64	22
Pontes Gestal	46	40	34	18	68	39	73	15
Populina	45	46	40	20	61	33	67	19
Porangaba	41	42	36	21	64	33	66	20
Porto Feliz	41	40	34	25	67	33	53	26
Porto Ferreira	36	51	23	34	71	27	58	27
Potim	55	53	27	23	65	36	64	12
Potirendaba	37	43	32	28	76	25	51	25
Pracinha	63	35	51	26	71	33	62	21

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Pradópolis	32	57	25	32	62	47	68	28
Praia Grande	36	43	22	23	57	39	56	20
Pratânia	58	39	45	17	82	22	45	29
Presidente Alves	57	34	20	21	69	32	55	38
Presidente Bernardes	53	52	34	30	66	38	49	25
Presidente Epitácio	45	39	35	28	60	45	51	24
Presidente Prudente	33	43	28	30	66	35	62	25
Presidente Venceslau	43	38	35	26	69	29	70	33
Promissão	24	53	21	37	56	49	47	35
Quadra	48	37	39	20	77	21	64	16
Quatá	39	41	28	26	70	38	74	20
Queiros	51	44	44	16	59	51	64	15
Queluz	39	49	23	25	63	46	46	23
Quintana	52	41	39	20	69	34	60	25
Rafard	36	41	33	25	71	29	53	34
Rancharia	44	42	39	29	72	33	60	26
Redenção da Serra	60	38	42	20	75	28	75	26
Regente Feijó	42	47	31	32	74	29	58	28
Reginópolis	56	33	39	17	77	22	58	16
Registro	53	36	39	22	69	31	70	25
Restinga	37	53	27	35	58	45	58	25
Ribeira	59	39	50	29	59	46	61	28
Ribeirão Bonito	41	42	26	30	64	36	66	22

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Ribeirão Branco	57	34	52	20	63	44	54	29
Ribeirão Corrente	36	41	34	31	65	33	72	28
Ribeirão do Sul	31	59	27	38	65	41	51	18
Ribeirão dos Índios	57	51	35	24	69	45	43	41
Ribeirão Grande	38	58	28	26	71	42	62	21
Ribeirão Pires	27	52	19	40	54	41	62	19
Reibeirão Preto	38	41	33	32	68	29	62	27
Rifaina	39	42	33	33	45	38	49	17
Rincão	40	50	34	39	62	41	52	30
Rinópolis	64	28	54	14	79	24	69	30
Rio Claro	33	46	28	35	64	27	75	16
Rio das Pedras	37	42	27	31	65	38	64	25
Rio Grande da Serra	30	50	17	37	52	47	55	22
Riolândia	49	37	49	22	79	32	54	33
Riversul	47	41	45	26	70	42	54	29
Rosana	20	55	22	29	51	57	43	18
Roseira	59	44	36	20	74	27	71	25
Rubiácea	62	33	52	15	79	29	63	17
Rubinéia	39	55	28	37	59	44	57	26
Sabino	50	52	29	25	61	46	55	21
Sagres	64	30	50	19	69	38	64	21
Sales	54	38	45	24	76	26	67	21
Sales Oliveira	47	37	45	26	74	23	67	18

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Salesópolis	54	30	47	15	76	21	67	28
Salmourão	67	29	51	10	81	35	59	45
Saltinho	47	34	41	18	79	19	54	16
Salto	26	62	21	41	53	33	34	17
Salto de Pirapora	43	52	31	33	62	35	66	25
Salto Grande	32	43	27	22	69	48	55	27
Sandovalina	22	59	17	44	68	40	69	14
Santa Adélia	26	54	22	35	62	36	76	22
Santa Albertina	52	30	49	20	73	30	65	20
Santa Bárbara D' Oeste	28	59	18	46	49	52	57	17
Santa Branca	43	44	32	24	69	28	69	22
Santa Clara D' Oeste	58	34	53	19	69	34	72	33
Santa Cruz da Conceição	38	47	35	27	74	24	66	44
Santa Cruz da Esperança	51	37	43	24	80	28	50	14
Santa Cruz das Palmeiras	37	51	31	34	74	28	40	24
Santa Cruz do Rio Pardo	46	40	40	25	80	19	69	15
Santa Ernestina	30	62	16	38	49	54	59	39
Santa Fé do Sul	54	42	42	28	66	29	63	22
Santa Gertrudes	28	52	20	38	60	38	60	24
Santa Isabel	42	38	33	23	69	34	68	20
Santa Lúcia	34	65	18	42	51	55	45	17
Santa Maria da Serra	41	43	33	23	59	36	58	35
Santa Mercedes	50	36	42	19	58	49	65	28

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Santa Rita D' Oeste	46	47	42	35	73	24	48	29
Santa Rita do Passa Quatro	37	48	30	33	60	39	75	14
Santa Rosa de Viterbo	36	55	27	41	61	41	40	47
Santa Salete	48	46	40	27	58	35	48	40
Santana da Ponte Pensa	45	42	37	28	65	34	50	39
Santana de Parnaíba	40	38	27	25	62	41	57	30
Santo Anastácio	41	43	33	28	62	44	55	33
Santo André	28	58	20	46	49	42	68	23
Santo Antônio da Alegria	48	49	22	27	72	33	61	21
Santo Antônio da Posse	41	44	36	29	70	32	64	23
Santo Antônio do Aracanguá	45	50	32	35	59	48	72	16
Santo Antônio do Jardim	44	42	40	28	79	25	45	31
Santo Antônio do Pinhal	62	32	50	16	72	28	68	19
Santo Expedito	35	46	26	24	54	51	62	26
Santópolis do Aguapeí	50	40	43	22	65	41	45	37
Santos	38	49	23	35	58	32	49	23
São Bento do Sapucaí	64	33	45	19	82	20	61	31
São Bernardo do Campo	27	60	19	47	43	51	42	42
São Caetano do Sul	34	45	29	33	64	26	67	30
São Carlos	43	47	31	36	70	22	54	28
São Francisco	47	49	37	29	60	42	56	20
São João da Boa Vista	39	48	32	36	72	25	52	29
São João das Duas Pontes	49	48	37	27	65	41	65	15

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
São João de Iracema	64	46	22	22	56	50	58	22
São João do Pau D'Alho	54	38	48	23	69	38	68	32
São Joaquim da Barra	31	57	25	45	60	39	50	21
São José da Bela Vista	38	43	33	27	66	41	58	23
São José do Barreiro	61	38	41	20	78	28	47	15
São José do Rio Pardo	50	46	38	30	77	23	76	37
São José do Rio Preto	42	43	33	31	68	25	39	43
São José dos Campos	44	51	24	37	62	32	60	34
São Lourenço da Serra	60	34	48	16	65	34	50	36
São Luís do Paraitinga	60	33	50	15	73	27	45	30
São Manuel	32	49	23	29	73	24	52	18
São Miguel Arcanjo	48	40	38	25	72	26	57	26
São Paulo	37	42	31	30	53	36	70	24
São Pedro	47	37	41	25	77	28	59	29
São Pedro do Turvo	53	36	49	22	76	22	63	13
São Roque	45	40	38	27	70	29	46	24
São Sebastião	44	40	30	26	63	21	62	15
São Sebastião da Gramma	53	40	40	26	82	41	77	34
São Simão	27	44	33	32	70	32	74	13
São Vicente	35	46	16	28	49	45	47	28
Sarapuí	49	40	45	22	72	32	75	27
Sarutaia	38	47	31	26	65	41	55	37
Sebastianópolis do Sul	59	36	50	15	83	22	55	15

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Serra Azul	46	45	36	28	59	48	48	17
Serra Negra	53	34	40	20	82	17	67	24
Serrana	34	48	30	34	67	41	71	31
Sertãozinho	33	60	24	44	59	48	68	18
Sete Barras	49	35	38	20	66	41	51	29
Severínea	40	45	35	26	68	41	69	20
Silveiras	65	36	40	14	75	30	63	22
Socorro	50	33	44	21	79	19	54	34
Sorocaba	35	54	26	43	58	35	68	22
Sud Menucci	35	54	33	33	57	48	59	29
Sumaré	28	58	17	46	44	57	72	26
Suzano	38	49	21	35	57	51	60	18
Suzanópolis	37	50	38	22	53	41	69	17
Tabapuã	45	45	36	28	68	36	49	39
Tabatinga	36	50	32	40	69	32	64	25
Taboão da Serra	41	46	29	30	52	41	69	17
Taciba	36	45	30	25	68	34	73	36
Taguaí	50	44	45	23	70	34	37	27
Taiacu	39	42	35	30	62	39	58	21
Taiúva	40	47	33	29	73	32	49	15
Tambau	42	46	36	29	76	22	63	49
Tanabi	46	40	38	27	73	25	62	22
Tapiraí	34	27	40	12	76	26	53	32

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Tapiratiba	36	62	25	29	69	40	46	38
Taquaral	22	63	21	49	62	43	49	35
Taquaritinga	29	56	21	40	55	44	61	27
Taquarituba	49	50	39	27	71	34	55	26
Taquarivai	56	36	42	16	83	23	69	16
Tarabaí	33	54	25	28	58	48	64	18
Tarumã	49	52	27	30	60	50	45	36
Tatuí	47	39	35	23	76	18	61	15
Taubaté	49	54	24	34	62	33	43	40
Tejupá	48	46	40	23	67	43	56	33
Teodoro Sampaio	45	41	37	21	62	48	47	12
Terra Roxa	44	55	33	37	50	47	76	30
Tietê	50	32	47	21	81	18	78	13
Timburí	52	49	35	17	79	31	53	26
Torre de Pedra	43	37	31	20	76	25	57	24
Torrinha	26	49	27	34	74	23	56	27
Trabiju	42	58	29	30	71	39	76	15
Tremembé	54	45	31	27	66	28	75	13
Três Fronteiras	43	43	41	27	63	34	55	29
Tuiuti	60	40	40	15	84	21	66	30
Tupã	57	36	42	22	74	24	54	26
Tupi Paulista	51	40	43	26	71	35	56	16
Turiúba	41	37	41	18	76	28	61	25

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Turmalina	44	47	39	31	70	33	71	28
Ubarana	52	55	31	30	67	43	75	11
Ubatuba	50	35	34	25	70	33	60	18
Ubirajara	53	39	40	18	76	28	57	18
Uchôa	50	42	41	29	72	28	66	30
União Paulista	54	35	53	20	80	31	70	24
Urânia	41	46	36	23	66	37	52	27
Uru	56	36	44	20	80	21	59	14
Urupês	69	32	54	18	78	24	53	15
Valentim Gentil	55	40	43	21	72	28	75	18
Valinhos	36	53	27	40	59	36	76	18
Valparaíso	53	38	44	20	67	40	70	15
Vargem	49	43	36	23	77	20	66	19
Vargem Grande do Sul	46	40	41	24	80	40	67	19
Vargem Grande Paulista	44	44	30	26	58	25	67	27
Várzea Paulista	26	62	14	50	40	59	64	24
Vera Cruz	53	50	34	32	68	30	46	45
Vinhedo	40	44	33	33	68	28	64	25

Município	2002				2006			
	Alckmin Governador	Lula Presidente	Serra Presidente	Genuíno Governador	Serra Governador	Lula Presidente	Alckmin Presidente	Mercadante Governador
Viradouro	48	43	32	23	65	39	59	20
Vista Alegre do Alto	31	52	29	30	66	34	44	42
Vitória Brasil	49	49	41	29	66	40	33	51
Votorantim	27	64	17	52	50	45	55	25
Votuporanga	54	40	40	27	74	24	55	25
Zacarias	28	54	31	33	51	51	69	19
Média	45	43	35	27	67	35	59	25

* Dados TSE